

JOSÉ DE RESENDE JÚNIOR

A TEORIA DO OBJETO DE EMIL LASK

Mestrado em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

São Paulo
2005

JOSÉ DE RESENDE JÚNIOR

A TEORIA DO OBJETO DE EMIL LASK

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em filosofia, sob a orientação do Prof. Dr. Mario Ariel González Porta

São Paulo
2005

APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

São Paulo, _____, _____, _____

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pela bolsa concedida que financiou parte das pesquisas viabilizando a realização deste trabalho.

A Profa. Dulce Mara Critelli, que me recebeu na PUC com as primeiras orientações.

A Profa. Ana Thereza, pela amizade e pelo vigor com que professa e vive a Filosofia.

Ao Prof. Mario Porta, pela minuciosa orientação e pelo exemplo de rigor filosófico.

Aos meus Pais, pelo carinho e amparo material.

E a Simone, pelo amor incondicional.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar a teoria do objeto que Emil Lask desenvolve na sua obra *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre (1910)*. Apesar de não ser a meta de Lask, esta teoria do objeto se desenvolve como instrumento auxiliar na consecução do objetivo da obra: tratar categorialmente a validade (*Geltung*) e livra-la de todas as formas de hipóstase, através do que Lask aprofunda e transforma a teoria do valor (*Werttheorie*) de Windelband e Rickert em face das críticas de Husserl e da influência da *Lebensphilosophie*. O presente trabalho limita-se à exposição e análise das espécies de objetualidade (*Gegenständlichkeit*) desenvolvidas por Lask, dentro das quais se incluem, por exemplo, objetos como a árvore, o verde, o ser, o belo, o ético, a linguagem e os números. Objetualidade esta que em última instância se constitui numa teoria do sentido totalmente independente da subjetividade.

Palavras-chave: objetualidade, sentido, categorias, lógica da filosofia, neokantismo.

ABSTRACT

The purpose of the present work is to introduce the object theory developed by Emil Lask in his *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre* (1910). Even if such theory is not its goal, it works as auxiliary support in the attainment of book's aim: to hold categorically the validity (*Geltung*) and save it from all hypostases forms, through that Lask deepens and transforms the value theory (*Werttheorie*) of Windelband and Rickert indeed under the critics of Husserl and the influence of the *Lebensphilosophie*. The present work will just expose and analyse the objectivity (*Gegenständlichkeit*) species developed by Lask, among which is included, for instance, objects as the tree, the green, the being, the beautiful, the ethical, the language and the numbers. In fact such objectivity is a sense theory completely independent of subjectivity.

Key-words: objectivity, sense, categories, logic of philosophy, neo-kantianism.

Nós pensamos todos os nossos atos. Não fazemos nada sem um penoso processo mental. Antes de atravessar a rua, ou de chupar um chica-bon, o homem normal é lacerado de dúvidas. Ele estaca diante da carrocinha amarela e, acometido de uma perplexidade hamletiana, pergunta, de si para si: - “tomo ou não tomo o chica-bon?”. O ser humano pensa demais e é pena, pois a vida é, justamente, uma luta corporal contra o tempo. Só Garrincha não precisava pensar. Enquanto os outros se atrapalham e se confundem de tanto pensar, Garrincha age com uma rapidez instintiva e incontrolável.

Nelson Rodrigues (1958)

SUMÁRIO

Introdução	10
PARTE I	
OS FUNDAMENTOS DA LÓGICA DA FILOSOFIA DE LASK	
Capítulo 1 - CONTEXTO HISTÓRICO	13
1.1. O século da ciência.....	13
1.2. O neokantismo.....	15
1.3. A axiologia de Baden.....	18
1.4. Crise e declínio do neokantismo.....	21
1.5. De Trendelenburg a Lask.....	26
1.6. Influência sobre Heidegger.....	28
1.7. Histórico da obra de Lask.....	33
Capítulo 2 - O PROBLEMA DA LÓGICA DA FILOSOFIA	35
2.1. O projeto de uma doutrina de categorias.....	35
2.2. O desterro da lógica.....	36
2.3. Naturalismo e realismo lógico.....	38
2.4. O formalismo marburgues.....	40
Capítulo 3 - REINTERPRETAÇÃO DA REVOLUÇÃO COPERNICANA	43
3.1. A conversão do conceito de ser.....	43
3.2. A derivação da teoria do conhecimento.....	48
3.3. Aletheiologia e Gnoseologia.....	49
3.3.1. <i>Objetividade e juízo</i>	50
3.4. A intencionalidade em Husserl e Lask.....	55
3.5. A sucumbência de Kant.....	57
PARTE II	
NOVA TEORIA DO OBJETO	
Capítulo 1 – ELEMENTOS	61
1.1. Forma e material.....	61
1.2. Objeto, sentido, verdade.....	62
1.3. Princípio da diferenciação do significado.....	63
1.4. Mundo primordial.....	64
1.5. Quadro geral das categorias.....	69
1.6. Nudez lógica e irracionalidade.....	70
Capítulo 2 - AS CATEGORIAS CONSTITUTIVAS	73
2.1. A categoria-de-domínio “ser”.....	73
2.2. A categoria-de-domínio “valer”.....	75
2.3. As categorias-de-domínio do estético, do ético e do supra-ser.....	77
Capítulo 3 - A OBJETIVIDADE DOS COMPORTAMENTOS TEÓRICOS	79
3.1. Os fenômenos subjetivos.....	79

3.2. A objetividade do conhecimento.....	80
3.3. As deformações do conhecimento ôntico e do conhecimento filosófico.....	84
Capítulo 4 - AS CATEGORIAS REFLEXIVAS.....	87
4.1. O lugar das categorias reflexiva no quadro geral das categorias.....	87
4.2. A objetualidade reflexiva.....	88
4.3. O papel da reflexibilidade.....	90
4.3.1. <i>Explicitação das categorias reflexivas</i>	91
4.3.2. <i>A formale Anzeige do jovem Heidegger</i>	93
4.4. Racionalidade e ciências formais.....	96
Capítulo 5 – LINGUAGEM E LÓGICA DA FILOSOFIA.....	101
5.1. Linguagem e reflexibilidade.....	101
5.2. A lógica da filosofia.....	104
Conclusão.....	107
Bibliografia.....	111

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a teoria do objeto que Emil Lask desenvolve em sua obra *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre* (1910). Apesar de Lask não se dedicar especificamente a construir uma teoria do objeto, esta se desenvolve como instrumento auxiliar para a consecução do objetivo principal da obra: reverter o que Lask chama de “desterro” (*Heimatlos*) da lógica, isto é, a falta de lugar e as hipóstases da forma lógica em domínios de materiais e em reinos autônomos. Fenômeno este que acometeria a filosofia desde Platão, e que impediria o desenvolvimento da genuína lógica da filosofia.

Partindo da teoria da validade (*Geltung*) de Hermann Lotze, Lask aplica o criticismo kantiano nele mesmo, ou seja, transforma em objeto de conhecimento as próprias premissas transcendentais da experiência de Kant, o que leva ao desenvolvimento de uma nova teoria da objetividade, assentada numa profunda transformação do método transcendental.

A teoria do objeto de Lask remonta as tentativas de solução dos problemas colocados pelas ciências do espírito na segunda metade do século XIX à tradição kantiana de fundamentação transcendental da objetividade. Diferente dos objetos das ciências naturais, os objetos das ciências do espírito – história, arte, direito, linguagem, religião, etc – englobam ao mesmo tempo o próprio sujeito cognoscente, o que leva a fundamentação transcendental a um paradoxo. Enquanto os objetos da natureza são fundamentados apenas com base numa crítica do conhecimento, a fundamentação dos objetos da cultura se faz a partir dos próprios objetos culturais, de modo que fundante e fundado se confundem, colocando em xeque categorias como “ser”, “realidade”, “validade”, e as próprias noções de sujeito e objeto. Dificuldades estas que exigiam dos pensadores novas teorias de objetos.

Considerada dentro deste contexto a teoria do objeto de Lask resolve este problema deslocando a objetividade para o nível mais amplo e pré-teórico da vivência (*Erleben*), onde procura ampliar a noção de objetividade, e mostrar que a “objetividade teórica” é apenas uma subespécie do universo objetivo. Para Lask o paradoxo da fundamentação das ciências do espírito decorre de uma má compreensão da revolução copernicana de Kant, má compreensão esta da qual nem o próprio Kant pôde escapar.

Extraír todas as conseqüências da lógica transcendental implica romper com a diferença entre sentido e objeto, e assim dispensar a subjetividade transcendental da constituição da objetividade. Enquanto para Heinrich Rickert, por exemplo, os valores são atributos dos juízos, em oposição à realidade, para Lask os valores são atributos das formas dos objetos, estando aquém dos juízos. Os juízos são estruturas secundárias e pressupõem o objeto presente à consciência em sua constituição dualística de forma e material. Para Lask a filosofia transcendental tematiza todos os objetos em sua validade estrutural; os objetos não como representações, juízos ou proposições, mas como “verdades” em sua instância original.

Tendo-se em vista os limites próprios de uma dissertação de mestrado, o exame ora desenvolvido restringe-se à elucidação das proposições fundamentais e sua articulação interna na obra. A reconstrução filosófica do ambiente das idéias dentro do qual Lask se forma e se movimenta se faz apenas superficialmente e tendo-se em conta somente alguns autores e obras imediatamente mobilizados pelo filósofo. Contudo, uma vez realizado este passo inicial dentro da letra de Lask, mostra-se urgente trazer à luz a posição particular deste autor na encruzilhada da filosofia contemporânea, o que me proponho a fazer numa próxima oportunidade.

Considerando-se tais limites a abordagem se fará em dois momentos. Na primeira parte busca-se isolar o problema fundamental a que Lask se dedica na obra, mostrando como o tratamento deste problema exige uma nova teoria do objeto, onde entram em questão os fundamentos daquilo que Lask entende por lógica da filosofia e o seu contexto histórico, desde a formação do neokantismo até as discussões com Edmund Husserl. Na segunda parte passa-se propriamente à análise dos elementos da teoria do objeto e à exposição dos vários tipos de objetos descritos. Acessoriamente, explora-se ainda alguns pontos da possível influência da teoria do objeto de Lask nas correntes filosófica do século XX, em especial no pensamento de Martin Heidegger.

PARTE I

OS FUNDAMENTOS DA LÓGICA DA FILOSOFIA DE LASK

Capítulo 1

CONTEXTO HISTÓRICO

1.1. O século da ciência

Desde a morte de Hegel (1831) o idealismo alemão radicalizava-se de tal modo na abstração totalizante de sistemas, que inviabilizava qualquer possibilidade de diálogo com as ciências. Acontece que as ciências encontravam-se lastreadas por suas conquistas práticas e teóricas, de modo que simplesmente ignoravam as hierarquias propostas pelos herdeiros de Hegel, que sempre colocavam a ciência como mera engrenagem de um sistema.

Desenvolvendo-se vertiginosamente e de modo autônomo as ciências acabam por desterrar a filosofia. Se até a morte de Hegel a Universidade se constituía de apenas quatro faculdades: filosofia, direito, medicina e teologia,¹ agora a Universidade passa a ser a casa das ciências, e estas passam a exigir não só que a reflexão tenha como ponto de partida os resultados científicos, mas também uma visão de mundo diferente das propostas idealistas. É um terremoto que se inicia na filosofia, tendo como primeiro efeito o colapso dos sistemas idealistas.

Trata-se aqui do século da ciência (1831 a 1945), caracterizado segundo Helmut Plessner por uma dinamização na estrutura do antigo conceito de ciência perpetuado de Aristóteles até Hegel, pelo qual a ciência é refundada na investigação, sendo fundamentalmente caracterizada pela inovação dos procedimentos impessoais, tendo como principais conseqüências a empirização e temporalização, tanto em relação ao objeto de sua competência, quanto à forma do conhecimento científico.²

O triunfo industrial das ciências se alastra por todas as esferas sociais e culturais destruindo o que restava das tradicionais idéias que ainda sustentaram a era pré-industrial. Por toda a Europa cresce uma espécie de fé absoluta na capacidade e poder normativo da ciência, frente ao qual a crítica filosófica se mostrava impotente e inútil. O

¹ SCHNÄDELBACH, Herbert. *Filosofia en Alemania*. Madrid: Ediciones Cátedra S.A., 1991. p.94.

² PLESSNER, Helmut, *Zur Soziologie der modernen Forschung und ihrer Organisation in der deutschen Univertät, en Diesseits der Utopie*, Francfort, 1974, p. 130. *apud*. SCHNÄDELBACH, idem, p. 93.

desprestígio da metafísica idealista arrastou consigo a filosofia da natureza e, junto desta, toda a reflexão metodológica. A filosofia da natureza foi cientificamente desacreditada a tal ponto que o sistema hegeliano, por exemplo, só era citado como modelo de extravagância intelectual.³

Como se observa, um conturbado período, onde se expunham os exageros: de um lado a filosofia com o idealismo absoluto em franca decadência, e de outro a arrogância do materialismo antimetafísico dos teóricos da ciência.

A partir de 1860, na Alemanha, a faculdade de ciências naturais se emancipa da filosofia, os antigos Institutos Técnicos (*Technische Hochschule*) se convertem em faculdades de tecnologia, e aparecem as faculdades de ciências políticas, econômicas e sociais.⁴ A filosofia ainda é desfalcada com as “novas filologias” desenvolvidas a partir dos estudos de germanística, e com a criação de novas disciplinas históricas, tais como história do direito, da arte, da religião, e da própria filosofia, as quais já não guardavam qualquer parentesco com a idéia hegeliana de história.⁵

Mas o golpe fatal desde terremoto que sacudia a filosofia se dá com a proposta de uma psicologia experimental fundada totalmente no modelo das ciências naturais, em substituição aos modelos que ainda tentavam conciliar os métodos das ciências do espírito com os métodos das ciências naturais, como foi o caso da psicologia compreensiva criada por Wilhelm Dilthey, Karl Jaspers, Eduard Spranger, entre outros.⁶ Neste ambiente positivista, onde tudo o que não tinha por base a experiência empírica era considerado mero devaneio teórico, a psicologia experimental se pretendia como o único programa verdadeiramente científico para a interpretação dos fenômenos da consciência. Seus métodos passam então a ser empregados nas mais diversas áreas, como por exemplo nas artes, na literatura, na pedagogia, no direito, na linguagem, na moral, na estética e na religião.⁷ No âmbito da lógica os métodos da psicologia experimental – também chamada de “ciência natural do espírito” – constituirão o “psicologismo”, que tinha por pretensão observar asépticamente o que seria o funcionamento “lógico” da psique, através de uma descrição mecânica dos modos de excitação fisiológica dos sentidos, de sua transformação em conteúdos psíquicos, e das

³ SCHNÄDELBACH. *Filosofia...*, pp. 94 a 104.

⁴ SCHNÄDELBACH. *Filosofia...*, p. 94

⁵ SCHNÄDELBACH. *Filosofia...*, p. 94.

⁶ SCHNÄDELBACH. *Filosofia...*, p. 95. nota 8.

⁷ MACDOWELL, João Augusto A. Amazonas. *A gênese da ontologia fundamental de M. Heidegger: ensaio de caracterização do modo de pensar de Sein und Zeit*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 28.

leis que regulariam a dinâmica desses conteúdos.⁸ Procedimento este que explicaria, através de causas psíquicas, o “funcionamento” do pensar, e assim os juízos e a verdade.⁹

A ingenuidade desta primeira geração de psicologistas, formada por teóricos como E. Mach, R. Avenarius, W. Schuppe¹⁰ e Ludwig Büchner, é denunciada pela própria idéia de “funcionamento” que advogavam, como se os juízos se limitassem a uma cibernética espaço-temporal e fossem o produto de órgãos neurais, assim como a bÍlis é o produto do fÍgado.

Uma segunda geração de psicologistas,¹¹ dentre eles Herbart, Jakob Friedrich Fries, W. Wurdts, H. Maier, Th. Lipps, A. Marty, C. Sigwart, A. Meinong e O. KÍlpe e Brentano, distanciava-se do materialismo ingÍnuo da primeira reconhecendo a impossibilidade de nivelaco do campo lógico com a mecânica espaco-temporal das impressões sensÍveis. Estes reconheciam a problemática transcendental inaugurada por Kant e procuravam, a partir dela, dar um novo fôlego à teoria do conhecimento.

 contra o “psicologismo” que Frege e Husserl traçaram suas famosas crÍticas à circularidade que o mesmo havia instalado no interior da lógica, e contra o qual tambÍm se estabelecer grande parte dos programas das escolas neokantianas.

1.2. O neokantismo

A *Zurück zu Kant* tem suas raÍzes entre os próprios homens das ciências, numa reaco intestinal contra as idÍeias materialistas.¹² São trabalhos aparecidos a partir dos anos 50 do século XIX entre cientistas como Johannes Müller, Jutus Liebig, Hermann von Helmholtz, Gustav Theodor Fechner, Rudolf Wagner, os quais desconfiavam dos exageros do materialismo, reconhecendo a existncia de perguntas que superavam os limites das cincias naturais, de modo que buscavam na filosofia argumentos que

⁸ *La posterior oposición al “psicologismo” y los esfuerzos por liberar a la cincia cultural de su influjo a través de la hermenutica o de una teoría de los valores, no se puede concebir sin tener en cuenta hasta qué punto se vieron amenazadas por la psicología experimental las humanidades en el núcleo mismo de su entidad.* (SCHNDELBACH, *Filosofía...*, p. 95).

⁹ STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofía Contempornea: introdução crÍtica*. v. 1-2. São Paulo, 1977. pp. 58-63.

¹⁰ MACDOWELL. *A gênese...*, pp. 27 a 30.

¹¹ MACDOWELL. *A gênese...*, pp. 27 a 30.

¹² SCHNDELBACH. *Filosofía...*, p. 132.

pudessem dar conta de seus impasses científicos. Todavia, o idealismo alemão, especialmente a filosofia hegeliana, encontrava-se desacreditada em função dos próprios desenvolvimentos das ciências. Fazia-se necessário, portanto, um ponto de partida seguro e que fosse alternativo, tanto ao materialismo científico, quanto ao idealismo absolutista de Hegel. Esse porto seguro foi encontrado em Kant. Inspirado em sua revolução copernicana o fisiologista Johannes Müller (1801–1858) formula a tese de que a mente não conhece objetos e eventos no mundo, mas apenas estados do sistema nervoso.¹³ Em 1855, partindo do fisiologismo de Müller, Hermann von Helmholtz (1821–1894) aprofunda-se na *Crítica da Razão pura* de Kant e chega à conclusão de que não há diferença entre a filosofia e as ciências naturais, e que a incompatibilidade de sistemas como o de Schelling e o de Hegel deve-se aos exageros especulativos de seus autores.¹⁴ Os trabalhos de Kuno Fischer e Eduard Zeller também refletem os debates de retorno a Kant, clima este que será sintetizado com a obra de Otto Liebmann *Kant e os seus epígonos*, na qual, ao final de cada capítulo o autor repetia: “deve-se pois voltar a Kant”.

Em 1866 aparece a obra *Geschichte des Materialismus*¹⁵ de Friedrich Albert Lange, que é considerado o fundador da escola neokantiana de Marburgo, tendo como sucessores Hermann Cohen, Paul Natorp e Ernest Cassirer. Na esteira desta escola aparece no sudoeste da Alemanha, em Friburg, a partir dos trabalhos de Wilhelm Windelband, Heinrich Rickert, Emil Lask e Bruno Bauch, uma outra escola neokantiana, a Escola de Baden. Na escola de Marburgo a renovação da crítica kantiana parte da investigação do estatuto das idealidades lógicas e a sua necessidade para as ciências. Já na Escola de Baden o enfoque dá-se pela teoria dos valores, por exemplo, a tese de Windelband da verdade entendida como “valor teórico”; a forma dos valores não é mais o “ser”, mas o “dever-ser”, o que faz da filosofia uma teoria do “valer” (*Geltung*). Tese esta derivada das idéias do matemático e mestre de Windelband, Herrmann Lotze,¹⁶ cujos elementos ontológicos mais tarde também serão percorridos por Lask e Heidegger. Há ainda outras vertentes do neokantismo como por exemplo a

¹³ TEO, Thomas. *Friedrich Albert Lange on neo-kantianism, socialist darwinism, and a psychology without a soul*. In *Journal of History of the Behavioral Sciences*, Vol. 38(3), Summer 2002, p. 288.

¹⁴ TEO. *Friedrich...*, p. 288.

¹⁵ TEO. *Friedrich...*, p. 288.

¹⁶ Herrmann Lotze distingue quatro categorias gerais de realidade: as coisas são; os acontecimentos acontecem; as relações consistem (*bestehen*); as proposições valem. (LOTZE, Hermann. *Logic* vol. I e II. Trad. Bernard Bosanquet. New York: Garland Publishing, 1980. p. 208)

escola realista de Aloys Riehl, a sociologia cultural de Georg Simmel, a psicologia de Leonard Nelson que se dizia continuador de Fries, além de outras, inclusive fora da Alemanha (Itália, França e Rússia).

Apesar das diferenças na abordagem da crítica kantiana pode-se dizer que o neokantismo se caracterizava, como um todo, pela tentativa de garantir à filosofia um campo de problemas que fossem independentes das ciências particulares, os quais, contudo, não estariam em contradição com estas, mas por elas seriam pressupostos.¹⁷ Tratava-se, assim, de uma renovação do idealismo (transcendental kantiano) em face dos grandes avanços por que passavam as ciências formais,¹⁸ e principalmente as ciências naturais.

Talvez o capítulo mais importante e controverso do neokantismo seja a luta contra o psicologismo, a qual confunde-se com a própria origem do neokantismo. Como se viu o combate ao psicologismo começa com a volta a Kant dos próprios homens das ciências, que lutavam contra o reducionismo materialista nas explicações dos fenômenos psíquicos. Num segundo momento, entretanto, depois de superado o digamos assim “materialismo crasso”, a polêmica sobre o psicologismo continua entre aqueles que num primeiro momento podiam ser considerados combatentes do mesmo; o fisiologismo da primeira geração é então denunciado pelos filósofos profissionais das escolas neokantianas. Já num terceiro momento, à medida que se fortaleciam os programas de cada uma das escolas, a polêmica refina-se e evolui para uma disputa quanto ao que seria a correta interpretação da *Crítica da Razão Pura*, disputa esta na qual até o próprio Kant será acusado de psicologismo. Nesse momento tratava-se de mostrar que a *Crítica da Razão Pura* não se ocupa com a origem psicológica do conhecimento, mas sim com o valor lógico da verdade. Um exemplo desta contenda, em

¹⁷ PORTA, Mario Ariel González. *A filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 131.

¹⁸ Desde meados do século XIX as ciências formais já haviam experimentado uma grande revolução, que colocava em xeque aspectos fundamentais do racionalismo no qual se apoiava a filosofia. Na geometria, por exemplo, nascem as geometrias não-euclidianas, primeiro com Lobachevski (1829 - geometria hiperbólica) e depois com Riemann (1854 - geometria elíptica). Construções estas que atingiam frontalmente os *a priori* do entendimento de Kant (estes são fundados na necessidade da “matemática pura” (geometria euclidiana) e da “ciência pura da natureza” (física newtoniana)), mas que permaneceram mais ou menos ignoradas como extravagâncias teóricas, até que a física, primeiro com o eletromagnetismo de Maxwell e posteriormente com a relatividade e a quântica, delas se utilizaram para construir seus modelos teóricos.

torno da mais correta e precisa colocação desta tese, são as acusações de realismo lógico (platonismo) por parte de Marburgo à filosofia dos valores de Baden.¹⁹

1.3. A axiologia de Baden

Na escola de Baden a volta a Kant se dá pelo aprofundamento e conversão da filosofia transcendental numa teoria do valor (*Werttheorie*). Visando garantir um campo de atuação independente das ciências, Windelband desenvolve a filosofia como uma meta-ciência que procura investigar a constituição do sentido e significância dos objetos de que se ocupam as ciências. Assim fazendo ele classifica as ciências em nomotéticas e ideográficas: as nomotéticas são generalizadoras e visam o estabelecimento de leis, como é o caso das ciências naturais, que se constituem pela descrição físico-matemática de regularidades; já as ideográficas são individualizadoras e se constituem pelo mapeamento histórico-cultural de singularidades. Ciências nomotéticas e ideográficas não se referem a duas realidades distintas, são apenas pontos de vista diferentes sobre a única realidade possível. Quando considerada com referência a um valor universal a realidade se mostra como natureza, e quando considerada com referência a valores particulares e individuais a realidade se mostra como histórica e cultural. O que implica, por exemplo, que a independência do Brasil é um objeto tão real quanto a cidade de Brasília.

Aprofundando o trabalho de Windelband, Rickert propõe uma nova terminologia. Ao invés de nomotéticas e ideográficas fala-se agora em ciências naturais e ciências culturais. Com isso Rickert procura evitar as confusões a que dava margem a classificação de Windelband, especialmente quando se tinha em conta o campo psicológico, pois que havia a tendência de se tomar as ciências ideográficas como sinônimo de “ciências do espírito”. Segundo Rickert a divisão entre ciências naturais e ciências do espírito em verdade nada divide, eis que a psicologia se utiliza do método generalizador das ciências naturais.²⁰ Por exemplo, não é objeto da psicologia a singularidade da psique do Presidente da República, mas o ser anímico em geral. Se

¹⁹ Para um panorama da polêmica travada em torno do psicologismo, e da pertinência filosófica da questão da subjetividade aí implicada, veja-se PORTA, Mário A. G. *A Polêmica em torno ao psicologismo de Bolzano a Heidegger*. São Paulo: PUC/SP, 2004. p. 3.

²⁰ RICKERT, Heinrich. *Ciencia cultural e ciencia natural*. Trad. Manuel G. Morente. Buenos Aires: Espasa, 1945. p. 90.

assim não fosse não haveria sentido em se falar de patologias psicológicas, pois que estas são determinadas não como característica específica de um indivíduo, mas pela generalização de regularidades observadas em diversos indivíduos.

Além disso, enquanto espírito mais sistemático do que Windelband, Rickert procura precisar mais exatamente o princípio individualizador das ciências culturais de modo a dota-lo do mesmo rigor formal do princípio matemático-generalizador das ciências naturais. Analisando a ciência histórica como a representante por excelência das ciências culturais, Rickert chega à conclusão de que o ponto de vista histórico culturalista é que fundamenta o ponto de vista naturalista, e não o contrário. O próprio conceito de ciência só tem sentido porque está fundamentado em singularidades históricas, sendo o seu princípio de seleção o conceito moderno de natureza: *a existência das coisas enquanto determinadas segundo leis universais* (Kant).²¹ A fonte da positividade (independência do relativismo subjetivo) das ciências naturais não decorre do seu método matemático descritivo, mas do fato do conceito de ciência constituir-se num bem cultural que ao longo da história moderna foi robustamente individualizado. Assim, a aparente falta de rigor das ciências culturais se deve não a uma suposta deficiência formal, mas à juventude das mesmas em relação às ciências naturais.

A realidade é um “*continuum* heterogêneo” que jamais pode ser derivada em última instância pelas ciências naturais, não só porque estas se constituem justamente pela desconsideração das particularidades dos objetos, mas também porque estas particularidades são infinitamente destrincháveis.²² Acreditar no contrário significa crer, com Platão, na realidade dos universais. Ou seja, significa hipostasiar os valores com que nos referimos ao *continuum* heterogêneo numa realidade autônoma. Mais ou menos como faz o físico moderno, que desqualifica as determinações qualitativas que percebemos na vida cotidiana como meras impressões subjetivas, e acredita que a realidade efetiva está escondida atrás dessas aparências e se constitui num mundo quantitativamente determinável de partículas e forças subatômicas.²³ Esse físico não percebe que acreditar na possibilidade de se chegar a elementos quantitativamente últimos da matéria, é o mesmo que acreditar que só a idéia universal “cavalo” é real, e que os cavalos que montamos nas fazendas não passam de subjetividades. Como

²¹ RICKERT. *Ciência...*, p. 27 e 214.

²² RICKERT. *Ciência...*, p. 78.

²³ RICKERT. *Ciência...*, p. 59.

observa Rickert, o quantitativo não é real, mas simplesmente vale, é um “*continuum* homogêneo” racional, mas irreal.²⁴

Em função de tais análises Rickert conclui que o valer, o dever (*Sollen*), tem primazia sobre o ser. Como não existem individualidades no *continuum* heterogêneo, é sempre a referência a valores que determina a existência dos objetos, sejam estes naturais ou culturais.

Trilhando o caminho axiológico de Windelband e Rickert, Lask também se dedica ao desenvolvimento dessa teoria do valor, o que se dá especialmente em sua tese de habilitação sobre o direito (*Rechtsphilosophie*). Explorando o campo recém aberto das ciências culturais Lask procura aplicar os princípios desenvolvidos por seus mestres à ciência do direito. No melhor estilo neokantiano, Lask começa denunciando os equívocos do “historicismo jurídico” e do “direito natural” em relação à realidade jurídica. Ambas as tendências, que encarnam a versão jurídica da oposição entre empirismo e racionalismo, equivocavam-se metodologicamente. O historicismo porque tudo reduzia à singularidade do fato histórico, levando o direito a um relativismo cético. Já o direito natural porque, não dispondo, ou não considerando propriamente a crítica transcendental, sempre redundava numa metafísica jusnaturalista, pela qual os valores eram hipostasiados em reinos materiais autônomos.²⁵

Procurando conciliar ambas as tendências Lask propõe uma filosofia jurídica no mesmo sentido da jusnaturalista, mas depurada de toda metafísica. Ao invés de negar a validade incondicional (como fazia o historicismo), mas sem consubstancia-la numa realidade autônoma, Lask propõe uma teoria monista segundo a qual há apenas um único palco, um único substrato material, onde valores diferentes podem atuar. Dependendo do valor que se esteja considerando esse substrato pode aparecer, por exemplo, como realidade empírica, vida histórica ou realidade jurídica.²⁶ Ou seja, a realidade jurídica é apenas uma possibilidade de configuração do substrato, e o erro do jusnaturalismo é acreditar que há identidade entre os valores jurídicos e o substrato, o que leva a construções puramente formais cada vez mais afastadas deste. O substrato é a *facticidade*²⁷ superabundante – o *continuum* heterogêneo e irracional de Rickert – que jamais pode ser esgotada pelos valores. Não só o jusnaturalismo, mas qualquer posição

²⁴ RICKERT. *Ciência...*, pp. 175-184.

²⁵ LASK, Emil. *Filosofia jurídica*. Trad. Roberto Goldschmidt. Buenos Aires: Depalma, 1946. p. 7.

²⁶ LASK. *Filosofia...*, p. 8.

²⁷ LASK. *Filosofia...*, p. 15.

metafísica, ignora que os valores não são autônomos, mas que estão submetidos à sorte do substrato. Em função disso Lask afirma que a razão jurídica deve se limitar a estabelecer postulados e a fazer afirmações sobre as características relevantes do direito segundo a concepção de mundo jurídica,²⁸ isto é, a partir do princípio individualizador cultural próprio da realidade jurídica. Uma vez estabelecido o objeto da filosofia jurídica Lask segue, na segunda parte do texto, distinguindo os ângulos específicos pelos quais a realidade jurídica pode ser abordada, sejam eles, a jurisprudência, o fato social e as significações jurídicas abstratamente consideradas.²⁹

Para os propósitos do presente trabalho é interessante observar o sentido com que Lask se utilizou do termo *facticidade* em sua *Rechtsphilosophie*. Como se verá mais adiante o sentido deste conceito é essencialmente transformado em *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre*, o que em grande medida está ligado à aceitação por parte de Lask das críticas de Husserl à teoria do valor de Rickert, e à incorporação de aspectos do vitalismo das filosofias da vida.

1.4. Crise e declínio do neokantismo

A partir de 1920 o neokantismo entra em rápido declínio até praticamente desaparecer do mundo acadêmico. Se até a década de vinte ele foi hegemônico na cena filosófica alemã, no final da década de trinta havia desaparecido sem deixar sucessores. As novas correntes dominantes de pensamento, representadas por pensadores como Husserl, Scheler, Heidegger e Hartmann, o combatiam e negavam qualquer influência direta.³⁰ Esta proscrição permanecerá até a década de sessenta, quando então lentamente inicia-se a redescoberta das obras e textos. Hoje é jargão entre os pesquisadores a tese de que a história do neokantismo ainda não foi escrita. As razões de sua abrupta derrocada ainda são tão polêmicas quanto a extinção dos dinossauros. São razões sócio-culturais, políticas e filosóficas que se interpenetram e não nos permitem uma nítida distinção.

²⁸ LASK. *Filosofia...*, p. 18.

²⁹ LASK. *Filosofia...*, pp. 555-92.

³⁰ O interessante é que grande parte das conquistas teóricas dessas novas correntes retiraram sua força original do combate às posições neokantianas, o que talvez, no final das contas, implique numa influência muito maior do que aquela entre mestres e discípulos dentro de uma escola.

No plano sócio-cultural é preciso lembrar que com o fim da Primeira Guerra Mundial a Alemanha, derrotada e humilhada, é tomada por um clima de descontentamento e desconfiança em relação às instituições e a cultura burguesa do pré-guerra, da qual faziam parte os neokantianos. A República de Weimar, instituída pelos sociais-democratas em 1918, parecia inoperante frente ao desemprego e a necessidade de reconstrução do país; em 1923 a unidade monetária alemã é reduzida a um milionésimo de milhão de seu valor em 1913 (primeira hiperinflação da história); os partidos de esquerda e de ultradireita tomam força entre o eleitorado e promovem levantes para a tomada do poder. Nas universidades, como relata o então aluno Hans-Georg Gadamer, os “*lemas de derrocada do Ocidente eram onipresentes*” no começo dos anos vinte.³¹ Neste ambiente não é exagerada a analogia dos neokantianos com os dinossauros, pois que faziam parte de uma elite intelectual que ao longo do século XIX constituiu-se quase como uma casta privilegiada dentro dos estados alemães, fenômeno este que é descrito no famoso estudo de Fritz Ringer como a era dos “mandarins” da cultura alemã.³² Tais fatos transformavam os neokantianos em alvo de todos os profetas de um novo começo, sejam nietzschianos, *Lebensphilosophen*, neo-românticos, anti-modernista, futuristas, marxistas, anarquistas e fenomenólogos.³³ Por tudo isso, institucionalmente o neokantismo não se propagou para a geração seguinte.

No plano político a extinção do neokantismo está diretamente ligada à ascensão de Hitler ao poder em janeiro de 1933. As universidades e as revistas científicas³⁴ passaram a ser controladas por intelectuais ligados ao III Reich, os quais boicotavam e perseguiram os pensadores de ascendência judaica. Como muitos dos principais neokantianos eram judeus, foram obrigados a deixar a Alemanha. Com exceção de Lask, morto na Primeira Guerra, Ernest Cassirer, Hermann Cohen, Jonas Cohn, Siegfried Marck e Richard Höningwald emigraram e morreram no exílio. Dentre estes o

³¹ SAFRANSKI, Rüdiger. *Heidegger: um mestre da Alemanha ente o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2000. p. 102.

³² O trabalho de Ringer tem por base a teoria sociológica dos “tipos ideais” de Max Weber, sendo inclusive o termo “mandarim” tomado das análises de Weber da tradicional classe dos funcionários letrados da China. RINGER, Fritz. *O Declínio dos Mandarins Alemães: A Comunidade Acadêmica Alemã, 1890-1933*. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edusp, 2000. p. 22.

³³ KIM, Alan, “*Paul Natorp*”, In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2003 Edition), Edward N. Zalta (ed.), nota 23. URL <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2003/entries/natorp/>>

³⁴ *A Kant-Studien*, por exemplo, no volume 42 (1941/42) deixou publicar um artigo de Raymond Schmidt, onde se lia “*A filosofia alemã tornou-se em nome de Kant uma empresa judaica de escala internacional.*” O artigo segue denunciando uma suposta conspiração de intelectuais judeus que ocupavam as cátedras das universidades alemãs e impediam que a verdadeira filosofia alemã florescesse. *apud* SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *Regresso a Kant. Sobre a evolução e a situação actual dos estudos kantianos*. In *Philosophica*, 24, Lisboa. 2004. p.129.

único que se manteve numa atividade intelectual regular foi Cassirer, que exilado na Inglaterra, na Suécia e por fim nos EUA, passou a publicar em língua inglesa. Já Heinrich Rickert e Bruno Bauch aderiram ao nazismo.³⁵

A maior controvérsia, contudo, diz respeito às razões filosóficas do colapso neokantiano. Várias são as linhas de pesquisa que atualmente procuram encontrar dentro do próprio pensamento neokantista indícios de uma crise interna, decorrente de seu suposto esgotamento, e que já estariam presentes antes mesmo da virada para o século XX. Para efeito meramente ilustrativo arrisco aqui um fio condutor histórico de aspectos mínimos por onde deve passar a reconstrução filosófica de um problema destas dimensões. Como o presente trabalho tem por objeto a filosofia de Lask, enfatizarei os aspectos diretamente ligados a seu pensamento. Para tanto me servirei das indicações de Gabriel Motzkin.³⁶

De modo sumário observa-se os seguintes pontos: apesar da pretensão de rompimento com o idealismo, nem o positivismo científico, nem a *Zurück zu Kant* podiam simplesmente ignorar Hegel, pois este, remontando o romantismo alemão, havia sintetizado dentro do idealismo o princípio da individualidade histórica, o que inaugura a consciência histórica da filosofia. A partir de Hegel instala-se um abismo entre cultura e ciência que será o grande drama da segunda metade do século XIX. O problema da diferença entre fenômenos humanos e fenômenos naturais torna-se prioridade na agenda filosófica. Coloca-se o problema do método: *o único método verdadeiramente científico é o método das ciências naturais, ou seria possível um outro método “científico” específico para as ciências do espírito (Geistwissenschaft)? Os métodos de uma ciência são determinados por seu objeto?* A grande dificuldade de se dar um “tratamento científico” para os fenômenos humanos, como por exemplo a linguagem, o direito, a arte, a história e a própria filosofia, deve-se ao fato de que, diferente das ciências naturais, o homem não está simplesmente na posição de sujeito cognoscente, mas é ao mesmo tempo o próprio objeto do conhecimento. Com isso a noção de “realidade”, que até então só se aplicava a objetos naturais, entra em crise, exigindo dos pensadores novas teorias de objetos.³⁷

³⁵ KIN. “Paul Natorp”....

³⁶ MOTZKIN, Gabriel. *Emil Lask and the Crisis of Neokantianism. The Rediscovery of the Primordial Word*. In *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº 2/1989. pp. 171-190.

³⁷ PORTA. *A filosofia...*, p. 141.

Como se sabe Hegel responde a estas questões unificando ser e conhecimento no movimento de seu historicismo. Mas para isso ele combate Bacon, Newton, submete historicamente o Judaísmo ao Cristianismo,³⁸ e ao criticar os evolucionistas de seu tempo inviabiliza qualquer possibilidade de diálogo com a futura teoria da evolução de Darwin. Hegel se indispõe com tudo o que constituirá o ideal científico a partir da década de 50.

Com a revolução tecnológica e a consolidação das ciências naturais os materialistas são levados a empirizar os fenômenos humanos com base nos métodos das ciências naturais. Se sentem legitimados a fazê-lo, pois a “realidade dos fatos” teria demonstrado a inviabilidade e o disparate do idealismo hegeliano.

Reagindo a esses excessos o neokantismo volta-se para Kant prometendo unificar cultura e ciência sem cair no materialismo nem no idealismo. Aos olhos neokantianos a disputa entre o idealismo hegeliano e o positivismo científico reeditava a oposição pré-crítica entre o racionalismo metafísico e o empirismo. Tratava-se, portanto, de retomar o único ponto de partida seguro: a crítica transcendental, e a partir dela desenvolver uma teoria do objeto que desse conta tanto dos fenômenos humanos quanto dos fenômenos naturais. A arma neokantiana será então a tese de que todo “dado” é determinado, em alguma medida, pelas formas lógicas da cognição. Assim, ao invés de limitar a investigação à estrutura psicológica do pensamento, como fazia o psicologismo, ou de partir para construções puramente formais sem qualquer consideração dos fatos científicos, como fazia o idealismo, o neokantismo procurava investigar as condições lógicas de possibilidade do pensamento e da objetividade. Mas esta arma, apesar de ser eficiente contra os preconceitos idealistas e materialistas, é uma arma puramente epistemológica que compromete o neokantismo com um idealismo objetivo. Em função disso, segundo Motzkin,³⁹ o neokantismo não poderá chegar à raiz do problema da dicotomia cultura/ciência, qual seja, a separação entre conhecimento e experiência; não poderá colocar em questão a conjugação entre conhecimento e experiência porque isto significa colocar em xeque o próprio ponto de partida da lógica transcendental. Isso leva o neokantismo a desqualificar qualquer possibilidade de diálogo com as novas correntes de pensamento que no final do século propunham modelos não teóricos de superação do impasse. Se num primeiro momento a

³⁸ E aqui se tem um componente ideológico para a preferência dos neokantianos – muitos deles judeus – por Kant.

³⁹ MOTZKIN. *Emil Lask...*, p. 172.

delimitação de um campo de atuação para a filosofia em coordenação com o *factum* das ciências era a resposta neokantiana à dicotomia entre cultura e ciência, no início do século esse modelo acaba se tornando o refúgio de um idealismo deflacionado; é o que demonstra, por exemplo, um certo ensaio de retorno a Hegel por parte de Cohen.⁴⁰ E mesmo a aparente virada ontológica das últimas fases do pensamento de Rickert,⁴¹ Natorp e Cassirer,⁴² não evitará as críticas de que o neokantismo se esclerosava na tradição das filosofias da consciência.

Dentre todos os movimentos que por volta da virada do século XX se opunham ao idealismo objetivo do neokantismo pode-se diferenciar três estratégias:

- a) Em primeiro lugar os “irracionalismos” que metafisicamente desqualificavam a razão em nome de forças ocultas que governariam o mundo, como por exemplo a vontade cega em Schopenhauer, a vontade de potência em Nietzsche, a vida pré-razional em Kierkegaard, o trabalho humano em Marx, o instinto sexual em Freud, e, com algumas ressalvas, as chamadas filosofias da vida (*Lebensphilosophie*) de Dilthey, Bergson, Simmel;
- b) Em segundo lugar a “fenomenologia” de Husserl, que inutiliza a pergunta pelo mundo mostrando que a intuição das essências dos fenômenos não só independe como é condição de possibilidade, tanto para a percepção dos fenômenos, quanto para a lógica do pensamento;
- c) E por último a teoria do objeto de Lask, que de dentro do edifício neokantiano abandona o idealismo objetivo e parte para o que se pode chamar de um realismo objetivo;

Apesar de totalmente obscurecido com o declínio do neokantiano, Lask é um pensador de transição e que inicia a ruptura de algumas teses fundamentais do neokantismo. Se para o neokantismo como um todo o sentido e a significância nascem da conjugação entre conhecimento e experiência, para Lask o conhecimento é responsável apenas por um tipo derivado e empobrecido de sentido: o “sentido teórico”. Conforme se analisará na Parte II, Lask pode ser descrito como um pensador que assume o abismo entre conhecimento e experiência, e se põe, para além do neokantiano,

⁴⁰ MOTZKIN, *Emil Lask...*, p. 172.

⁴¹ KRIJNEN, Christian. *Le sens de l'être. Heidegger et le néokantisme. Methodos*, 3 (2003), Figures de l'irrationnel. <http://methodos.revues.org/document1116.html>.

⁴² Concise Routledge Encyclopedia of Philosophy. Routledge, London, 2000. “neo-kantianism”, p. 623.

como alternativa ao idealismo alucinógeno e ilimitado do hegelianismo, ao materialismo científico que procurava reduzir a significância à mecânica psicofísica, e ao irracionalismo metafísico das filosofias da vida. Isso só é possível, como se verá, porque Lask reinterpreta objetivamente a crítica transcendental, o que o permite escapar do beco sem saída idealista em que estava metido o neokantismo.

1.5. De Trendelenburg a Lask

*Nosso princípio de uma “matéria inteligível”, de uma determinabilidade da significação, se opõe sem conciliação possível ao princípio dialético hegeliano.*⁴³

O programa da teoria do objeto de Lask se inscreve nos desdobramento da tradição aberta por Adolf Trendelenburg de uma filosofia anti-idealista, primariamente analítica, que toma a ciência como um *Faktum*, e assim dispensa a pergunta pela possibilidade do conhecimento.⁴⁴ Ao invés de tomar a filosofia como uma *Wissenschaftslehre* (“doutrina” da ciência), que na tradição idealista procurava enquadrar a ciência como engrenagem de um sistema, Trendelenburg transforma a filosofia em *Wissenschaftstheorie* (“teoria” da ciência),⁴⁵ deixando de lado o pensamento especulativo que sempre atropelava a prática científica em favor da harmonia do sistema.

O primeiro alvo das *Logische Untersuchungen* de Trendelenburg é o regime da negação da dialética de Hegel. Segundo Trendelenburg⁴⁶ a negação tem uma dupla natureza, podendo ser concebida de modo puramente lógico, ou de modo real. A negação lógica simplesmente nega o que o primeiro conceito afirma sem colocar nada em seu lugar, constituindo-se formalmente como contradição lógica. Já a negação real nega o primeiro conceito pela afirmação de um novo conceito, trata-se, por conseguinte, de uma oposição real. A não distinção entre estes dois regimes da negação teria levado

⁴³ LASK, Emil. *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre*. Jena: Scheglmann, 2003. p. 63.

⁴⁴ Para uma análise detalhada da obra e da importância de Trendelenburg na passagem do idealismo para a filosofia contemporânea, veja-se PORTA, Mario A. G. “Zurück zu Kant”: *Adolf Trendelenburg, la superación del idealismo y los orígenes de la filosofía contemporánea*. PUC, 2004.

⁴⁵ TRENDELENBURG, Adolf. *Logische Untersuchungen*. v. I. Hildesheim, Olms, 1964, 3ª ed. p. 131.

⁴⁶ AGOSTINI, Franca d'. *Lógica do niilismo: dialética, diferença, recursividade*. Trad. Marcelo Perine. Editora Unisinos, São Leopoldo, 2002. p. 228.

Hegel a menosprezar a empiricidade da negação real em favor da mecânica dualística e abstrata da negação formal, a qual foi então tomada como o único motor do movimento dialético. Assim, todo o edifício dialético hegeliano, desde a sua fundação até o absoluto, constituir-se-ia numa abstração especulativa totalmente apartada da multiplicidade de determinações do real sensível e experienciável.⁴⁷ Para exemplificar a importância desta diferenciação dos regimes de negação Trendelenburg utiliza-se da “lógica das cores”, pela qual a negação real do vermelho, por exemplo, supõe uma posição intuitiva das outras cores do espectro luminoso, o que não pode ser deduzido por via puramente lógica. Ou seja, da pura negação formal do vermelho (não-vermelho) não se deduz o verde o azul ou o amarelo.

A esta crítica da negação segue-se a crítica de Trendelenburg à teoria de Hegel do automovimento do conceito como início puro e sem pressupostos. Trata-se do problema da *imanência* que Hegel resolve afirmando que o puro ser constitui o começo sem pressupostos, pois o ser seria tanto pensamento puro quanto imediato e indeterminado. Para Trendelenburg também este se constitui num pressuposto arbitrário: tanto o puro ser quanto o nada já seriam abstrações, e enquanto tais precisam de um algo pressuposto do qual possam ser abstraídos.⁴⁸

Trendelenburg então propõe a sua *Wissenschaftstheorie* como capaz de conectar lógica e ontologia, e assim barrar o surto psicótico do idealismo hegeliano. Retomando a metafísica e a lógica aristotélicas (então totalmente desacreditadas), Trendelenburg acredita poder fazer convergir lógica e ontologia, numa ciência capaz de integrar tudo o que é deixado de fora pela negação lógica da dialética hegeliana. São nesse sentido os diversos trabalhos de Trendelenburg sobre a filosofia aristotélica.⁴⁹ No neokantismo a *Wissenschaftstheorie* de Trendelenburg se constituirá na busca de uma lógica filosófica capaz de estabelecer uma correta mediação entre ciências da natureza, ciências do espírito e ciências exatas.⁵⁰

Especialmente importantes para Lask serão os trabalhos de Trendelenburg sobre as categorias aristotélicas, nos quais se desenvolve a tese de que estas são estruturadas

⁴⁷ AGOSTINI. *Lógica...*, p. 230.

⁴⁸ AGOSTINI. *Lógica...*, p. 231.

⁴⁹ PORTA. “*Zurück zu Kant*”..., p. 12 ss.

⁵⁰ AGOSTINI. *Lógica...*, p. 179.

por um fio condutor lingüístico.⁵¹ Não é de se estranha, portanto, que o primeiro trabalho de Lask (*Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre*) publicado como professor paute-se por uma reformulação da teoria das categorias e se estruture num hilemorfismo de tipo aristotélico.

Tal qual a *Wissenschaftstheorie* de Trendelenburg, a lógica da filosofia de Lask visa garantir um espaço de “soberania” para a lógica. Assim como é a não-enticidade da forma em sua relação com a matéria, que constitui o mundo (único possível) dos entes, também pode-se dizer que o mundo aberto pela negação real (trendelenburguiana) é o único real e possível.

1.6. Influência sobre Heidegger

Em *Ser e Tempo* Heidegger⁵² assinala que os dois conceitos fundamentais para a elaboração do tratado, “mundanidade” (*Umwelt*) e “hermenêutica da facticidade” (*Hermeneutik der Faktizität*), já estavam estabelecidos desde o curso do semestre de inverno de 1919/20.⁵³ Como é neste curso em que tais conceitos aparecem expressos pela primeira vez, parecia ser mesmo o ponto de partida para *Ser e Tempo*.

No curso do semestre de inverno de 1925⁵⁴ Heidegger presta homenagem a Husserl por suas contribuições fenomenológicas, especialmente no que diz respeito aos conceitos de “intencionalidade”, “intuição categorial” e o novo “sentido de a priori” decorrente dos dois primeiros. O que à primeira vista dá a entender que o que Heidegger fazia era apenas desenvolver e aprofundar o caminho fenomenológico aberto por Husserl. Entretanto, a reconstituição da fenomenologia e a análise da *VI Investigação* ali apresentadas são muito superficiais e não justificam como Heidegger teria desenvolvido os conceitos de Husserl para chegar à “mundanidade” e à “hermenêutica da facticidade”. Além disso, como hoje demonstra a correspondência da época, apesar de

⁵¹ TRENDELENBURG, Adolf. “*La dottrina delle categorie in Aristotele*”. con in appendice la *prolusione accademica del 1833 “De Aristotelis categoriis”*. Prefácio Giovanni Reale. Trad. Vincenzo Cicero. Milão: Vita e Pensiero, 1994.

⁵² HEIDEGGER, Martin, *Sein und Zeit*. 16. unveränderte Auflage, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1986. p. 72 (nota).

⁵³ “Kriegsnotsemester”, que devido ao fim da 1ª Guerra Mundial começou em 7 de fevereiro e terminou no dia 11 de abril de 1919. (HEIDEGGER, Martin. *Gesamtausgabe* (GA) 56/57. *Die Idee der Philosophie und Weltanschauungsproblem*. Frankfurt: Vittorio Klostermann, 1987.)

⁵⁴ HEIDEGGER, GA 20. *Geschichte des Zeitbegriffs. Prolegomena zur Phänomenologie von Geschichte und Natur (vierstündig)*. Vittorio Klostermann, 1979.

publicamente ainda chamar Husserl de mestre, desde 1920 Heidegger já havia se afastado de seu pensamento.⁵⁵

Com a publicação dos primeiros cursos de Friburgo e Marburgo a partir de 1985 pôde-se perceber que este pretenso desenvolvimento da fenomenologia husserliana é apenas um fator dentro de uma encruzilhada filosófica que já estava em curso no início da carreira de Heidegger, entre os anos de 1912 e 1919. Apesar da grande admiração e da espécie de culto que Heidegger devotava às *Investigações Lógicas* de Husserl desde 1912, era na doutrina e nos problemas da lógica transcendental neokantiana que Heidegger exercitava seu pensar e dava seus primeiros passos. Mesmo as abordagens das idéias de Husserl, que permeiam os primeiros escritos de Heidegger, não se devem a uma iniciativa solitária, mas decorrem da mediação neokantiana, em especial aquela empreendida por Lask, o qual, conforme escreve Heidegger no prefácio de 1972 dos seus *Frühe Schriften*, o permitia conciliar a filosofia de Rickert e Husserl e ainda “escutar os pensadores gregos”.⁵⁶

A pedra inaugural do pensamento de Heidegger é o conceito neokantiano de *facticidade*, não como praticado pelo kantismo em geral desde sua introdução por Fichte, ou seja, como a face bruta e irracional da matéria, mas no sentido introduzido por Lask como vivência pré-teórica do sentido. É o que confirma uma carta a Karl Löwith em 1927, logo depois da publicação de *Ser e Tempo*. Nela Heidegger escreve que as inovadoras perspectivas apresentadas nos cursos de Friburgo emergiram de suas pesquisas sobre as categorias de Duns Scotus e da gramática especulativa de Thomas de Erfurt⁵⁷ em sua tese de habilitação *Die Kategorien-und Bedeutungslehre des Duns*

⁵⁵ Em duas venenosas cartas do período, Heidegger desclassifica Husserl: A primeira de 1922, endereçada a Karl Jaspers, Heidegger escreve: “*você bem sabe que Husserl tem fama em Berlim; porta-se pior do que um livre-docente, que confunde a cátedra com a beatitude eterna... Husserl está totalmente fora de rumo... se jamais esteve dentro – o que nos últimos tempos achei sempre mais duvidoso – oscila de um lado para o outro e diz trivialidades que dão pena. Vive da missão de fundador da fenomenologia, ninguém sabe o que é isso – quem está aqui um semestre sabe o que acontece – e começa a adivinhar que as pessoas não o seguem mais... e esse homem quer salvar o mundo em Berlim.*” *apud.* SAFRANSKI. *Heidegger...*, p. 165 (Correspondência entre Martin Heidegger e Karl Jaspers, Ed. Walter Biemel e Hans Saner, Frankfurt e Munique, 1990). A segunda, de 1923, é dirigida a Karl Löwith, logo depois da mudança de Heidegger para Marburgo: “*Estou convencido de que Husserl nunca foi um filósofo, nem por um único segundo em sua vida.*” *apud.* CROWELL, Steven Galt. *Husserl, Heidegger, and the Space of Meaning: Paths toward Transcendental Phenomenology*, Northwestern University Press, 2001.

⁵⁶ HEIDEGGER. GA 1. *Frühe Schriften*. Frankfurt: Vittorio Klostermann: 1972, p. X.

⁵⁷ Como se sabe, nesta época pensava-se que este texto também era de Scotus, fato que só posteriormente foi desmentido por Martin Grabmann, que demonstrou que o autor de *De modis significandi sive grammatica speculativa* era na realidade Thomas de Erfurt.

Scotus (1915/16),⁵⁸ quando ele pela primeira vez foi além de todo fato para tornar a *facticidade* um problema.⁵⁹ É, portanto, em sua tese de habilitação que Heidegger pela primeira vez esboça o que seria a tarefa fundamental da filosofia: desentranhar do fenômeno a *facticidade*. Tarefa esta que é tanto o motor do mundo-da-vida dos cursos a partir de 1919, quanto da *Seinsfrage* de 1927.

O grande obstáculo para se compreender a importância da tese de habilitação de Heidegger deve-se ao fato de que ela é composta com base numa terminologia medieval, o que de certa forma encobre a lógica transcendental que a articula. Publicada em 1915/16 ela permaneceu numa espécie de dormência até as últimas décadas do século XX. A linguagem e o ambiente medieval, permeado de aproximações com a filosofia transcendental (Husserl/neokantismo), pareciam um tanto quanto forçadas, o que levava comentadores e intérpretes a rebaixá-la a um segundo plano.⁶⁰ Como Heidegger pretendia prosseguir com suas pesquisas em lógica iniciadas na tese de doutorado e desenvolver um trabalho sobre a natureza do conceito de número, mas acaba produzindo um trabalho em filosofia escolástica, a tese de habilitação sempre pareceu refletir a posição cambiante de um jovem pensador religioso, ainda mais sabendo-se que foi a instituição religiosa⁶¹ que lhe custeava os estudos quem lhe exigiu que trabalhasse com um tema ligado à escolástica e ao tomismo.

A recente publicação da correspondência entre Rickert e Heidegger mostra, todavia, que o tema escolhido não foi nada arbitrário. Numa carta de 1914 Heidegger dá a entender que opta pelo estudo de Duns Scotus por influência de análises do próprio Rickert:

Sua valiosa contribuição com respeito a Duns Scotus, para compreendê-lo e avaliá-lo por intermédio da lógica moderna, me encorajou a fazer uma primeira, e em qualquer

⁵⁸ HEIDEGGER. GA 1. pp. 130-354.

⁵⁹ KISIEL, Theodore. *The Genesis of Being & Time*. Berkeley: University of California Press, 1993. p. 19.

⁶⁰ Veja-se por exemplo FREDE, Dorothea. *The question of being: Heidegger's project*. In *The Cambridge Companion to Heidegger*, ed Guignon, Charles. New York, Cambridge University Press, 1993, p. 46: "His [Heidegger's] early work, if not actually dull, is at least rather conventional and must look at first blush as of historical interest at best. Neither his thesis, "The Doctrine of Judgment in Psychologism" (1913), nor his monograph, *The Theory of Categories and Meaning of Duns Scotus* (1915), would seem to promise great originality, let alone revolutionary thinking. Had Heidegger done no more, he would rightly have vanished without a trace in the archives." E também GETHMANN, Carl Friedrich. *Dasein: Erkennen und Handeln. Heidegger im phänomenologischen Kontext*. Berlin; New York: de Gruyter, 1993. p. 4: "...*Sein und Zeit* war für die wissenschaftliche Öffentlichkeit ein revolutionäres Buch, zu dem von der Dissertation und Habilitation kaum Verbindungen herzustellen waren..."

⁶¹ Fundação em Honra de Santo Tomás de Aquino. (SAFRANSKI. *Heidegger...*, p. 75)

*caso preliminar tentativa de retomar a 'linguagem lógica'. Neste meio tempo, eu aprendi a ver que uma real doutrina do significado está estabelecida nesta base, a qual pode ser iluminada pela doutrina do significado e das categorias num 'empirismo transcendental'. Eu logo percebi que se me restringisse a este grande tratado não alcançaria uma compreensão ampla, e assim, comecei a estudar os grandes comentários à lógica e à metafísica aristotélica. Eu estava hábil a distinguir os níveis do domínio do ser, do significado e do conhecimento, os quais eu acredito não estão estabelecidos antes da filosofia transcendental, até onde posso ver, o 'realismo' deve ser essencialmente transformado. (...) Isto depende primariamente de uma explícita compreensão primária de Duns Scotus. De acordo com ele, as formas do significado recebem sua determinação através da matéria. O que você chama 'realidade empírica (objetiva)' é, em primeiro e último lugar, natural para ele. Contudo, se ele permite que suas formas do significado (modi significandi) sejam determinadas por esta [realidade empírica], a questão é se algo pode ser retomado de Scotus para a doutrina das formas da realidade pré-científica.*⁶²

Apesar de não citar Lask o que está por trás dessa análise de Scotus é a teoria do objeto de Lask. A expressão “empirismo transcendental” aponta diretamente para a terceira seção do capítulo terceiro de sua obra *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre*,⁶³ onde Lask cruza a tradição intuicionista de um irracionalismo místico que remonta à Idade Média, com o racionalismo transcendental kantiano, defendendo a tese de um empirismo não-sensível que fosse capaz de pela primeira vez na história liberar o domínio da validade de todas as formas de hipóstase. O princípio da determinação material da forma que permeia toda a tese de habilitação de Heidegger⁶⁴ é, em conteúdo e terminologia, inspirado na doutrina da diferenciação do significado de Lask.⁶⁵ Embora Heidegger cite Lask apenas seis vezes, ao final da tese de habilitação o próprio Rickert, que foi seu *Doktorvater*, reconhece:

[Heidegger] é em particular muito devedor (*ganz besonders viel*) dos escritos de Lask, tanto em sua orientação filosófica, quanto em sua terminologia, talvez mais até do que ele seja consciente.⁶⁶

Será acompanhando a redução de Scotus à *haecceitas* (estaridade) que Heidegger problematizará a *facticidade*. Aspecto este, aliás, com que ele justifica sua opção por Duns Scotus “*como aquele que teria encontrado uma grande proximidade*

⁶² Carta de Heidegger para Rickert em 24 abril de 1914. In *Martin Heidegger / Heinrich Rickert. Briefe 1912 bis 1933*, ed. Alfred Denker. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2002. p. 17 e 18.

⁶³ LASK. *Die Logik...*, pp. 211-222.

⁶⁴ HEIDEGGER. GA 1. pp. 193, 209, 253, 344.

⁶⁵ LASK. *Die Logik...*, pp. 58, 101, 169.

⁶⁶ *Martin Heidegger / Heinrich Rickert. Briefe 1912 bis 1933*, ed. Alfred Denker. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2002. p. 96. Cf. também SHEEHAN, Thomas. *Heidegger's Lehrjahre*” in *The Collegium Phaenomenologicum : The First Ten Years*, ed. J. C. Sallis, G. Moneta, and J. Taminiaux, *Phaenomenologica*, vol. 105 (Dordrecht, Boston, London: Kluwer, 1988), p. 118.

(*haecceitas*) com a vida real”.⁶⁷ Escolha esta que lhe é sugerida por Dilthey, de quem Heidegger faz questão de citar o comentário sobre Scotus: “o mais agudo de todos os escolásticos”.⁶⁸

Intimamente ligada à *facticidade* está o problema do modo de acesso à mesma, que será colocado por Heidegger a partir da versão escotiana da doutrina aristotélico-tomista da analogia do ser. Este “modo de acesso” se constituirá no método hermenêutico do jovem Heidegger, que mais tarde se denominará “indicação formal” (*formale Anzeige*) e em *Ser e Tempo* será a base para a determinação dos “existenciais” (*Existenzialen*). E aqui também, como se mostrará mais adiante, o fio condutor que leva da analogia do ser, passando pela *formale Anzeige*, até os existenciais de *Ser e Tempo*, são as categorias reflexivas de Lask.

O problema, portanto, que Heidegger enfrenta na tese de habilitação tem duas faces, e estas estão intimamente ligadas à teoria do objeto de Lask. Em primeiro lugar trata-se de colocar corretamente a vida em toda a sua concretude, isto é, a imediaticidade da experiência vivida (*facticidade*). Em segundo lugar, e inseparavelmente ligado ao primeiro, trata-se de encontrar um meio de acesso à facticidade que não sucumba à “doença” que afeta as mediações e subsunções teóricas que em suas pretensões descritivas não só deixam escapar, mas deturpam e encobrem o fato da vida.

Depois de duas décadas de pesquisas em torno à primeira fase do pensamento de Heidegger parece não haver mais dúvida de que a chave para uma real compreensão do seu pensamento, para além do ecletismo construtivista que simplesmente amontoa notícias históricas, passa em grande medida pelo neokantismo e em especial pela obra de Lask, na qual a radicalização da filosofia transcendental é tomada como lógica da teoria do sentido.⁶⁹

⁶⁷ HEIDEGGER. GA 1. p. 145.

⁶⁸ HEIDEGGER. GA 1. p. 145.

⁶⁹ Sobre *Die Kategorien- und Bedeutungslehre des Duns Scotus* como ponto de partida do pensamento de Heidegger e a influência de Lask veja-se CROWELL, Steven Galt. *Lask, Heidegger, and the Homelessness of Logic*. In *Journal of the British Society for Phenomenology*, Vol. 23, Nº 3, October, 1992., pp. 222-239; CROWELL, Steven Crowell. *Making Logic Philosophical Again (1912-1916)*. In *Reading Heidegger from the Start*. Editado por Theodore Kiesel e John Van Buren. Albany, State University of New York Press, 1994; KISIEL, Theodore. *Why Students of Heidegger Will Have to Read Emil Lask*. (1988), e *Heidegger (1907-27): The Transformation of the Categorical*. In *Heidegger's Way of Thought*. Editado por Alfred Denker and Marion Heinz. Continuum, New York, 2002; KISIEL, Theodore. *The Gebesis of Being & Time*. Berkeley: University of California Press, 1993. pp. 16-68; DASTUR, Françoise. *La problématique catégoriale dans la tradition néokantienne (Lotze, Rickert, Lask)*. In *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº 3/1998; McGRATH, Sean J. *The*

Por fim é preciso fazer justiça ao professor brasileiro João Augusto A. Mac Dowell, que na década de sessenta, quando muitos se deixavam esclerosar no vocabulário cada vez mais obscuro do Heidegger do pós-guerra, vai buscar a gênese da ontologia fundamental do filósofo dentro do neokantismo e no seu ambiente de formação. Mesmo sem ter acesso aos cursos de Friburgo e Marburgo, Mac Dowell é quem pela primeira esboça o desenvolvimento interno do pensamento de Heidegger a partir do neokantismo e especialmente da filosofia de Lask.⁷⁰

1.7. Histórico da obra de Lask

Depois da tese de doutorado sobre Fichte (*Fichtes Idealismus und die Geschichte*) apresentada em 1901 sob a orientação de Rickert, e da tese de habilitação sobre a filosofia do direito (*Rechtsphilosophie*) defendida em 1905 com orientação de Windelband, a obra de Lask sobre a lógica da filosofia e a doutrina das categorias (*Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre*) é o primeiro trabalho do filósofo não diretamente ligado com as obrigações da vida acadêmica. Publicado em 1910, aos trinta e cinco anos de idade, logo depois de sua nomeação como professor não titular em Heidelberg, é o primeiro trabalho de autonomia intelectual da curta carreira do filósofo, que se interrompe com sua morte em 1915 por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Lask servia no fronte russo, e morreu em combate perto de sua cidade natal Wadowice, na região da Galícia.

Além de *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre* Lask ainda publicou, em 1912, um trabalho sobre a doutrina do juízo (*Die Lehre vom Urteil*). Deixou também alguns póstumos que mais tarde foram reunidos num único volume. O pensamento do filósofo encontra-se, portanto, dividido em três momentos, divisão esta, inclusive, a que corresponde cada um dos três volumes de suas obras completas:⁷¹ a fase dos escritos de juventude (1902-1912), que tem como temas principais o direito e a

Forgetting of haecceitas: Heidegger's 1915-16 Habilitationsschrift. In *Between the Human and The Divine: Philosophical and Theological Hermeneutics*, ed. Andrzej Wiercinski. Toronto: The Hermeneutic Press, 2002. pp. 355-377; MAC DOWELL, João Augusto A. Amazonas. *A gênese da ontologia fundamental de M. Heidegger: ensaio de caracterização do modo de pensar de Sein und Zeit.* São Paulo: Loyola, 1993, pp. 21-92.

⁷⁰ MAC DOWELL. *A gênese...*, pp. 21-92.

⁷¹ LASK, Emil. *Gesammelte Schriften*, Vol. I, II, e III, ed. Eugen Herrigel. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1923.

história, na perspectiva da filosofia da ciência e dos valores; a fase dos escritos de maturidade (1908-1913), caracterizada pela crítica da filosofia dos valores e da teoria do conhecimento, na qual são publicados *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre* e *Die Lehre vom Urteil*; e a fase dos textos póstumos (1913-1914), os quais foram reunidos no terceiro volume das obras completas e compilados sob os títulos: *Platon*, *Zum System der Logik*, *Zum System der Philosophie* e *Zum System der Wissenschaften*, nos quais Lask aparentemente trabalhava num aprofundamento das idéias da segunda fase, e numa reforma da filosofia dos valores.⁷²

⁷² LAUNAY, Marc de. Prefácio a *La logique de la philosophie et la doctrine des catégories*. Emil Lask. Paris: Vrin, 2002. p. 7.

Capítulo 2

O PROBLEMA DA LÓGICA DA FILOSOFIA

2.1. O projeto de uma doutrina de categorias

“A época atual se esforça para dar um tratamento lógico a todos os domínios do saber, porque teria ignorado o saber filosófico?”⁷³

O problema que Lask se coloca em *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre* pode ser nominado com uma expressão do próprio filósofo: o “desterro” (*Heimatlos*)⁷⁴ da lógica. Ou seja, a indeterminação quanto ao campo de atuação da lógica dentro da “geografia” das ciências.

A tarefa a que se propõe em vista deste “desterro” é a de estabelecer a extensão (*Umfang*) e o alcance (*Weite*) do domínio da lógica, visando assim garantir a sua soberania.⁷⁵ O que deve ser feito pela definitiva emancipação do domínio da validade (*Geltung*) em face dos domínios ontológicos e metafísicos.

Para tanto propõe uma doutrina de categorias que, articulando a concepção aristotélica de categoria como predicação, e a concepção transcendental kantiana das formas *a priori* do entendimento puro, seja capaz, pela primeira vez na história, de dar um tratamento categorial para o domínio da validade.⁷⁶

Como se mostrará, este projeto resultará numa teoria do objeto que trata da constituição do sentido numa instância não meramente pré-judicativa e pré-cognitiva, mas totalmente independente e inacessível à subjetividade e a qualquer comportamento teórico.

⁷³ LASK. *Die Logik...*, p. 23.

⁷⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 260. Optou-se por traduzir *Heimatlos* por “desterro” porque na língua portuguesa expressões como “sem pátria” ou “apátrida” não evocam as idéias de origens, raízes e terra natal. Não dizemos “pátria”, mas “terra”, “terrinha”, como no verso *Minha terra tem palmeiras...* Sentido este presente desde o início da colonização portuguesa, quando criminosos portugueses eram condenados ao “desterro no Brasil”, e criminosos brasileiros ao “desterro na África”. Além do mais, como se poderá observar ao longo da exposição, a teoria do objeto de Lask aponta para um sentido profundo de enraizamento da lógica num solo ontológico, para o que a expressão “desterro” se mostra bem mais precisa.

⁷⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 4.

⁷⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 25.

2.2. O desterro da lógica

Vejamos, em primeiro lugar, em que se consiste o “problema” de que se ocupa Lask, isto é, o *desterro da lógica*. Segundo Lask toda a história do pensamento ocidental consiste em tentar esclarecer e ordenar isto que é suscetível de ser vivido em geral (*Erlebbaren überhaupt*), pensado em geral (*Denkbaren überhaupt*) e do *algo* em geral (*Etwas überhaupt*).⁷⁷ Tal esforço, entretanto, que assim considerado confunde-se com o próprio exercício da filosofia, teria se deturpado já nos seus primeiros impulsos, devido a não observância daquilo que caracteriza o domínio da lógica, isto é, a validade (*Geltung*), o “valer” (*Gelten*).

Inaugurando formalmente esta tradição de desterro que Lask chama de Teoria dos Dois Mundos (*Zweiweltentheorie*), Platão postula que à realidade caótica que se nos apresenta, contrapõe-se uma outra ordenada, eterna e perfeita, que subordina, sustenta e dá sentido à primeira. O que Platão procurava era a verdade, que enquanto tal, não poderia pertencer a essa realidade heterogênea, imperfeita, transitória e contingente. Assim, concebe, por oposição à realidade sensível, um mundo perfeito e eterno para a verdade. Platão, entretanto, não se deu conta de que a verdade não pode ser “alguma coisa”, nem “estar” em algum lugar. A verdade simplesmente “vale” sem ter que ser “alguma coisa”. Sem levar isso em consideração Platão acaba subsumindo a validade num mundo de “entes” perfeitos e eternos chamados de “idéias”. Dicotomia esta que será incansavelmente repetida na história: sensível e supra-sensível, αἰσθητόν e νοητόν, *sensibile* e *intelligibile*, aparência e realidade verdadeira, fenômeno e idéia, matéria e forma, matéria e espírito, finito e infinito, condicional e incondicional, empírico e *supra*-empírico, relativo e absoluto, natureza e razão, natureza e liberdade, temporal e eterno.⁷⁸

A confusão platônica deve-se ao fato de que tanto a validade quanto o supra-sensível são não-sensíveis (*Nichtsinnliches*). Mas isso não significa que sejam a mesma coisa, pois que o supra-sensível se determina por oposição àquilo que caracteriza a realidade sensível (imperfeição, finitude, contingência), já a validade não pode se determinar por qualquer propriedade, porque ela não “é” alguma coisa. O valer, diferente dos domínios físicos, psíquicos e metafísicos, não é, nem *ocorre* (*geschieht*),

⁷⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 5. (Estas três expressões serão esclarecidas e corretamente determinadas ao longo da exposição da teoria do objeto, eis que correspondem aos domínios de objetos da mesma).

⁷⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 5.

nem é *eterno*, mas simplesmente *vale (gilt)*.⁷⁹ A ignorância deste fato é o que implicou na hipóstase da validade, sempre inadvertidamente abordada com propriedades incompatíveis com seu modo de não ser, resultando assim na ilusão de uma dimensão autônoma.

Para Lask, portanto, resolver o desterro da lógica não significa encontrar um “lugar” (seja este transcendente como as “idéias” de Platão, ou transcendental como as condições de possibilidade do conhecimento de Kant), mas parar de procurar um lugar.

A lógica, enquanto ramo da validade,⁸⁰ já nasce desterrada com Aristóteles e assim permanecerá, vagando pela história do pensamento ocidental até a filosofia dos valores de Lotze, que segundo Lask demonstrará a insuficiência da dicotomia sensível/supra-sensível para caracterizar o domínio da lógica.⁸¹

Estabelecido o problema, torna-se tarefa urgente da filosofia a rigorosa determinação do domínio da validade de modo a garantir a soberania da lógica.⁸² Missão que será assumida por Lask e que deverá ser executada através de uma doutrina de categorias que dê conta, não só do sensível e do supra-sensível, mas também do domínio da validade. Partindo do caminho aberto pela *Geltung* lotzeana é preciso agora, anuncia Lask,

*“dissipar a anarquia que rege as orientações de toda pesquisa e de todo questionamento possível”.*⁸³

Nesse empreendimento, apesar de enquadrar toda a tradição filosófica dentro da Teoria dos Dois Mundos, Lask toma como modelo categorial dois clássicos do pensamento antigo: Aristóteles e Plotino. Isso se justifica porque para Lask o problema da metafísica não está em tratar do incondicional, do valor absoluto, do bem eterno, ou do UNO, mas na hipóstase dos valores em reinos materiais autônomos. Assim, não é necessário criar um novo sistema categorial, mas apenas corrigir os modelos produzidos ao longo da história da filosofia, através da crítica dos valores. Como todos esses modelos são apenas variações da metafísica antiga, Lask volta-se para Aristóteles e Plotino, nos quais ele vê maior pureza e acabamento categorial. A preferência por

⁷⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 6.

⁸⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 25.

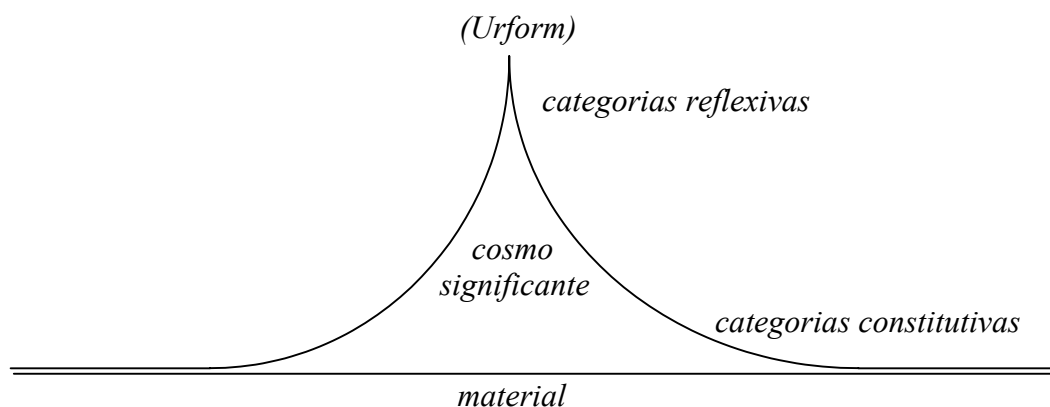
⁸¹ LASK. *Die Logik...*, p. 14.

⁸² LASK. *Die Logik...*, p. 4.

⁸³ LASK. *Die Logik...*, p. 6.

Plotino, no lugar da clássica oposição entre Platão e Aristóteles parece se justificar em função da sistematicidade piramidal que dá Plotino à tradição metafísica do platonismo. Lask então cruza o hilemorfismo aristotélico com o neoplatonismo plotiniano, depurando a metafísica de ambos: o realismo hilemórfico de Aristóteles é mantido, mas sem a consubstanciação da *energeia* (ἐνεργεια); e a realidade eterna do UNO de Plotino é transformada no conceito limite da forma fundamental (*Urform*).⁸⁴

O modelo categorial de Lask pode ser graficamente representado como uma pirâmide que tem no topo o conceito limite da *Urform*. À medida que se aproxima da base (material) amplia-se a diferenciação do significado, o que promove o alargamento da base da pirâmide. Todavia, a forma não chega a tocar a base, passando a se aproximar assintoticamente do material; apensar de não haver material inacessível ao envolvimento da forma, o material jamais se torna translúcido, jamais pode ser formalmente derivado.



2.3. Naturalismo e realismo lógico

A primeira tarefa para se resolver o desterro da lógica é estabelecer a independência do domínio da validade em relação aos domínios físicos, psíquicos e metafísicos. Para Lask, físico e psíquico integram o mesmo domínio, isto é, a massa ôntica (*Seinsmasse*) do universo dos entes, dos acontecimentos, dos conteúdos intuitivos e sensíveis, da espaço-temporalidade, da causalidade.⁸⁵ Assim, pesquisar a relação entre físico e psíquico não é uma tarefa para a filosofia, mas para as ciências ônticas, por

⁸⁴ Cf. LASK. *Die Logik...*, pp. 222-268.

⁸⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 17.

exemplo, a psicologia. Já o domínio metafísico é estabelecido de modo negativo, eis que por enquanto não temos acesso ao seu material. Conhecimentos metafísicos talvez nunca se tornem possíveis e não passem de ilusão, mas isto não exclui a possibilidade lógica de determinação categorial dos mesmos. O mais importante, contudo, é separar o domínio da validade do domínio metafísico, pois grande parte dos problemas metafísicos em toda a história do pensamento não passam de hipóstases de valores em realidades supra-sensíveis.⁸⁶

Neste primeiro momento a luta de Lask é contra o naturalismo das teorias do conhecimento que hipostasiam o domínio da validade⁸⁷ e, por conseqüência, a lógica. Dentro desta tendência naturalista, que abarcaria toda a história do pensamento ocidental, Lask inclui não só o positivismo e o psicologismo, que na segunda metade do século XIX e início do século XX personalizavam tal tendência, mas também os próprios opositores do psicologismo, como o chamado “realismo lógico”, que inclui desde Bolzano, Brentano e Lotze, até Windelband, Rickert e Husserl.⁸⁸

O naturalismo do “realismo lógico” deve-se ao fato de que todas as suas variantes advogam a existência de entidades lógicas independentes, o que sempre implica numa reedição da dicotomia da Teoria dos Dois Mundos. Dentro desta vertente inclui-se o neokantismo de Baden, que a partir da *Geltung* lotzeana afirmava os valores como entidades ideais.

Apesar de ordinariamente enquadrado dentro do neokantismo de Baden, e de ser partidário da *Geltung* lotzeana, Lask não prega um dualismo pelo qual o mundo sensível do ser e o mundo não-sensível da validade disporiam de autonomia. Não se trata de dois mundos, mas de dois elementos incompletos e co-dependentes constituintes do único mundo possível.

E apesar de falar em “domínio” da validade, o que talvez pudesse sugerir um reino ideal ou anti-material, Lask se esquivava pela consideração da insuficiência da linguagem. As gramáticas e línguas humanas não são adequadas para o tratamento da validade, pois grande parte das expressões lingüísticas são metáforas temporais e espaciais forjadas com base no mundo sensível.⁸⁹ Segundo Lask, quando se procura

⁸⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 9 e 14.

⁸⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 24.

⁸⁸ PORTA. *A Polêmica...*, p. 3.

⁸⁹ Lask cita como exemplo as expressões, sucessão (*Folge*), fundamento (*Grund*) e provir (*Hervorgehn*) (LASK. *Die Logik...*, p. 19), às quais, entretanto, pode-se acrescentar quase que os dicionários inteiros. De fato quase toda expressão lingüística parece nascer como metáfora sensível, e

tratar do sentido só dispomos de imagens espaciais que evocam dinâmicas de atração, repulsão e resistência entre realidades físicas, além do que sempre somos tentados a representar a atemporalidade da validade com expressões temporais do tipo “duração infinita”, “eternidade”. Essa deficiência da linguagem é para Lask uma das grandes responsáveis pela hipóstase da lógica, e portanto, pelos naturalismos e realismos lógicos da tradição. Barrar essa herança dispondo apenas de imagens sensíveis é o grande desafio de Lask. Com um enfoque diferente daquele que a linguagem adquirirá no século XX depois do *analytic turn*,⁹⁰ Lask tratará reiteradamente deste problema.⁹¹

Por último é interessante notar que esta reclamação de que a linguagem e conseqüentemente as categorias, por serem moldadas a partir da realidade sensível, seriam impróprias e deformadoras do “objeto” da filosofia, era uma queixa comum não só aos neokantianos, por exemplo Rickert⁹², mas a quase todas as correntes de pensamento da época, passando pela fenomenologia de Husserl,⁹³ pelo intuicionismo de Bergson, pelo pragmatismo psicológico de Willian James,⁹⁴ até o jovem Heidegger.⁹⁵

2.4. O formalismo marburgues

Além da luta explícita contra a naturalização do domínio da validade que permeia toda a obra de Lask, há uma outra frente de combate mais discreta, mas nem por isso menos violenta, contra o neokantismo de Marburgo,⁹⁶ a qual também

mesmo algumas que aparentemente não o são, como por exemplo, “existência” e “verdade”, em realidade são metáforas espaciais que tiveram o seu sentido transformado com o passar dos séculos e das civilizações; transformações estas em grande medida devidas à reflexão filosófica.

⁹⁰ Sobre o papel da linguagem na teoria do objeto de Lask veja-se o capítulo 4 (4.5.) Parte II.

⁹¹ LASK. *Die Logik...*, pp. 19, 71 (nota 43), 98, 102, 103, 119, 174, 179, 181.

⁹² RICKERT, Heinrich. *Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*, 2 Aufl. 1913. p. 30 ss. *apud*. HEIDEGGER. GA 1. p. 249.

⁹³ HUSSERL, Edmund. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie II*, Haag, M. Nijhoff, IV, § 32, 1950. Onde Husserl observa que o fluxo vivido dos fenômenos não pode ser abordado a partir da categoria “substância”.

⁹⁴ Esta insuficiência da linguagem era partilhada por Bergson e James. É o que demonstra a carta de Bergson a James em 25-03-1903: “Mas, no mundo das realidades psicológicas não creio que haja lugar para colocar a alternativa “to be or not to be”(...)” BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. Trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 11.

⁹⁵ HEIDEGGER. GA 1. p. 248 e 249.

⁹⁶ CROWELL, Steven Galt. *Emil Lask: Aletheiology as ontology*. In Husserl, Heidegger and the Space of Meaning: paths toward transcendental phenomenology. Northwestern University Press, Evanston, Illinois, 2001. p. 38.

desenvolve-se ao longo de toda a obra e pode ser identificada pelo codinome “*panlogismo hegeliano*”.⁹⁷

Entre as desavenças entre os neokantianos está a já citada acusação de “platonismo” da escola de Marburgo à filosofia dos valores da escola de Baden. Diferente desta última, a escola de Marburgo nega, não só a possibilidade de conhecimento, mas também a existência de “objetos” lógicos e ideais. Não obstante, mantém a convicção na existência de conhecimentos *a priori*, estes agora restritos às condições de possibilidade da objetividade dos objetos.⁹⁸ Isto é, as categorias kantianas são depuradas de toda efetividade física, sensível, subjetiva e psicológica, e limitadas aos conceitos puros do entendimento, ao que Cohen chama de princípio supremo da possibilidade da experiência,⁹⁹ que é tomado como instância original e fonte de toda necessidade.

Como se mostrará, esta concepção do conhecimento *a priori* isola-se no formalismo vazio do que Lask chama de categorias reflexivas, que tem como exemplos, a *diferença*, o *e*, o *outro*, a *multiplicidade*, o *número*, etc.¹⁰⁰ São categorias que têm como fator individualizador um produto artificial instituído pela própria subjetividade, obtido pela rarefação e apagamento da relação constitutiva original. Estas categorias – também chamadas de imanentes – têm como “categoria regional” a *identidade*, que por não se determinar por um remetimento a um material específico, é capaz de se aplicar a qualquer domínio¹⁰¹. Diferente do neokantismo de Marburgo, a identidade ocupa um lugar secundário no sistema categorial de Lask, servindo apenas, através de suas sub-formas reflexivas, para auxiliar no estabelecimento das categorias constitutivas originais.¹⁰²

Discordando de Cohen, para quem os objetos são constituídos no juízo científico, Lask argumenta que os objetos são verdades em si e unidades de sentido¹⁰³ presentes não só no âmbito científico, mas principalmente na vida supra-científica.

⁹⁷ LASK. *Die Logik...*, pp. 40, 110, 127, 133.

⁹⁸ PORTA. *A Polêmica...*, p. 15.

⁹⁹ COHEN, Hermann. *Kants Theorie der Erfahrung* Berlin, Dümmler, 1885, p. 408 – *apud* PROMPSY, Carole. *Entre Kant et Dieu: la philosophie de la religion de Hermann Cohen*. Tese de doutorado - Université Paris IV-Sorbonne, junho 1988, direção Professeur Marquet. Cf. POLITIS, Vasilis. *Anti-Realist Interpretations of Plato: Paul Natorp*. In *International Journal of Philosophical Studies*. Vol. 9(1), p. 47-61

¹⁰⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 142.

¹⁰¹ LASK. *Die Logik...*, p. 140.

¹⁰² FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Conceito de Sistema de Direito: uma investigação histórica a partir da obra jusfilosófica de Emil Lask*. São Paulo: Revista dos Tribunais, USP, 1976. p. 120.

¹⁰³ CROWELL. *Emil Lask...*, p. 28.

Negligenciar esta região supra-científica do sentido teórico implica reduzir a lógica ao conhecimento ôntico das ciências partitulares, um fanatismo tradicional da especialização lógica que toma acriticamente, como um “dado lógico”, os complexos fenômenos da forma e do sentido.¹⁰⁴

E é justamente este aspecto que nos últimos anos tem levado ao resgate da obra de Lask de seu estado de hibernação. Uma teoria do sentido não metafísica e não representacional, fundada num conceito transcendental de verdade que se pretende totalmente independente da subjetividade, isto é, de qualquer conceito *a priori* do que “nós” podemos conhecer.¹⁰⁵

¹⁰⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 187.

¹⁰⁵ CROWELL. *Emil Lask...*, p. 42.

Capítulo 3

REINTERPRETAÇÃO DA REVOLUÇÃO COPERNICANA

Segundo Lask o *Kopernikanische Tat* de Kant operou uma revolução na teoria da verdade e do conhecimento. Revolução esta, entretanto, que diferente da interpretação oficial, não se constitui numa novidade jamais pensada, mas simplesmente na “*transposição do conceito de ser num conceito da lógica transcendental*”.¹⁰⁶ Kant, todavia, ainda estava preso à metafísica da Teoria dos Dois Mundos, o que demonstram todas as dicotomias de seu pensamento e especialmente a oposição entre fenômeno e coisa-em-si. Assim, mesmo tendo estabelecido o marco entre dogmatismo e criticismo, Kant ainda foi tão retrógrado quanto Descartes ou Locke.¹⁰⁷ Apesar disso Lask acredita que é possível tomar a revolução copernicana de Kant independentemente dos dualismos em que se enreda seu pensamento.

Vejamos, em primeiro lugar, em que consiste a tese da “*transposição do conceito de ser num conceito da lógica transcendental*” (3.1). A seguir as implicações desta tese na teoria do conhecimento e do juízo (3.2), e a divisão da lógica entre *aletheiologia e gnoseologia* (3.3). Posteriormente a apropriação de Lask do conceito de intencionalidade (3.4). E por último a necessidade, segundo Lask, de se aplicar o criticismo kantiano nele mesmo (3.5), o que se constituirá no ponto de partida para a sua teoria do objeto.

3.1. A conversão do conceito de ser

Inicialmente é preciso observar que Lask diagnostica a revolução copernicana de Kant de maneira diversa da habitual.

De modo geral a revolução transcendental é apresentada da seguinte forma: Kant teria demonstrado que o conhecimento da realidade não é a simples apreensão ou reflexo na consciência das propriedades fundamentais dessa realidade, a qual seria

¹⁰⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 28.

¹⁰⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 28.

totalmente transcendente à consciência, mas bem ao contrário, pois o que se chama de realidade, o único mundo empiricamente real que se pode conhecer, teria suas propriedades fundamentais determinadas pela própria faculdade intuitiva do entendimento.¹⁰⁸ Simplificando em termos de forma e matéria o que Kant faz é demonstrar que a forma não é apreendida ou abstraída da matéria, mas é a modulação no entendimento dos dados sensíveis experimentados da matéria. Como essa forma é imanente à subjetividade, está imune à contingência e relatividade dos dados da experiência. Assim, Kant demonstra que só é possível universalidade e necessidade dos conhecimentos formais (*a priori*), nos limites da experiência possível. A objetividade da realidade é fundada na própria auto-fundamentação da razão. Com isso considera-se que Kant supera o dogmatismo que concebia sujeito e realidade como “reinos” separados e autônomos.

Já para Lask, todo o dogmatismo pré-crítico – seja ele racionalista, empirista ou cético – consiste em tomar a lógica como uma dimensão autônoma, pressupondo um corte absoluto entre objeto e verdade. O que Lask denomina de “metalogicidade” (*Metalogizität*) dos objetos,¹⁰⁹ injustamente assumida pela tradição da Teoria dos Dois Mundos, segundo a qual os objetos estariam além (*meta*) da lógica, numa oposição totalmente transcendente ao conhecimento enquanto reino lógico por excelência. Para Lask a revolução copernicana de Kant possibilitou a supressão dessa cisão artificial entre objeto (*Gegenstand*) e seu teor de verdade (*Wahrheitsgehalt*),¹¹⁰ através da “*transposição do conceito de ser num conceito da lógica transcendental*”.

Observe-se que Lask não tem em conta a subjetividade, a consciência, o entendimento ou o juízo, mas apenas a identidade entre o teor de verdade e o objeto. Para o filósofo a revolução kantiana demonstra tão somente que há um momento lógico que é próprio da constituição dos objetos, o que não implica necessariamente dependência ou subordinação à subjetividade. No esquema forma/matéria poder-se-ia supor que Lask simplesmente recai numa posição pré-crítica, num hilemorfismo de tipo aristotélico, no qual forma e matéria são os constituintes inseparáveis da realidade,¹¹¹

¹⁰⁸ STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofia Contemporânea: introdução crítica*. v. 1-2. São Paulo, 1977. p. 3.

¹⁰⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 28.

¹¹⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 29.

¹¹¹ Para Aristóteles forma (εἶδος) e matéria (ὑλη) constituem um composto indissociável. A matéria é aquilo que não tem existência determinada por si só, nem uma certa quantidade, nem qualquer das outras categorias pelas quais o ser é determinado (*Metafísica*, 1029a 20-25). É o “outro” das categorias (formas), que só se define negativamente por contraposição a estas. As categorias

sendo apenas “considerados”, por abstração, de modo independente no pensamento. Segundo Lask, entretanto, o realismo de Aristóteles em nada altera a dicotomia estabelecida na Teoria dos Dois Mundos de Platão.¹¹² Apesar de transformar o mundo transcendente das idéias de Platão na energeia (ἐνεργεια) da realidade imanente, Aristóteles reedita a metalogicidade, separando as coisas de seu teor de verdade. Sem dispor da teoria da “validade” (*Geltung*), Aristóteles acaba entificando a forma na realidade metafísica da energeia, o que se reflete na obscuridade de sua psicologia, por exemplo, quando afirma que no conhecimento das coisas conhecemos a sua forma, de modo que o entendimento (νοῦς) torna-se a coisa conhecida, em virtude da forma da coisa penetrar na alma.¹¹³ Esta metalogicidade, como já se adiantou, será incansavelmente reeditada ao longo da história e só poderá ser contida com a coordenação dos dois movimentos aqui analisados: a revolução copernicana de Kant e a “validade” (*Geltung*) de Lotze. Para marcar sua diferença em relação a todos os hilemorfismos metalógicos, Lask se utilizará do termo “material” (*Material*) ao invés de “matéria” (*Materie*).

Para melhor esclarecer esta interpretação laskiana do feito copernicano, tomemos o próprio texto de Kant. Nos *Prolegômenos*, por exemplo, Kant diz que “todas as propriedades que constituem a intuição de um corpo pertencem apenas a seu fenômeno”.¹¹⁴ A expressão “todas as propriedades”, como explica Kant, quer se referir não só à propriedades como cor, sabor e calor, mas também às denominadas propriedades primárias do corpo, como a extensão, o lugar, o espaço, a materialidade, a

predicam a matéria, que por sua vez não é predicado de nada, nem mesmo da negação (*Metafísica*, 1029a). A matéria não pode ser percebida diretamente na realidade e está fora do âmbito do conhecimento, podendo ser apenas indiretamente determinada pela análise das mudanças, e por analogia (*Physica I*, 190b-191a). Também não se identifica com a substância (οὐσία), pois não é um existente separado nem um indivíduo (*Metafísica*, 1029a). Matéria é simplesmente a potencialidade para ser determinada (predicada), isto é, potência (δύναμις) para ser atualizada pelo ato (ἐνεργεια) da forma (*De Anima*, II, 412a). Apesar disso toda matéria é para Aristóteles a causa das diferenças individuais (*Metafísica* 990b). Já a forma é a causa formal das coisas (*Física*, II, 194b), a essência inteligível de um existente (*Metafísica*, 1013a). Mesmo sendo inseparáveis na realidade, para Aristóteles a forma pode, no pensamento, ser considerada de modo separado da matéria. Sobre essa “separação no pensamento” Aristóteles ora fala que o matemático separa (χωρίζει), e que aquilo que é matemático é separável pelo pensamento (χωριστὰ γὰρ τὰ νοήσει) (*Physica I*, 193b 30 a 35), e ora fala em abstração (ἀφαίρεσις) como o pensamento das coisas que estão incorporadas na matéria como se não estivessem (*De Anima*, III, 431b).

¹¹² LASK. *Die Logik...*, p. 223-242.

¹¹³ ARISTÓTELES. *De Anima*, III, 431b-432a.

¹¹⁴ KANT, Immanuel. *Prolegômenos*. Trad. Tânia Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p. 31.

forma, e tudo o mais que possa ser determinante da objetividade do corpo. Ressalva Kant, entretanto, que a coisa, como é em si mesma, permanece incognoscível.

A partir de Kant, todo o esforço do idealismo e do kantismo¹¹⁵ em geral visará o aprofundamento deste raciocínio de modo a demonstrar que não são apenas “*todas as propriedades que constituem a intuição de um corpo*” que pertencem ao seu fenômeno, mas a própria corporidade do corpo, a coisidade da coisa, a objetividade do objeto, enfim, o ser do ente, de um tal modo que as oposições entre fenômeno e coisa-em-si, *a priori* e *a posteriore*, forma e matéria, fossem esgotadas e superadas.

Para Lask, ao contrário, o feito copernicano demonstra que “*todas as propriedades que constituem a intuição de um corpo*” pertencem não ao seu fenômeno, mas ao próprio objeto. São a forma do objeto. As categorias, ou “teores lógicos” (*logische Gehalt*), como “ser”, “causalidade”, “coisidade”, não são algo diferente que pudessem ser aplicados aos objetos, mas são a própria objetualidade (*Gegenständlichkeit*)¹¹⁶ dos objetos. Logo, a oposição entre conhecimento (*logos*) e um reino “metalógico” transcendental de objetos é artificial e supérflua.

Na interpretação de Lask, Kant unicamente demonstra que “ser” é um “teor lógico” que vale para o sensível.¹¹⁷ Este é o sentido da tese de que Kant teria transladado o conceito de ser num conceito da lógica transcendental. Compreender realmente o feito copernicano implica reconhecer a objetualidade do objeto como a própria validade teórica, independente da subjetividade. Isto nada mais é, segundo Lask, do que a *facticidade* (*Tatsächlichkeit*), a verdade na qual qualquer coisa é. Kant ouviu algo que sempre foi sussurrado, mas nunca escutado:

(...) *qualquer coisa é facticamente enquanto tal, qualquer coisa é efetivamente enquanto tal, ou seja, qualquer coisa é na verdade enquanto tal. O caráter de*

¹¹⁵ Por kantismo Lask entende todas as correntes que “*aditem no domínio teórico uma forma qualquer de a priori, de transcendência, de pureza, de validade, de normatividade e de axiologia*”. LASK. *Die Logik...*, p. 272 (nota 2).

¹¹⁶ Aqui é preciso antecipar a distinção que Lask estabelece entre objetividade (*Objektivität*) e objetualidade (*Gegenständlichkeit*). O primeiro termo é utilizado quando se tem em consideração os comportamentos subjetivos, já o segundo quando se trata da pura objetualidade, independentemente da subjetividade. Como se mostrará mais adiante, o sentido da objetividade não é algo essencialmente diferente da objetualidade, mas uma ofuscação desta, de modo que se pode dizer que a objetividade está contida na objetualidade. Para se evitar confusões *Objektivität* e *Objekt* serão traduzidos unicamente por “objetividade”, e *Gegenständlichkeit* e *Gegenstand*, respectivamente por “objetualidade” e “objeto”. Os adjetivos seguirão a mesma forma, respectivamente, “objetivo” e “objetual”. Cf. LASK. *Die Logik...*, p. 73.

¹¹⁷ Como se mostrará na exposição das categorias (capítulo 2 (2.1) Parte II), “ser” é um teor lógico de tipo especial, pois constitui uma categoria-de-domínio que engloba outros sub-teores (por exemplo causalidade, coisidade), e vale para o sensível.

facticidade e efetividade de qualquer coisa significa que está lá, em sua conformação (Bewandtnis)¹¹⁸ objetiva, em sua verdade.¹¹⁹

O sentido com que Lask se utiliza do termo *facticidade* é uma reversão do sentido que tinha em Fichte e no neokantismo em geral. Enquanto para estes tratava-se da face bruta da realidade não sujeitável pelo pensamento racional, para Lask a facticidade é a experiência do objeto em seu sentido original e de modo independente da subjetividade.¹²⁰

A subjetividade não é o “reino” da lógica e da verdade. Esse é o *insight* fundamental da tese de Lask que esta na base de sua doutrina das categorias. Lask simplesmente enxerga a forma categorial como um momento lógico (não é físico, psíquico ou metafísico) constitutivo do próprio objeto e totalmente independente da subjetividade transcendental.

O sentido da tese copernicana é o seguinte: é o teor teórico e não outra coisa que encontramos doravante na realidade (Realität), a inerência coisal (Dinghaftigkeit) e o nexa causal (kausalem Zusammenhang). E não se pense que isto está limitado a um “ponto de vista” estritamente cognitivo, teórico e lógico. Ao contrário, ao revelar sua natureza teórica de validade, é a essência do ser, a objetualidade, a realidade efetiva (Wirklichkeit), que é desvelada; e não há outro ponto de vista no qual as coisas pudessem ser diferentes.¹²¹

Até este ponto é possível dizer que Lask concorda com Kant, o que justificaria a sua aprovação do feito copernicano. Pode-se mesmo dizer que o *a priori* do entendimento kantiano, tomado numa perspectiva realista, produz as mesmas conseqüências da tese de Lask de que o sensível é já pré-teoricamente atravessado por formas não sensíveis. Lask chega mesmo a dizer que não só Kant, mas todos os teóricos da lógica transcendental, possuem, em verdade, conhecimentos sobre o não-ente

¹¹⁸ O termo *Bewandtnis* é um idiotismo da língua alemã, dificilmente versável para outros idiomas, e por isso apenas aproximadamente traduzido por *conjuntura*, *conformação*, *involvement*, *respectivité*, *conformation*. Além de sua importância central no pensamento de Lask, este termo posteriormente será adotado por Heidegger, tornando-se um dos conceitos chave de sua filosofia (Cf. os apontamentos da nota explicativa n° 27 da edição brasileira de *Ser e Tempo*, onde o prof. Emmanuel Carneiro Leão descreve a função estruturante do termo, apresenta a sua filologia, e justifica a tradução para o português por “conjuntura”. (HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo* parte I. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 317)). No presente trabalho optou-se pela tradução “conformação” porque no pensamento de Lask o termo está diretamente ligado à relação originária entre forma e material.

¹¹⁹ LASK. *Die Logik...*, pp. 29-30.

¹²⁰ KISIEL, Theodore. *The Genesis...*, p. 27.

¹²¹ LASK. *Die Logik...*, pp. 30-31.

(*Nichtseienden*)¹²², isto é, sobre o domínio da validade. O próximo passo de Lask, entretanto, é incompatível não só com Kant, mas com todo o kantismo, pois demonstra que as condições *a priori* do entendimento não têm qualquer função na constituição nem na determinação da objetualidade do objeto.

3.2. A derivação da teoria do conhecimento

Diante da *facticidade* segue-se a implosão da espontaneidade sintético-unificante da subjetividade transcendental. Para Lask a subjetividade não exerce qualquer função na determinação da objetualidade. O feito copernicano de Kant supera de uma vez por todas a dicotomia sujeito-objeto. Todo o esforço de Kant em busca da origem subjetiva da validade objetiva deve-se à má compreensão da verdadeira natureza do domínio da validade. Logo, é vã a dedução transcendental, ou seja, de que as categorias emergem da espontaneidade do entendimento como formas subjetivas de sintetização da multiplicidade dos dados sensíveis, e de que sua objetividade é garantida pela unidade originalmente sintética da apercepção (consciência).¹²³

A diferença entre o objeto e o seu sentido não passa de uma ilusão na qual o sentido se separa de si mesmo. Todas as teorias do conhecimento que de algum modo se estruturam na produção, no acesso, na concordância, na reminiscência, ou em qualquer possibilidade de articulação entre objeto e seu sentido, se inscrevem nesta ilusão.

Para Lask as categorias não dependem da subjetividade, pois são a própria objetualidade dos objetos. Isto é o que realmente demonstra o criticismo kantiano, ou seja, a identidade entre verdade e objeto. Qualquer tentativa de determinar a objetualidade a partir da mediação da subjetividade reedita a artificial metalogicidade dos objetos, denunciando a fundamental incompreensão do alcance e da natureza da lógica transcendental.¹²⁴

A doutrina das categorias de Lask não é uma teoria da representação, de como os objetos “nos aparecem”,¹²⁵ mas uma teoria da estrutura que reveste o objeto em função

¹²² LASK. *Die Logik...*, p. 89.

¹²³ CROWELL. *Emil Lask...*, p. 39.

¹²⁴ VIGO, Alejandro G. *Hylémorphisme transcendental et aléthéologie: la présence d'Aristote dans la théorie des catégories et du jugement d'Emil Lask*. Trad. Eliane Marin-Wögerbauer. Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile. p. 7.

¹²⁵ CROWELL. *Emil Lask...*, p. 40.

de sua imanência no *logos*,¹²⁶ antes de qualquer contato com a subjetividade. A transcendentalidade não é uma função do sujeito, nem do objeto, mas do próprio *logos*, o que Lask denomina de *logosimanência (Logosimmanenz)*. O *logos* é universalmente englobante, mas isso não significa que o material se torna translúcido como no panlogismo hegeliano. Em oposição a este último Lask fala em *panarquia do logos*¹²⁷, o que significa que o material, apesar de envolvido pelo *logos*, não é por ele penetrado, permanecendo opaco. Não é possível derivar, em última instância, o material a partir do conhecimento lógico categorial nele implicado.¹²⁸

E aqui, quando Lask fala de “domínio da validade”, de “objetualidade dos objetos”, de “identidade entre verdade e objeto”, está apontando para um mesmo lugar, qual seja, para a instância original de constituição do sentido (*Sinn*), que não é só pré-cognitiva e pré-judicativa, mas totalmente independente de qualquer comportamento teórico.

3.3. Aletheiologia e Gnoseologia

Nos dois grandes trabalhos de Lask, *Logik der Philosophie und die Kategorienlehre* e *Die Lehre vom Urteil*, há uma clara separação entre dois níveis de análise:

Primeiramente, como instância fundamental, tem-se a dimensão de constituição do sentido (*Sinn*) denominada de *aletheiologia*. Trata-se da lógica objetual, o domínio por excelência da filosofia, e o que, segundo Lask, deve-se compreender por lógica transcendental. Da *aletheiologia* trata a doutrina das categorias, tematizando a origem do sentido no que se pode chamar de uma análise da estrutura ontológico-formal da verdade.¹²⁹

Em segundo lugar, como instância derivada, tem-se o que Lask denomina de *gnoseologia*,¹³⁰ que trata dos fenômenos lógicos de caráter não-objetual (*nicht-gegenständlich*) englobando o conhecimento, o juízo, e qualquer outro comportamento

¹²⁶ LAUNAY. *Prefácio...*, p. 10.

¹²⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 133.

¹²⁸ Cf. NACHSHEIM, *Emil Lask Grundlehre. apud. VIGO. Hylémorphisme...*, p. 7 nota 12.

¹²⁹ CROWELL. *Emil Lask...*, p. 39.

¹³⁰ Os termos “gnoseologia” e “aletheiologia” só aparecem na Doutrina do Juízo. LASK, Emil. *Die Lehre vom Urteil*. Jena: Scheglmann, 2003. p. 423.

teórico.¹³¹ É o que se pode chamar de lógica subjetiva, da qual fazem parte todas as epistemologias e teorias do conhecimento. Para Lask a *gnoseologia* é uma parte acessória e suplementar da *aletheiologia*, devendo sempre ser tratada tendo-se como base esta última, pois dela emerge e a ela deve se referir, sob pena de se enveredar em formalizações vazias, como é o caso paradigmático do panlogismo hegeliano.

A divisão entre *aletheiologia* e *gnoseologia* é a versão laskiana para a divisão clássica de Kant entre “lógica transcendental” e “lógica formal”, sendo que a pretensão de Lask com sua *aletheiologia* é levar a cabo, de modo conseqüente, a “lógica transcendental”, livrando-a de todo dogmatismo e psicologismo em que Kant a havia enredado.

O presente trabalho está limitado à *aletheiologia*, e portanto à obra *Logik der Philosophie und die Kategorienlehre*, onde Lask expõe sua doutrina das categorias, entretanto, para que se possa desenvolver totalmente a *aletheiologia* – o que se fará na Parte II – algumas observações sobre a *gnoseologia* são necessárias.

3.3.1. Objetividade e juízo

A *gnoseologia*, enquanto lógica da subjetividade, se determina por adaptação à verdade originária de que trata a *aletheiologia*. Como observa Gurvitch,¹³² para Lask a subjetividade é um fenômeno puramente psicológico responsável pela deturpação da transcendentalidade do *logos*. Invertendo a tradição kantiana e fenomenológica poder-se-ia mesmo dizer que para Lask a subjetividade é destranscendentalizadora.

Em face dessa derivação da *gnoseologia* a teoria do conhecimento em Lask deixa de ser uma teoria de como a subjetividade participa da constituição ou da determinação do objeto, como era para o kantismo em geral, e transforma-se numa teoria de como a subjetividade se abre para o objeto.

Vejamos então rapidamente, com base na teoria do juízo de Lask, como se estrutura a *gnoseologia*.

¹³¹ LASK, Emil. *Die Lehre vom Urteil*. Jena: Scheglmann, 2003. p. 423 ss.

¹³² GURVITCH, Georges. *Les tendances actuelles de la Philosophie allemand: E. Husserl, M. Scheler, E. Lask, N. Hartmann, M. Heidegger*. Paris: Vrin, 1930. p. 178.

a) *Objetividade primária*

Como se mostrará na Parte II, o objeto, em sua instância significativa original, se estrutura pela conformação (*Bewandtnis*) entre “forma” e “material”. Estes dois elementos não pertencem a reinos distintos, não são independentes e não são separáveis, mas constituem a relação original (*Urverhältnis*) de co-dependência do único reino possível, o reino não-oposicional (*gegensatzlose Relation*) do sentido.¹³³ Dada esta conformação, segundo Lask todos os fenômenos subjetivos se estruturam como corrupção da relação original (*Urverhältnis*).

Num primeiro momento tem-se um nível teórico pré-judicativo, no qual a subjetividade está reduzida a um mero correlato objetivo da objetualidade.¹³⁴ Trata-se da forma mais simples de comportamento cognitivo, na qual meramente se acompanha a direcionalidade dos teores lógicos que envolvem o material, tais como “ser”, “causalidade”, “coisidade”, etc. Nos termos de Lask, o sentido torna-se imanente ao conhecimento,¹³⁵ mas isto não significa que ele foi “apreendido”, apenas tornou-se objetividade (*Objektivität*). Como se trata somente de um “comportamento”, a objetividade conserva apenas alguns aspectos direcionais da objetualidade original.

Não se trata, portanto, de um processamento do sentido, nem da “abstração” dos teores lógicos que seriam dados na natureza. O problema aqui, mais uma vez, depende da correta compreensão da validade, a qual não pode ser confundida com os modos de ser do sensível e de “supra-ser” do supra-sensível. Lembremo-nos de que a validade não “é” nem “ocorre”, mas simplesmente “vale”. Os teores lógicos pertencem à instância da validade, de modo que não há sentido em se falar de “abstração” de teores lógicos, e muito menos em se perguntar se para Lask as formas “existem” independentemente da subjetividade. “Abstrair” é uma imagem sensível que não se aplica à validade, e “existir” é apenas um teor lógico constitutivo pertencente à categoria-de-domínio “ser” que, como se mostrará na exposição das categorias, “vale” unicamente para o sensível. Nessa mesma linha, também é inepta a pergunta de como é possível que a forma lógica do objeto se repita no conhecimento; outra vez trata-se de uma imagem sensível – uma dinâmica espacial de transposição, adequação e correspondência – incompatível com a validade. A não observância deste ponto, ou seja, o valer da validade, é o que leva à

¹³³ LASK, Emil. *Die Lehre...*, p. 367.

¹³⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 80.

¹³⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 82.

naturalização, psicologização e metafisicalização da lógica, sempre reeditada no pensamento ocidental.

Se a forma é sempre um “valer-para...” (*Hingelten*)¹³⁶ o material de que é valente, o comportamento cognitivo é uma “verdade sobre...” (*Wahrheit über*)¹³⁷. O problema é que essa “verdade sobre...” não coincide com o “valer-para...” da forma original, o que leva à instalação de uma mediação dentro da objetualidade. A relação original é então despedaçada (*Zerstückeltes*), e seus membros são artificialmente arrancados e “tornados móveis” (*Beweglichgewordenheit*), o que resulta em relações de coerência (*Zusammengehörigkeit*) ou incoerência (*Nichtzusammengehörigkeit*) entre “forma categoria” e “material categorial”. Estas relações oposicionais Lask chama de “objetividade primária” (*primäres Objekt*), e é a partir delas que se estruturam os juízos.¹³⁸

b) juízo¹³⁹

Dentro da *gnoseologia* o juízo é a última instância de derivação. Considerando-se que a *gnoseologia* está subordinada à *aletheiologia* tem-se então uma estrutura tripla: em primeiro lugar a objetualidade (como instância original de constituição do sentido), em segundo lugar a objetividade primária (oposicionalidade produzida pelo comportamento teórico), e por último o juízo.

Tal como para todo o kantismo, para Lask “juízo” é afirmar ou negar algo; logo o que caracteriza o juízo é a sua oposicionalidade (*Gegensätzlichkeit*).¹⁴⁰ Mas diferente do kantismo, e no mesmo sentido de Husserl, Lask distingue o “ato de julgar” do “sentido do ato de julgar” (*Sinn des Urteilsaktes*);¹⁴¹ o valor e o desvalor do sentido com que se julga não se localiza no próprio juízo (ato de julgar), mas na objetividade primária, em sua coerência ou incoerência.

A estrutura do juízo não é autônoma nem goza de primazia no domínio lógico. Ignorar a objetividade primária e a instância original de constituição do sentido leva,

¹³⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 33.

¹³⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 85

¹³⁸ LASK, Emil. *Die Lehre...*, p. 349.

¹³⁹ Especificamente sobre a estrutura do juízo Cf. FERRAZ JÚNIOR. *Conceito...*, p. 101-113; e VIGO *Hylémorphisme...*, pp. 12-25.

¹⁴⁰ LASK, Emil. *Die Lehre...*, p. 298.

¹⁴¹ LASK, Emil. *Die Lehre...*, p. 299.

segundo Lask, à ilusão de autonomia do juízo, tendência esta que teria contaminado todas as lógicas pré-críticas e transcendentais – inclusive a filosofia dos valores – levando a uma sobreposição entre *gnoseologia* e *aletheiologia*. Não é porque a estrutura oposicional do juízo nos aparece em primeiro lugar que ela deve ser suposta como tendo primazia na ordem fundacional.¹⁴² A estrutura do juízo pressupõe sempre a oposicionalidade da objetividade primária e o objeto em sua estrutura original pré-judicativa de constituição do sentido.¹⁴³

O juízo caracteriza-se pela introdução de uma complicação estrutural de caráter artificial na objetividade fornecida pelo primeiro nível da subjetividade. Diferente da idéia de juízo como adequação entre “objeto” e “representação do objeto”, para Lask o que acontece é uma reconfiguração da objetividade.¹⁴⁴ Esta complicação artificial dá-se pela cisão da objetividade em “forma categorial” e “material categorial”, elementos estes que são então negados ou afirmado.

Negação e afirmação compõem o domínio oposicional judicativo, o qual, no entanto, só opera com base na objetividade primária, que é o correlato imediato ao qual o juízo deve se ajustar para ser verdadeiro ou falso. É importante observar que Lask separa o plano gramatical, chamado de estrutura de superfície e caracterizado pela relação sujeito/predicado, do plano lógico, chamado de estrutura lógica profunda e caracterizado pela relação forma/material.

O juízo funciona do mesmo modo que a estrutura transcendental do objeto que lhe serve de base, ou seja, a forma é sempre forma para um material. No plano gramatical o juízo compõe-se de uma locução verbal (forma) sobre um conteúdo julgado (material), isto é, uma afirmação ou negação. A verdade ou falsidade deste juízo depende, todavia, da adequação do plano gramatical com a objetividade primária, de onde são extraídos os elementos que estão sendo afirmados ou negados. Assim, a um juízo afirmativo verdadeiro ou negativo falso, corresponde uma objetividade primária composta pelos elementos afirmados ou negados. Já um juízo afirmativo falso ou negativo verdadeiro, corresponde uma objetividade primária não composta pelos elementos afirmados ou negados.¹⁴⁵

¹⁴² LASK. *Die Lehre...*, pp. 294-295.

¹⁴³ LASK, Emil. *Die Lehre...*, p. 291.

¹⁴⁴ LASK, Emil. *Die Lehre...*, p. 291.

¹⁴⁵ Tem-se aqui o desenvolvimento de Lask das análises de Aristóteles do ser enquanto verdade (ὄν ὡς ἀληθές). Para Aristóteles não é possível a contraposição entre verdade/falsidade a respeito do ser em sentido próprio (κόρυος ὄν), mas apenas no pensamento (διάνοια), com relação às composições

Com isso Lask acredita resolver, por exemplo, o problema dos juízos existenciais. A existência é uma categoria que em última instância remete a um material sensível. Todas as confusões lógicas que desde Aristóteles atormentaram os lógicos devem-se ao fato destes terem reduzido o juízo ao plano gramatical, ignorando o plano da objetividade primária, que funciona como intermediária entre o domínio oposicional judicativo e a instância original de constituição do sentido.

Por último é interessante notar o importante papel desempenhado pela direcionalidade da forma em relação ao material de que é valente, o que Lask chama de “caráter formal do valer” (*Formcharakter des Geltens*),¹⁴⁶ e que se repete nos três níveis analisados: na objetualidade, na objetividade primária, e no juízo. Trata-se aqui da apropriação por Lask do conceito de “intencionalidade”:

“Pelo termo “conhecer” entendemos qualquer “ter à consciência” (...), uma “intencionalidade” (Intentionalität) especificamente teórica, o fato de ser orientado para um “algo” envolvido por uma forma categorial.”¹⁴⁷

Uma apropriação, todavia, que remete muito mais ao hilemorfismo de Aristóteles e talvez a Brentano, do que a Husserl. Apesar de ter Husserl como interlocutor, e de usar o termo “intencionalidade” para caracterizar os fenômenos subjetivos, para Lask a intencionalidade não goza do status fundante que lhe atribui Husserl, ou seja, como aquilo que essencialmente caracteriza a consciência. Em suas análises Lask sugere que a intencionalidade é meramente um aspecto derivado do esquema geral forma/material, o qual não se restringe à subjetividade. Enquanto Husserl, em sua redução fenomenológica, procura chegar à essência última na subjetividade, Lask inverte o caminho, desconstruindo a subjetividade para chegar à objetualidade original.¹⁴⁸

Mas a correta determinação deste fenômeno, como o compreende Lask, depende da exposição de sua teoria do objeto, na qual entra em jogo o chamado princípio da diferenciação do significado,¹⁴⁹ a distinção entre as formas de irracionalidade: “a-

entre forma e matéria. Lask remete para o *De Anima* 430a 26 – 432a 11; *De interpretatione* 1, 16a 12; *Metaphysica* VI, 4, 1027b 18-23, IX 10, 1051b 2-5; e também a Platão, *Sophiste*, 259 a. (Cf. VIGO *Hylémorphisme...*, pp. 12-25)

¹⁴⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 33.

¹⁴⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 81.

¹⁴⁸ FERRAZ JÚNIOR. *Conceito...*, p. 108.

¹⁴⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 58.

logicidade” (*Alogizität*) e “nudez lógica” (*logische Nacktheit*),¹⁵⁰ e principalmente o conceito de “vivência” (*Erleben*).¹⁵¹

Por hora seria interessante, em face do diálogo mantido entre Lask e Husserl,¹⁵² comparar a noção de intencionalidade em ambos.

3.4. A intencionalidade em Husserl e Lask

Fundamentalmente os problemas de que partem Husserl e Lask têm a mesma estrutura: a ilusão de uma originalidade protodicotômica. Para Husserl trata-se da chamada “atitude natural”,¹⁵³ que toma como óbvio que a consciência é uma “interioridade” que se opõem a uma “exterioridade”.¹⁵⁴ Já para Lask trata-se da tradição da Teoria dos Dois Mundos, que toma como um dado original a separação entre objeto e seu teor de verdade, o que leva ao dogmatismo de considerar a lógica como uma dimensão autônoma.¹⁵⁵

Para Husserl a atitude natural decorre da perda do conceito antigo de “mundo”, em face do isolamento artificial da subjetividade em relação ao mundo. Segundo Husserl é Galileu quem abre o caminho para a cisão cartesiana entre “mundo” e “espírito”. Ao considerar o mundo unicamente a partir da geometria Galileu exclui toda referência à subjetividade, de tal modo que o mundo é concebido como o lugar das coisas corpóreas puras.¹⁵⁶ Tendência esta que se instala definitivamente na modernidade, transformado-se em ideologia científica com a elaboração do conceito moderno de natureza como a “*unidade do ser espaço-temporal conforme às leis*

¹⁵⁰ LASK. *Die Logik...*, pp. 73-77.

¹⁵¹ LASK. *Die Logik...*, p. 56.

¹⁵² Sobre a correspondência, as críticas, e a influência de Lask no círculo fenomenológico de Husserl, veja-se os dois artigos de SCHUHMANN, Karl and SMITH, Barry. *Two Idealisms: Lask and Husserl*. Kant Studien, 83, 1993, pp 448-466; e *Neo-Kantianism and Phenomenology: the case of Emil Lask and Johannes Daubert*. In Philosophische Zeitschrift der Kant-Gesellschaft 82. Jahrgang Heft, 3, 1991.

¹⁵³ Especificamente sobre a intencionalidade em Husserl, tomada como pressuposto desde as *Investigações Lógicas*, passando pelas *Idéias*, até a *Crise*, estou me baseando nas análises de MOURA, Carlos Alberto R. *Husserl: significação e existência*. In Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea. São Paulo: Discurso Editorial e Editora da EFPR, 2001. pp. 171-183. (As citações das obras de Husserl também são de MOURA.)

¹⁵⁴ HUSSERL, Edmund. *Die Idee der Phänomenologie*. Haag, M. Nijhoff, Husserliana, Bd. II, 1973, p. 3.

¹⁵⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 29.

¹⁵⁶ HUSSERL, Edmund. *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die phänomenologischen Philosophie* (Erstes Buch). Haag, M. Nijhoff, 1950, p. 61.

naturais exatas".¹⁵⁷ Descartes então concebe o *cogito* como um resíduo a partir da abstração dos corpos naturais,¹⁵⁸ estabelecendo a dicotomia entre *res cogita* e *res extensa*. O problema agora passa a ser como fundar a objetividade da *res extensa* a partir da imanência da *res cogita*,¹⁵⁹ ou seja, construir uma ponte entre a "interioridade" da consciência e "exterioridade" transcendente do mundo.

Husserl então demonstra que é um mal entendido da atitude natural apreender a subjetividade como algo abstraído do mundo.¹⁶⁰ Como o *cogito* é determinado puramente por abstração do corpo, isto só pode significar que a corporeidade é já desde sempre percebida, logo é supérfluo o problema cartesiano de estabelecer a objetividade do exterior. A consciência não é uma interioridade que representa o mundo transcendente, mas uma pura exterioridade. Com a redução transcendental Husserl rompe com a atitude natural, recolocando o problema agora noutros termos: como é possível que objetos "apareçam" (sejam conhecidos), permanecendo idênticos no fluxo da experiência?¹⁶¹ A resposta de Husserl será dada a partir do conceito de "intencionalidade", considerado como a caráter fundamental da vida psíquica,¹⁶² e que lhe servirá como ponto de partida de suas construções fenomenológicas.

Como se sabe o grande renovador do conceito de intencionalidade foi Brentano, que partindo da análise do *De Anima* de Aristóteles,¹⁶³ e dos comentários e terminologia escolástica (no latim *intendo*),¹⁶⁴ desenvolve a intencionalidade como o que essencialmente caracterizaria os fenômenos psíquicos a serem estudados em sua psicologia descritiva.

¹⁵⁷ HUSSERL, Edmund. *La philosophie comme science rigoureuse*. Paris, PUF, 1964, p. 58.

¹⁵⁸ HUSSERL. *Die Krisis...*, pp. 216 e 415.

¹⁵⁹ HUSSERL, Edmund. *Cartesianische Meditationen*. Haag, M. Nijhoff, 1973, pp. 115-116.

¹⁶⁰ HUSSERL. *Die Krisis...*, pp. 216 e 415.

¹⁶¹ HUSSERL, Edmund. *Erste Philosophie I*, p. 174.

¹⁶² HUSSERL, Edmund. *Phänomenologische Psychologie*. Haag, M. Nijhoff, 1968, pp. 306-307.

¹⁶³ Especialmente em *Die Psychologie des Aristoteles insbesondere seine Lehre vom nous poietikos* (1867).

¹⁶⁴ Na Escolástica é principalmente Tomás de Aquino e João de Santo Tomás quem mais desenvolvem a *intentione* como explicação anti-representacionista da inteligência como ação. O que, entretanto, parece ter como fator determinante a influência da estrutura da língua árabe, que servindo de intermediária entre o grego e o latim, influenciará na formação do conceito de objeto e com este a intencionalidade: "*Este conceito de intencionalidade é tão característico da forma árabe de pensamento, como o é a noção específica do termo grego logos, em sua concepção original, para a forma de pensamento do grego clássico. (...) O objeto, tal como o entendemos, é, como acabamos de dizer, resultado, primitivamente, da recepção da forma de pensamento intencional do árabe*" (LOHMANN, Johannes. *Santo Tomás e os Árabes: estruturas lingüística e formas de pensamento*. Trad. por Ana Lúcia Carvalho Fujikura e Helena Meidani. *Revue Philosophique de Louvain*, t. 74, fev. 1976, p. 30-44.)

Para resolver o problema da metalogicidade Lask também se utiliza do conceito de “intencionalidade”,¹⁶⁵ entretanto, num sentido bem mais amplo do que Husserl e Brentano.

Como se viu Lask também acusa a tradição filosófica de pressupor uma cisão original, que também, como Husserl, será classificada de tendência “naturalista”.¹⁶⁶ Entretanto, o naturalismo de que fala Lask é bem mais amplo, instalando-se já com Platão e estendendo-se por toda a história do pensamento ocidental, compreendendo inclusive Husserl.¹⁶⁷ Para Lask não basta a recuperação do conceito antigo de “mundo”, pois este, como se apresenta na filosofia antiga, é apenas a primeira versão da Teoria dos Dois Mundos. Enquanto não se considerar corretamente a validade seguir-se-á hipostasiando o domínio da lógica, e assim divorciando o objeto de seu teor de verdade.

Apesar das críticas a Aristóteles, a resposta de Lask ao problema do “desterro” da lógica é claramente de inspiração aristotélica. Reinterpretando a *Geltung* lotzeana a partir do hilemorfismo com que Aristóteles esquematiza seus tratados lógicos, físicos, biológicos, psicológicos, éticos, políticos e metafísicos, Lask desenvolverá o conceito de forma como um momento lógico constitutivo de qualquer objeto. Este momento lógico se caracterizará pelo “caráter formal da valer” (*Formcharakter des Geltens*),¹⁶⁸ segundo o qual a forma não é autônoma, mas sempre em função de um material. Desse modo, se o que caracteriza essencialmente a consciência é a intencionalidade, isto se deve ao “caráter formal do valer”. Ou seja, a intencionalidade conforme descrita por Brentano e Husserl é apenas um caso do “caráter formal do valer”; um caso especificamente restrito ao âmbito da subjetividade. A definição da consciência como *consciência de...* só é possível porque a forma é sempre *forma de...* um material. A intencionalidade é simplesmente o correlato subjetivo do “caráter formal do valer”.

3.5. A sucumbência de Kant

Com a conversão do conceito de ser num conceito da lógica transcendental Kant teria demonstrado a identidade entre verdade e objeto, o que segundo Lask significa a

¹⁶⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 81.

¹⁶⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 24.

¹⁶⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 41.

¹⁶⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 32.

imanência do objeto no *logos*. Diante desta interpretação aristotélica da revolução kantiana torna-se supérflua qualquer consideração quanto a imanência do objeto na subjetividade. De modo que é possível tratar da pura objetualidade independente da subjetividade e dos atos cognitivos. Kant, entretanto, fica no meio do caminho¹⁶⁹, pois só reconhece a imanência no *logos* dos objetos da realidade sensível (o domínio da natureza), ou seja, limita-se à forma lógico-categorial “ser”.

Kant se dá conta de que o material sensível só se torna objeto porque é envolvido em formas (categorias), constituindo assim, em sua terminologia, o reino dos “fenômenos”. Não percebe, entretanto, que só pôde se dar conta das “formas” (as condições de possibilidade do objeto sensível), porque estas se tornaram objeto, ou seja, foram envolvidas por outras formas.¹⁷⁰ Kant, portanto, limitou o domínio das formas categoriais à esfera dos dados da intuição sensível; em termos laskianos, só reconheceu a imanência no *logos* dos objetos sensíveis, limitando-se às categorias ontológicas. O que é um contra-senso, pois a teoria do *a priori* nada mais do que uma teoria das categorias do não sensível (da validade).¹⁷¹ Com isso Kant recai numa metalogicidade que o induz aos malabarismos da estética transcendental. A tese de que na base da intuição empírica jazeriam *a priori* os princípios do entendimento puro reedita a Teoria dos Dois Mundos, que toma como dada a separação entre o objeto e o seu teor de verdade. A objetualidade dos objetos são os próprios teores lógicos; e o que Kant “descobriu” foi apenas um gênero de teores lógicos: os que valem para o sensível.

Kant não percebeu que, assim como existem formas que tornam o material sensível objeto, também existem formas que se aplicam às próprias formas categoriais, tornando-as objetivas. Kant não percebeu que “existem” materiais não-sensíveis (por exemplo o material das formas categoriais), que só podem ser objetivados através de outras formas categoriais. Estas são as “formas das formas”, as “categorias das categorias”, enfim, a “lógica da lógica”, o verdadeiro conhecimento filosófico que jamais foi problematizado.¹⁷²

O que Lask mostra é que a análise kantiana das premissas transcendentais da experiência, ou como coloca o neokantismo, o conhecimento das condições de possibilidade da objetividade dos objetos, só é possível porque há o envolvimento de

¹⁶⁹ GURVITCH. *Les tendances...*, p. 159.

¹⁷⁰ LASK. *Die Logik...*, pp. 22 ss.

¹⁷¹ LASK. *Die Logik...*, p. 89.

¹⁷² LASK. *Die Logik...*, p. 23.

um material (a forma do material sensível tomada como material) por uma forma. Não se trata, portanto, do conhecimento de um objeto ideal, mas “é” o próprio objeto.

O que Lask faz é aplicar o criticismo kantiano nele mesmo. Ou seja, só podemos falar de condições transcendentais de possibilidade porque estas também são imanentes ao *logos*.¹⁷³ Como Kant jamais se ocupou das condições transcendentais de possibilidade de sua crítica,¹⁷⁴ faz-se necessário uma lógica da filosofia que recoloca o problema da imanência do objeto no *logos*, agora considerando as próprias formas categoriais.

E é exatamente isto o que pretende Lask com sua teoria do objeto, a qual se passa a seguir.

¹⁷³ LASK. *Die Logik...*, p. 91.

¹⁷⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 263.

PARTE II
NOVA TEORIA DO OBJETO

Capítulo 1

ELEMENTOS

Como já se antecipou, o objetivo de Lask é a fundação de uma doutrina de categorias que seja capaz de proporcionar um tratamento categorial para o domínio da validade, resolvendo assim o desterro da lógica e garantindo sua soberania diante das outras esferas do saber. Tal tarefa foi iniciada por Kant, que foi o primeiro a identificar a objetualidade com a validade. Todavia Kant acabou sucumbindo à Teoria do Dois Mundos, pois limitou-se às categorias ontológicas da realidade sensível, o que o impediu de enxergar que a sua revolucionária lógica transcendental constituía-se, na realidade, de “conhecimentos” do domínio da validade.

Essa radicalização do projeto kantiano, empreendida por Lask, exige uma nova teoria do objeto.

1.1. Forma e Material

Segundo Lask o objeto (*Gegenstand*) constitui-se de dois elementos não autônomos: o material (*Material*) e a forma (*Form*):

Material é simplesmente o que é envolvido pela forma, permanecendo sempre opaco e impenetrável. Em vista disso é definido negativamente com relação à forma como aquilo que “não vale”, que é estranho ao valor e a significação (*Bedeuteng*).¹⁷⁵ Pode ainda ser “metafisicamente” representado como aquilo de que vale a forma.¹⁷⁶

Em função de sua forma os materiais podem ser, por exemplo, sensíveis, estéticos, éticos, teóricos e quem sabe até supra-sensíveis. O material não é constituído nem estabelecido pelo conhecimento, mas é simplesmente envolvido por uma forma.¹⁷⁷

Forma é o valer (*Gelten*), o valente (*Geltende*), o que vale (*gilt*), o que compõe o domínio da validade (*Geltung*).¹⁷⁸ A forma é sempre o envolvimento de um material e

¹⁷⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 48.

¹⁷⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 32.

¹⁷⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 69.

¹⁷⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 08.

não subsiste autonomamente. Não existe uma instância do puro teor de validade.¹⁷⁹ A forma é sempre a forma de um material, podendo ser representada como um “valer-para...” (*Hingelten*).¹⁸⁰ O conteúdo de validade da forma nada mais é do que aquilo que reclama preenchimento (*Erfüllung*) por seu material correspondente. Como o material permanece opaco e impenetrável, diz-se que a estrutura de validade da forma é um remete-se para além de si mesma.¹⁸¹ A forma é o que, em função do material de que é valente, constitui os teores lógicos, como por exemplo, o ser, o belo, o ético, a coisidade, a causalidade, a relação, a identidade, e quem sabe até o supra-ser. A forma é atemporal, mas não meramente o contrário daquilo que “está” no tempo. A forma não “é” alguma coisa, mas simplesmente “vale”, de modo que não tem sentido predica-la com atributos contrários àquilo que é temporal.

1.2. Objeto, Sentido, Verdade

Objeto é o entrelaçamento (*Verklammerung*) entre forma e material. Como se viu, forma e material não são autônomos, encontrando-se necessariamente numa relação de co-dependência, que é o objeto. Independente da subjetividade, o reino objetivo é articulado. Não é uma massa amorfa, nem um caos de dados, mas está estruturado, conforme se antecipou no item 3.4. Parte I, no chamado “caráter forma do valer” (*Formcharakter des Geltens*),¹⁸² que é o que faz com que a forma seja sempre a forma de um material, um “valer-para...” (*Hingelten*).

Esta imbricação de mão dupla, onde a forma visa e é preenchida pelo material de que é valente, ao mesmo tempo em que o material determina a forma, é o que Lask chama de **sentido**. Não há objeto sem sentido, nem sentido sem objeto¹⁸³. O “sentido” é a objetualidade concreta que essencialmente caracteriza o reino da validade, e que Lask também chama de **verdade in concreto**.¹⁸⁴ O sentido é a união da atemporalidade do valer com a opacidade do material, o que produz o universo das significações de toda forma de objeto, por exemplo, temporais, espaciais, causais, éticos, estéticos, coloridos,

¹⁷⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 32.

¹⁸⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 32.

¹⁸¹ LASK. *Die Logik...*, p. 33.

¹⁸² LASK. *Die Logik...*, p. 32.

¹⁸³ FERRAZ JÚNIOR. *Conceito...*, p. 79.

¹⁸⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 39.

religiosos e lógicos. Observe-se que não existe um reino platônico puro e autônomo das formas; a forma é sempre a forma de um material. Mesmo as puras determinações da lógica formal dependem em alguma medida de um conteúdo material opaco e estranho à validade.¹⁸⁵

Rigorosamente falando, forma e material são apenas artificios teóricos para tratar da “relação originária” (*Urverhältnisse*)¹⁸⁶ do objeto, a sua conformação (*Bewandtnis*), a qual precede os próprios termos da relação.¹⁸⁷ Forma e material não são dois reinos que se cruzam, mas são os componentes estruturais do único reino possível, que independe do conhecimento, do juízo, ou de qualquer instância da subjetividade. A diferença entre o objeto e o seu sentido é uma ilusão da subjetividade, na qual o sentido é separado de si mesmo e tomado como algo real, o que encobre a relação original entre forma e material.

Observe-se que Lask quase não diferencia “significado” (*Bedeutung*) e “sentido” (*Sinn*), pois ambos dizem respeito à “relação originária” (*Urverhältnisse*) entre forma e material constituidora do objeto. O termo “sentido” é mais amplamente utilizado, e se refere ao conceito de objeto como um todo; já o termo “significado” é resguardado para quando se trata especificamente do fenômeno de determinação de uma forma por seu material específico.

1.3. Princípio da diferenciação do significado

Na esfera da validade se encontra apenas a forma pura do “valer”, a qual é diferenciada em função do material de que é valente. A rigor a idéia de uma forma pura e una é apenas um conceito limite, pois não existe um tal reino platônico autônomo. É unicamente o material, independente de qualquer limitação, determinação ou influência subjetiva, que é responsável pela diferenciação das formas e, portanto, pela multiplicidade dos teores formais. Em função da multiplicidade infinita do material, há também infinitas possibilidades de diferenciação dos teores formais. Trata-se aqui do que Lask denomina de princípio de diferenciação do significado

¹⁸⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 36.

¹⁸⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 83.

¹⁸⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 174.

(*Bedeutungsdifferenzierung*),¹⁸⁸ que em seu “momento de significação” (*Bedeutungsmoment*), constitui todo o universo das significações.¹⁸⁹ Isso, entretanto, não significa que as formas são criadas pelo material. O verbo “criar” é uma imagem sensível que não se aplica ao valer da validade.

1.4. Mundo primordial

Diante de tudo o que foi exposto até o momento a teoria do objeto de Lask pode parecer ainda caminhar para uma versão anacrônica de um realismo hilemórfico, ainda mais considerando-se a simplicidade de seus elementos. A chave para a sua compreensão, todavia, está no seguinte ponto: há uma oposição irreconciliável entre o viver (*Erleben*) e o conhecer (*Erkenntnis*).¹⁹⁰ **A vida, em sua vivência, é a experiência da validade**, a validade original do sentido, ou seja, o objeto enquanto conformação (*Bewandtnis*) entre forma e material. Independente da subjetividade, do conhecimento ou qualquer comportamento teórico, vivemos dentro da verdade *in concreto*. É para isto o que aponta a idéia da *panarquia do logos*:¹⁹¹ experienciamos, numa vivência imediata, o sentido de conformação do objeto, mas não o conhecemos. Vivenciar a validade da forma é o que possibilita viver dentro de uma realidade, ter acesso às coisas, aos acontecimentos, às concatenações causais, ao que é belo, ao que é ético e até mesmo às “coisas” puramente lógicas. Isso tudo sem qualquer atividade determinadora ou geratriz por parte da subjetividade. Diferente de Kant, para quem havia um abismo entre o conhecimento de um lado, e o mundo em si e Deus do outro, para Lask o abismo está entre o conhecimento e a experiência (vivência). Ou seja, o “mundo em si”, e quem sabe até mesmo “Deus”, podem ser imediatamente vivenciados em toda a sua significância, pois não são algo fora nem diferente da vida, mas a própria vida carregada de sentido. O que não é possível para Lask é conhecer o sentido destes objetos.

Ao localizar na experiência vivida (*Erleben*) a origem do sentido e isola-la totalmente da subjetividade, Lask está abrindo uma brecha no Idealismo Alemão e enxergando as primeiras luzes de um “**mundo primordial**” que é condição de

¹⁸⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 58.

¹⁸⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 61.

¹⁹⁰ Cf. LASK. *Die Logik...*, p. 87 e 209.

¹⁹¹ LASK. *Die Logik...*, p. 133.

possibilidade para o conhecimento e qualquer outro comportamento teórico. Lask, entretanto, é um pensador de transição e pouco se dá conta da supereminência deste “mundo primordial”. Sua maior preocupação neste momento, como observa Motzkin,¹⁹² é com as implicações para a lógica deste deslocamento da fonte do sentido, da subjetividade para a experiência vivida. Em função disso Lask desenvolve suas duas lógicas: a *gnoseologia* e a *aletheiologia*.

Agora torna-se claro o que Lask compreende por *aletheiologia*. Uma vez conquistado o conceito de experiência vivida (*Erleben*), e estabelecida a separação entre conhecimento e experiência, *aletheiologia* nada mais é do que a lógica da experiência. A experiência não só é a instância original de constituição do sentido, como ainda é a única instância na qual o sentido do objeto pode ser vivenciado em toda a sua significância. A doutrina das categorias de Lask visa, portanto, dar um tratamento categorial para a experiência do sentido; o que nada tem haver com síntese transcendental, nem com a espontaneidade do espírito. Ao contrário de Husserl, que coloca o mundo entre parênteses, na *aletheiologia* Lask coloca a subjetividade entre parênteses.

Se as primeiras décadas do século XX podem ser caracterizadas pela derrocada das chamadas filosofias da consciência, em face principalmente dos ataques fenomenológicos, das filosofias da vida e da filosofia analítica, e se é lícito enquadrar todo o neokantismo dentro das filosofias da consciência, então Lask pode ser considerado um inconfiante que de dentro do edifício neokantiano mina seus alicerces.

A pretensão da *aletheiologia* de Lask em dar um tratamento categorial puro para a experiência vivida, independente da subjetividade, será vista pelo neokantismo como uma recaída num realismo pré-crítico. Por isso Lask será criticado tanto dentro quanto fora de Baden. Seu mestre Rickert, por exemplo, imediatamente depois da publicação de *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre* o acusará de estar abandonado Kant e retomando de modo reacionário o pensamento antigo.¹⁹³ Já Cassirer, em 1913, além da imputação de queda numa posição pré-crítica, ainda acusa Lask de se perder

¹⁹² MOTZKIN. *Emil Lask...*, p. 181.

¹⁹³ Numa carta a Husserl em 24/12/1911 Lask se queixa: *Ao mencionar sua influência sobre mim, que do meu ponto de vista concerne à relação entre sujeito e objeto, eu talvez deva especificar isto ressaltando o fato de que eu faço um tipo de intencionalidade que você defende tomar o lugar de toda noção [neokantiana] de consciência-em-geral. (...) É por causa disso que fui acusado por meu mestre Rickert de estar abandonando Kant e retornando à antiguidade de modo reacionário.* (In SCHUHMANN and SMITH. *Two Idealisms...* nota 38.)

num jogo de palavras vazio que deturpa o sentido de irracionalidade e disparatadamente o coloca como centro da racionalidade.¹⁹⁴

O interessante é que alguns anos depois da morte de Lask, por volta de 1930, quando o neokantismo já dava seus últimos suspiros, observa-se uma certa virada das principais cabeças neokantianas, e também de Husserl, para posições muito próximas do realismo objetivo de Lask. Rickert, por exemplo, duplamente influenciado por Lask e Heidegger, abre-se, na última fase do seu pensamento, para uma reinterpretação crítica das novas tendências ontológicas, sendo inclusive um dos primeiros a discutir o tema do ser e do nada.¹⁹⁵ Husserl, por sua vez, já nos anos 30, se voltará para o “mundo prático da vida” procurando compensar a eliminação operada por sua ϵ $\pi\alpha\chi\eta$ de todas as funções que se referiam ao mundo natural.¹⁹⁶ Já o pensamento de Cassirer, distante da axiologia de Baden, se transforma por ocasião da incorporação da teoria da relatividade de Einstein; do mesmo modo que a mecânica relativista amplia o horizonte da física em relação à mecânica clássica, Cassirer amplia o horizonte de sua filosofia, do “*factum* das ciências” para o “*factum* da cultura”. O ponto de partida da ciência deixa de ser absoluto e passa a ser apenas uma possibilidade de configuração simbólica, dentre várias outras igualmente válidas, como por exemplo o mito, a religião, a ética e a estética.¹⁹⁷

Mas mesmo esse distanciamento da tradição das filosofias da consciência por parte do neokantismo e de Husserl não parece compatíveis com as implicações da radical separação entre conhecimento e experiência operada por Lask.

Comparando-se a filosofia das formas simbólicas de Cassirer com a teoria do objeto de Lask, é possível, apesar da grande proximidade entre os dois pensadores, observar a novidade que introduz Lask em relação ao neokantismo. Para Cassirer¹⁹⁸ não há dado sensível puro, mas sempre uma conformação entre substrato sensível e sentido, o que ele chama de “símbolo”. Toda experiência (percepção) é sempre um processo de

¹⁹⁴ CASSIRER, Ernest. *Erkenntnis, Begriff, Kultur*. Hamburg: F. Meiner, 1993. p. 35-39.

¹⁹⁵ A crítica de Rickert aparece na obra *Logik des Prädikats* (1930). Sobre esta virada de Ricker veja-se: KRIJNEN, Christian. *Le sens de l'être. Heidegger et le néokantisme. Methodos*, 3 (2003), Figures de l'irrationnel. <http://methodos.revues.org/document116.html>.

¹⁹⁶ Cf. SCHUHMANN and SMITH. *Two Idealisms...*, p. 17. Sobre as possíveis influências de Lask sobre Husserl.

¹⁹⁷ Os três volumes da *Filosofia das Formas Simbólicas* de Cassirer são publicados respectivamente em 1923, 1925 e 1929.

¹⁹⁸ Sobre a objetividade do sentido em Cassirer Cf. PORTA. *A filosofia...*, pp. 137 a 155; e também PAPP, Marco Antonio. *Diferença entre mito e religião em Ernst Cassirer no plano geral da “Filosofia das formas simbólicas”, com ênfase no confronto entre a consciência mítica dos povos primitivos e a ética profética da religiosidade judaico-cristã*. São Paulo: s.n., 2000. Dissertação de mestrado. PUCSP. Orientação PORTA, Mario Ariel Gonzalez. pp. 22 a 50.

simbolização.¹⁹⁹ Com a idéia de “pregnância simbólica” (*symbolische Prägnanz*) Cassirer procura descrever essa instância original do sentido como o fator transcendental original, anterior a qualquer atividade de síntese do sujeito, e condição de possibilidade da própria consciência.²⁰⁰ O que Cassirer chama de “símbolo” é muito similar ao que Lask chama de “objeto”. Também para Lask não existem materiais puros, mas sempre uma conformação entre material e forma valente; esta é a fonte original do sentido, e enquanto tal se constitui numa instância pré-subjetiva. Como se vê, tanto para Cassirer²⁰¹ quanto para Lask a investigação da objetividade é uma investigação do sentido.

A grande diferença entre os dois está no que se compreende por experiência. Para Cassirer, tal como para Kant, a experiência está indissolavelmente ligada à espontaneidade do espírito, e em última instância ao conhecimento. Tanto é assim que, para dar conta desta conjugação, Cassirer se utiliza do termo “percepção” (*Wahrnehmung*)²⁰² no mesmo e ambíguo sentido de Kant.²⁰³ Já para Lask o que se dá na experiência é a vivência do sentido em sua instância original, mas não o conhecimento do sentido. Qualquer interferência, atividade ou mediação por parte da subjetividade implica sempre no rompimento da vivência imediata do sentido. Como se mostrará mais a frente, o que o conhecimento conhece não é o sentido original do objeto, mas uma subespécie de sentido, o “sentido teórico”.

No que diz respeito a esta instância original de constituição do sentido é possível dizer que, em determinados momentos, a filosofia das formas simbólicas de Cassirer chega muito próximo da evidência fenomenológica de Husserl. Ambos alcançam o patamar de uma significância original, impessoal, e anterior às dicotomias sujeito/objeto, homem/mundo, resolvendo assim o impasse entre cultura e ciência. Cassirer parece mesmo concordar com a radical identificação que faz Husserl entre consciência e significação, apesar de criticar a manutenção da distinção entre o material

¹⁹⁹ CASSIRER, Ernest. *Filosofia das formas simbólicas*. vol. III. Trad. Armando Morones. México: Fondo de Cultura Económica, 1998. p. 238.

²⁰⁰ CASSIRER. *Filosofia...*, vol. III. p. 238 ss.

²⁰¹ CASSIRER. *Filosofia...*, vol. III. p. 47.

²⁰² CASSIRER. *Filosofia...*, vol. III. p. 238.

²⁰³ Para um inventário do uso ambíguo com que Kant se utiliza do termo “percepção”, (*Wahrnehmung*) ora com acento na experiência ora no conhecimento, veja-se o verbete “percepção” do dicionário Kant. (DICIONÁRIO KANT. Howard Caygill. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.)

“hylético” e o cognitivo “noético”.²⁰⁴ Mas a despeito de chegarem a esta instância original, tanto Cassirer quanto Husserl não poderão escapar dos efeitos das filosofias da consciência (consciencialismo), pois estarão presos aos limites do “sentido teórico”. Apesar do significado teórico coincidir com a consciência, isso não significa que só existam significados teóricos. É perfeitamente plausível, como percebe Lask, que a consciência seja apenas uma pequena parte do universo do sentido. E aqui entra o que se pode considerar a revolução copernicana de Lask: ele deixa de lado o idealismo objetivo, o qual está contido e é apenas uma sub-forma da objetividade em geral, e parte para a exploração das outras formas de objetividade. E é para marcar esta distinção que ele diferencia “objetividade” (*Objektivität*) como o sub-reino do idealismo objetivo e dos comportamentos teóricos em geral, da “objetualidade” (*Gegenständlichkeit*) como instância original de constituição do sentido.

Sendo a objetualidade o lugar original da vivência (*Erleben*) do sentido poder-se-ia aqui perguntar qual a diferença entre a “*Erleben*” de Lask e a “*Erlebnis*” de Dilthey. Antes de responder é preciso primeiro observar que Lask, pelo menos nos trabalhos publicados em vida, jamais se ocupou das idéias de Dilthey, o que talvez reflita a resistência neokantiana, que sem maiores reservas simplesmente enquadrava Dilthey dentro do irracionalismo das filosofias da vida – como era o caso do seu mestre Rickert, árduo crítico de Dilthey. Feita essa ressalva, passa-se a resposta: segundo Dilthey os conteúdos das ciências naturais aparecem como “fenômenos” (sistemas naturais) através da percepção externa, enquanto que os conteúdos das ciências do espírito aparecem como “realidade” na percepção interna. Isto é, ao passo que os fenômenos se constituem no espírito como reflexos indiretos e parciais da experiência natural, a realidade do espírito é “vivenciada” de modo integral e sem mediações. Daí sua famosa tese de que a natureza se explica e o espírito se compreende. Em função dessa objetividade do espírito, Dilthey procura desenvolver um novo aparato categorial (*significação, sentido, valor, fim, ideal, formação, desenvolvimento, etc*) capaz de dar conta dessa realidade, que em muito ultrapassa as 12 categorias kantiana válidas apenas para a espaço-temporalidade mecânica dos fenômenos da experiência natural.²⁰⁵ Todavia, do ponto de vista da teoria do objeto de Lask, Dilthey está preso no mesmo

²⁰⁴ CASSIRER. *Filosofia...*, vol. III. p. 234.

²⁰⁵ RODI, Frithjof. *Wilhelm Dilthey: o contexto da estrutura da vida*. In *Filósofos do século XIX*. Trad. Dankwart Bernsmüller. Coleção História da Filosofia. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 2004. pp. 247-271.

beco “consciencialista” do neokantismo. Mesmo demonstrando que o conhecimento teórico é apenas uma pequena parte e está contido na vivência do espírito, o que Dilthey faz é apenas ampliar o número das categorias kantianas para além do teor formal “ser”, isto é, para além da realidade sensível, entretanto, ainda se mantém na Teoria dos Dois Mundos de Kant, separando o sentido do seu objeto. Inclusive nas obras tardias, consideradas não psicológicas,²⁰⁶ para Dilthey todo sentido e toda significância só se produzem na vida subjetiva do espírito. Mesmo colocando sangue nas veias do sujeito transcendental Dilthey ainda permanece confinado ao sentido que se produz nos comportamentos subjetivos, o que, segundo a teoria do objeto de Lask, só pode ser superado assumindo-se a incompatibilidade entre conhecimento e experiência. Qualquer forma de conhecimento, por mais encarnada que seja, sempre se constitui pela corrupção da significância original do objeto. Isso, entretanto, não torna Lask um irracionalista, pois como se verá na análise das categorias reflexivas, há uma alternativa teórica dentro da própria significância corrupta da subjetividade.

Ao assumir a separação entre conhecimento e experiência Lask rompe não só com a mediação da subjetividade transcendental na constituição da objetividade, mas também com as formas deflacionadas do idealismo objetivo, que todavia continuarão a ser praticadas ainda por muitos anos depois de sua morte. Por fim, é preciso mais uma vez enfatizar que Lask, enquanto pensador de transição, também não tem muita noção do que “são” essas outras formas não-teóricas da objetualidade. Ainda será preciso um esclarecimento temporal e existencial do solo em que estão plantadas para que a pesquisa das mesmas tenha consistência. Mas se tomamos como ponto de vista a *Zuhandenheit* de Heidegger, podemos ter uma idéia do novo mundo que estava se descortinando.

1.5. Quadro geral das categorias

Com base na diferença entre experiência e conhecimento Lask estabelece sua doutrina de categorias. Não se trata, todavia, de fazer um inventário de formas lógicas e organiza-las numa tábua hierárquica, como sempre se fez ao longo da história,²⁰⁷ mas de

²⁰⁶ RODI. *Wilhelm...*, p. 265.

²⁰⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 64.

buscar algo que segundo Lask jamais foi feito: a natureza primordial do fenômeno lógico.

*“Todo teor formal e lógico pensável é secundário em relação a este fenômeno lógico original. A natureza mais universal do teórico nunca foi pensada”.*²⁰⁸

Assim, suas categorias se dividem em apenas dois tipos: constitutivas e reflexivas:

As **categorias constitutivas** tratam da instância lógica original de constituição do sentido, ou seja, a vida em sua vivência imediata da validade. Esta é, para Lask, a instância genuína de que deve se ocupar a lógica,²⁰⁹ ou melhor a *aletheiologia*.

Já as **categorias reflexivas** tratam dos elementos que se dizem puramente formais, o que inclui as chamadas “ciências formais” e as matemáticas em geral. Uma instância de sentido que tem como solo a subjetividade, mas que independe do arbítrio subjetivo.

Observe-se que Lask deriva as categorias reflexivas das categorias constitutivas. Com isso ele está invertendo um princípio cardeal de toda reflexão lógica, qual seja, a primazia das formas teórica puras em face dos conteúdos empíricos. Não se trata, todavia, de um empirismo de tipo lockeano, por exemplo. A verdade formal das categorias reflexivas não se deriva simplesmente dos dados cegos da sensibilidade, mas está plantada na verdade *in concreto*, na conformação (*Bewandtnis*) transcendental entre forma e material. Diferente dos empiristas, para Lask a lógica é essencialmente constitutiva do mundo, mas ao contrário dos racionalistas, ela independe da subjetividade.²¹⁰

1.6. Nudez Lógica e Irracionalidade

Antes de se tratar das categorias é preciso introduzir a distinção que Lask estabelece entre nudez lógica (*Logische Nacktheit*) e irracionalidade (*Irrationalität*) na quinta seção da primeira parte de sua obra.²¹¹

²⁰⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 70.

²⁰⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 109.

²¹⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 158.

²¹¹ LASK. *Die Logik...*, p. 77 ss.

Comparando a sua teoria do objeto com a formulação de Kant segundo a qual a forma (entendimento) sem o material (sensibilidade) é “vazia”, e o material (sensibilidade) sem a forma (entendimento) é “cego”,²¹² Lask afirma que Kant só chegou a tal resultado porque tomou como ponto referencial de sua análise a esfera da objetividade (*Objektivität*), ou seja, o correlato subjetivo do sentido, o qual tem o inconveniente de ocultar a dualidade original de constituição do sentido, e levar à ilusão de uma diferença entre o objeto e o seu teor de verdade. Diante disso Lask propõe o deslocamento do ponto referencial, do sujeito, para o sentido original do objeto, o que resulta na seguinte formulação “a forma sem conteúdo é vazia, o conteúdo sem forma está nu.”²¹³ Tal como Kant, para Lask uma forma pura e original (*Urform*) é realmente “vazia”, não passando de um conceito limite, eis que toda forma sempre se determina por um material. Já o material não é “cego”, mas apenas está “logicamente nu”, pois que o seu sentido é imediatamente experienciado na vivência da validade.

O conceito de “nudez lógica” é definido em relação à ausência de conhecimento teórico, ou seja, é a vivência imediata do sentido. Algo (*Etwas*) logicamente nu designa o estado em que se vivencia a conformação (*Bewandtnis*) forma/material do objeto, onde a forma está como que “invisível” ao conhecimento. A “nudez lógica” é a vivência imediata do sentido, é o estado original da forma lógica em seu “valer para...” um material. Neste estado a forma não pode ser conhecida, mas é ela que possibilita a objetividade do conhecimento.

Já o conceito de “irracionalidade” diz respeito à opacidade e impenetrabilidade do material. Tudo é irracional, a-lógico, com exceção da própria forma lógica²¹⁴ em sua função original na imediatez da experiência vivida. Todavia, se a forma lógica é tomada como material, então também torna-se irracional, ou seja, torna-se opaca e impenetrável pela nova forma que a envolve. Irracional, portanto, é tudo o que pode ser envolvido pela forma lógica, inclusive a própria forma.

²¹² Esta formulação aparece mais de uma vez na obra de Kant, por exemplo na *Crítica da Razão Pura*, p. 92 (KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Valério Rohden e Baldur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1987), e na *Crítica da faculdade do juízo* p. 76 e 77 (KANT, Emmanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Trad. Valério Rohden e Antonio Marques. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995). Lask, entretanto, não deixa claro a qual obra está se referindo, falando apenas em ... *uma célebre passagem* ... (LASK. *Die Logik...*, p. 73).

²¹³ LASK. *Die Logik...*, p. 74.

²¹⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 77.

Estabelecida esta distinção, Lask combate a tese segundo a qual o individual real é irracional, enquanto que o universal ideal é racional, aquilo que “vale”.²¹⁵ Ao contrário de Windelband e Rickert, explicitamente citados, para Lask isso nada mais é do que a perpetuação de um preconceito intelectualista introduzido por Platão.²¹⁶ A diferença entre a forma e o material nada tem haver com a diferença entre universal e individual. Tanto o universal quanto o individual se constituem como sentido, de modo que em ambos é preciso distinguir a forma racional, da irracionalidade do conteúdo. No real individual há tanta irracionalidade quanto no ideal universal, pois tudo é irracional, com exceção do teor racional da forma em sua função original de “vale para...” um material irracional.

²¹⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 78.

²¹⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 79.

Capítulo 2

AS CATEGORIAS CONSTITUTIVAS

2.1. A categoria-de-domínio “ser”

O grande *insight* de Lask começa com a observação que a realidade efetiva (*Wirklichkeit*) não se limita simplesmente a algo sensível, mas é já desde sempre atravessada pela forma lógica. Esta forma lógica, obviamente, não pode ser intuída pela sensibilidade, pois ela não é sensível. Mas é a vivência desta forma lógica que nos revela os complexos de impressões sensíveis como coisas que existem, como realidade.²¹⁷ A realidade ôntica é constituída pelo material sensível, mas só se torna possível porque é atravessada pelo não sensível, que a torna um domínio de objetos (*Gegenstandsgebiet*).²¹⁸

Em face do material sensível, e com base no “momento de significação”, a forma lógica adquire, em seu “vale para...” o material sensível, o teor categorial “ser”. Logo, a forma lógica que vale para o material sensível em geral é o “ser”, e que por valer de modo geral para todo este domínio, é classificada por Lask como “categoria-de-domínio”.²¹⁹ Por fim, em função da multiplicidade do material sensível, diferencia-se uma infinidade de categorias dentro da categoria-de-domínio “ser”, por exemplo, coisidade, causalidade, quente, doce, azul, áspero, etc. É graças ao teor categorial “ser” que o material sensível existe como um domínio de objetos ônticos.

Observe-se que a realidade efetiva em toda a sua possibilidade ilimitada de significações é vivida independentemente da subjetividade. O ser, em sua nudez lógica, é simplesmente vivido, mas não conhecido. Lask descreve esta dimensão como “*um simples envolvimento compreensivo do material*”,²²⁰ que posteriormente é simplesmente “iluminado” e “reconhecido” como um predicado categorial idôneo²²¹ naquilo que ordinariamente se chama de conhecimento verdadeiro.

²¹⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 57.

²¹⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 98.

²¹⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 71.

²²⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 76.

²²¹ LASK. *Die Logik...*, p. 76.

O que está por trás destas análises é um tatear de Lask daquilo que mais tarde será o ponto de partida do pensamento de Heidegger: a diferença ontológica entre ser e ente. Vivenciar a validade é dispor da diferença ontológica entre ser e ente. Só se tem acesso ao que existe por meio da forma “ser”, mas essa forma está essencialmente subordinada a seu material (sensível), pois que se constitui como direcionalidade em face da opacidade e impenetrabilidade do mesmo. Há, assim, uma co-originalidade e co-dependência entre ser e ente. E é nessa “distensão” entre ser e ente que se instala, independente da subjetividade, o universo do sentido, a objetualidade dos objetos: um primeiro e rudimentar esboço do que posteriormente será destrinchado por Heidegger na “hermenêutica da facticidade” dos cursos da década de 20 em Freiburg, e como “mundanidade do mundo” (*Weltlichkeit der Welt*) em *Ser e Tempo*.²²²

Apesar de não explorar esse mundo originário que se instala na distensão entre ser e ente, pode-se depreender em certas observações de Lask a antecipação de conseqüências que posteriormente serão extraídas pela filosofia continental. Tratam-se de algumas considerações sobre os animais, que neste momento podem ser bastante esclarecedoras do caminho que Lask está abrindo. Segundo o filósofo os animais não têm realidade e não ascendem a um mundo de coisas e acontecimentos, pois não dispõem daquilo que diferencia o ser das coisas sensíveis, das simples impressões sensíveis em que estão imersos.²²³ Ou seja, os animais não vivenciam a validade da forma. Noutra momento afirma Lask que há um vício intelectualista que desde Platão induz a pensar que tudo o que ultrapassa a animalidade, o instinto e a pura percepção sensível, é necessariamente teoria, pensamento racional.²²⁴ Um vício profundamente arraigado na linguagem, especialmente científica, que leva a acreditar que toda objetualidade só se dá por força do espírito, e que resulta na tese dominante ao longo de toda a história do pensamento ocidental de que o homem é simplesmente um animal dotado de uma capacidade especial: a capacidade de teorizar. Para Lask este vício encobriria aquilo que é precisamente a essência do homem, isto é, o vivenciar a validade.

Ao criticar este intelectualismo atávico Lask está abrindo um fosso entre homens e animais muito maior do que o suposto na tese clássica do homem como *animal*

²²² HEIDEGGER, Martin, *Sein und Zeit*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1986. §§ 14 a 24, pp. 63-110.

²²³ LASK. *Die Logik...*, p. 85.

²²⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 204.

racional. O homem não é simplesmente um animal acrescido da dimensão teórica, mas é aquele que vive imediatamente a validade, e por isso é capaz de viver dentro da realidade. O homem “habita” a diferença ontológica. Já a racionalidade, entendida modernamente como a capacidade de conhecer, julgar, raciocinar, teorizar, etc, está fundada na vivência da validade, e é apenas uma modificação desta.

Como se pode observar, estas breves comparações de Lask entre o modo de ser dos homens e dos animais antecipam muitas das metáforas ontológicas de maior sucesso na literatura filosófica do século XX. Para citar apenas duas: as metáforas de Heidegger de que os animais são pobres de mundo, enquanto *Dasein* habita a clareira do ser (diferença ontológica);²²⁵ e a história da revolução antropogenética de Sloterdijk, segundo a qual não há uma progressão do “animal *sapiens*” para o “homem *sapiens*”, mas uma ruptura, uma falha na animalidade dos homens, que rompe com o nascimento biológico dando lugar ao ato de vir-ao-mundo.²²⁶

2.2. A categoria-de-domínio “valer”

Uma vez estabelecida a estrutura forma/material da realidade efetiva, Lask propõe a transposição deste esquema para o domínio do não-sensível (*das Unsinnlich*),²²⁷ isto é, para o domínio da forma lógica que atravessa toda a realidade efetiva. Do mesmo modo que a realidade efetiva é constituída pelo material sensível e pela forma que lhe é valente (o “ser”), o domínio do não-sensível também é constituído pelo material não-sensível e pela forma que lhe é valente: o “valer”. Há, assim, uma coordenação paralela entre a objetualidade ontológica (material sensível + forma “ser”), e a objetualidade valente (material não-sensível + forma “valer”). “Ser” e “valer” são categorias-de-domínio paralelas.²²⁸

Para se compreender esta transposição é preciso mais uma vez ter em conta a vivência imediata da validade. Se na realidade efetiva ascende-se ao que existe através da vivência imediata da forma ser, neste segundo estágio a “forma ser” é também

²²⁵ HEIDEGGER, Martin. *Os Conceitos Fundamentais da Metafísica: mundo, finitude, solidão*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, pp. 216 – 413.

²²⁶ Sloterdijk, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000. p. 32-33.

²²⁷ LASK. *Die Logik...*, pp. 92-113.

²²⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 98.

objetualizada através da vivência imediata da forma, o que possibilita ascender ao que vale. Ou seja, a forma do ente (a “forma ser”), que se diferenciou em função do material sensível, é agora tomada como material e envolvida novamente pela forma lógica, o que resulta nos valores, os objetos não-sensíveis.

Para os objetos não-sensíveis (objetos de segundo nível) aplica-se o mesmo princípio de diferenciação do significado dos objetos sensíveis. Ou seja, a forma, em seu “valer para...”, se diferencia em função do material de que é valente, no caso, a forma do ente tomada como material. Apesar da estrutura forma/material paralela, o domínio da validade não é autônomo em relação ao domínio ontológico, eis que o seu material originalmente é uma forma, e, enquanto tal, vale para o seu material (sensível). Logo, o material do segundo nível é essencialmente dependente do material do primeiro nível. A unidade de sentido no segundo estágio é incompleta quando comparada ao primeiro, pois tanto a sua forma quanto o seu material pertencem ao domínio do não-sensível, que sempre se determina por seu remetimento a um material.²²⁹ Em função desse caráter derivado não se coloca o problema do *regressus in infinitum*; a partir do segundo estágio não há mais novidade; a forma da forma da forma... é sempre a repetição do “valer” do segundo estágio.²³⁰

Em várias ocasiões Lask usa a imagem de um edifício de dois andares para indicar a coordenação entre os dois domínios: o teto do primeiro nível é a forma “ser” que vale para o material sensível (o piso); no segundo nível a forma “ser”, tomada como material, funciona como piso para o domínio da validade.²³¹ Como é o primeiro nível que sustenta o edifício, o material de primeiro nível tem primazia na determinação da significação,²³² pois é o único que repousa sobre si mesmo não remetendo para além de si. Quando a forma é tomada como material, apesar de impenetrável e opaca, ela ainda conserva um remetimento para além de si mesma, ou seja, para o material de que originalmente é valente. Com isso pode-se dizer que em última instância o momento de determinação da verdade é empírico. Aqui, percebe-se claramente o rompimento de Lask com o primado neokantiano das formas teóricas puras em direção a uma a prioridade do mundo, o que abre espaço para uma ontologia.²³³

²²⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 94.

²³⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 90 e 112.

²³¹ LASK. *Die Logik...*, pp. 92, 123, 133-134.

²³² LASK. *Die Logik...*, p. 61-64.

²³³ MOTZKIN. *Emil Lask...*, p. 181.

Em resumo: os domínios do sensível e do não-sensível não são dois reinos separados, mas formam uma única estrutura (um único edifício), do único reino possível. Na vivência imediata da forma lógica vivenciamos, de modo coordenado, os dois níveis de sentido, isto é, os dois domínios de objetos. Vivenciamos de modo não teórico tanto o ente quanto o ser do ente. É a vivência imediata da forma lógica que nos permite viver tanto dentro da realidade efetiva, quanto dos valores. Isto sem qualquer atividade determinadora ou geratriz por parte da subjetividade.

2.3. As categorias-de-domínio do estético, do ético e do supra-ser

Esse esquema de dois andares da objetualidade do sentido, que num primeiro momento é desenvolvido com base no domínio sensível, isto é, na dicotomia ente/ser, é expandido por Lask para outros domínios de materiais. Assim, do mesmo modo que há um material sensível para o qual vale a forma “ser”, há também um material estético²³⁴ que é envolvido por uma forma estética, resultando não na “existência” de um ente, mas na “beleza” da obra de arte.²³⁵ O mesmo se dá com o material ético: um ato ou um conflito ético se constitui de um material ético envolvido por uma forma ética que lhe é valente, o que resulta não na “existência” de algo, mas na “eticidade” dos comportamentos e situações.²³⁶ Tal como o “ser”, o “estético” e o “ético” são categorias-de-domínio de seus respectivos domínios de objetos. Além disso, no segundo nível dos sentidos estético e ético também se repete o esquema do primeiro nível, ou seja, as formas estética e ética podem ser tomadas como materiais de um novo objeto – os objetos de segundo nível –, que são os valores estéticos e éticos.

Isso tudo de modo independente do conhecimento ou qualquer outro comportamento teórico. Estética e ética, no sentido de sua objetualidade original, independem de considerações teóricas. Para Lask a crítica estética já nada tem haver com o gozo estético (a vivência imediata do sentido estético); do mesmo modo que a teoria ética já nada tem haver com a atitude ética (a vivência imediata do sentido

²³⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 37

²³⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 192.

²³⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 192.

ético).²³⁷ A consideração teórica do estético e do ético, se estrutura justamente pelo rompimento da vivência imediata dos sentidos ético e estético.

Lask, entretanto, quase não se ocupa destes outros domínios, os quais são citados apenas de passagem quando se trata de elencar os domínios de objetos, o que, segundo Launay, será alvo de fortes críticas, tanto dentro quanto fora dos círculos neokantianos, por exemplo as críticas de Lukács.²³⁸

Lask também não exclui a possibilidade de um material supra-sensível, para o qual corresponderia uma forma valente supra-sensível, resultando no domínio do supra-ente (*Über-seienden*),²³⁹ que seria o domínio legítimo da metafísica. Como o material supra-sensível é apenas uma possibilidade, pode ser que a metafísica não passe de superstição. Isso, entretanto, não pode ser resolvido pela doutrina das categorias. A fé religiosa, por exemplo, pode ser uma vivência logicamente nua de Deus, mas como não dispomos nem da categoria-de-domínio que valeria de modo geral para o domínio divino, não há como se decidir se a religiosidade é um mero devaneio.

No que diz respeito à metafísica, a única coisa que a doutrina das categorias pode resolver são as hipóstases do domínio da validade, sempre reeditadas nas versões da Teoria dos Dois Mundos.²⁴⁰ Como o domínio da validade também é não-sensível, ao longo da história do pensamento ele sempre foi confundido e inadvertidamente misturado com o supra-sensível, o que resultava na subsunção da validade em supostos reinos supra-ônticos. Mas como se viu no capítulo 2 (2.2) Parte I, a não-sensibilidade da validade é diferente da não-sensibilidade do supra-sensível. A validade simplesmente “vale” sem ter que ser, ocorrer ou supra-ser. A não-sensibilidade da validade é que possibilita o suposto modo não-sensível se supra-ser do supra-sensível. Desse modo, a doutrina das categorias de Lask restringe a metafísica ao seu domínio, liberando a validade de toda as formas de hipóstases em supostos reinos transcendentais.

²³⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 191.

²³⁸ LUKÁCS, Georg. *Die Subjekt-Objekt-Beziehung in der Aesthetik*. in Logos VII, 1917/1918, p. 4. *apud* LAUNAY. *Prefácio...*, p. 23.

²³⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 125.

²⁴⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 126.

A OBJETIVIDADE DOS COMPORTAMENTOS TEÓRICOS

3.1. Os fenômenos subjetivos

Uma vez estabelecida a estrutura não cognitiva e não teórica do sentido segue-se naturalmente a pergunta pelo conhecimento e a subjetividade em geral. Se a gênese do sentido fundamentalmente independe da subjetividade, onde então entra o conhecimento, a consciência, o juízo, e outros fenômenos ditos subjetivos? Tem algum valor a significância subjetiva, ou simplesmente se inscreve na ilusão da separação entre o objeto e o seu sentido? E o sentido da linguagem, independe da subjetividade?

Antes de responder a estas perguntas é preciso observar que Lask não trata diretamente dos fenômenos subjetivos em *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre*. O seu objetivo na obra é produzir uma doutrina de categorias que dê conta da objetualidade formal, isto é, da conformação (*Bewandtnis*) de todos os domínios de objetos,²⁴¹ e no seu entender a subjetividade é destranscendentalizadora da objetualidade dos objetos. Em função disso não há um tratamento pormenorizado dos fenômenos subjetivos, com exceção do conhecimento, do qual Lask se ocupa no final da primeira e da segunda parte da obra. Mas mesmo o conhecimento só é analisado acessoriamente, e nos limites das implicações *aletheiológicas*; Lask se limita ao que chama de um “mero esboço” que apenas levanta “vagas tarefas” para uma futura teoria do conhecimento.²⁴² Como se adiantou na Parte I, a lógica da teoria do conhecimento – a *gnoseologia* – só será desenvolvida por Lask posteriormente, na obra *Die Lehre vom Urteil*.²⁴³ Em função disso, na obra em análise, Lask não trata do conhecimento com as categorias epistemológicas e intencionais da *gnoseologia*, mas com metáforas, tais como “iluminação” “claridade”, “reflexo”, dentro das quais subsume, além do

²⁴¹ LASK. *Die Logik...*, p. 126.

²⁴² LASK. *Die Logik...*, p. 87.

²⁴³ No capítulo 3 (3.3.) Parte I esboçou-se as categorias epistemológicas e intencionais da *gnoseologia*, as quais tratam da complexificação artificial em que se estruturam conhecimento e juízo a partir da forma original do objeto.

conhecimento, outros fenômenos subjetivos, tais como juízo, consciência e a linguagem.²⁴⁴

O fato é que para Lask não há muita distinção entre os fenômenos subjetivos; todos podem ser enquadrados dentro do que ele chama de “momento de claridade” (*“Klarheits”-Moment*)²⁴⁵ que se produz com o “comportamento teórico”. Assim, apesar de se ocupar quase que só do conhecimento, é preciso ter em conta que as análises aí desenvolvidas dizem respeito à subjetividade como um todo, e que o conhecimento é apenas uma possibilidade de configuração da objetividade (*Objektivität*).

Com relação à linguagem, é preciso adiantar que ela não se resume à objetividade teórica dos fenômenos subjetivos, mas possui um comportamento dúbio, compondo-se de uma dimensão objetiva e outra objetual. Mas para que se possa tratar dessa dubiedade, é preciso determinar o que Lask compreende pela “objetividade teórica” dos fenômenos subjetivos – o que se fará nos próximos tópicos (3.2.) e (3.3.) com a análise específica do conhecimento – e também introduzir as categorias reflexivas.

3.2. A objetividade do conhecimento

Lask trata diretamente do conhecimento em dois momentos: no final da primeira parte,²⁴⁶ que é dedicada à lógica da categoria ser, e no final da segunda parte,²⁴⁷ dedicada à lógica das categorias filosóficas. O conhecimento aparece, assim, como um apêndice no final da exposição de cada um dos níveis do edifício do sentido. Considerando que cada um desses níveis é formado por categorias constitutivas, tem-se respectivamente duas formas de conhecimento. No primeiro nível o que é conhecido é o ente, e no segundo nível o que é conhecido é a forma do ente, o “valor”, que dependendo do material de que é valente pode ser o “ético”, o “belo”, o “ser”, ou quem

²⁴⁴ LASK. *Die Logik...*, pp. 100 (*klar*); 102 (*Klarheit*); 130 (*“Klarheits”-moment*), 198 caráter de “saber consciente” (*Bewusstheit*), de claridade; 198 ato de julgar pelo qual se faz a claridade; 200 caráter de claridade e de compreensão; 200/201 a filosofia é, em última instância a “Iluminação” (*“Aufklärung”*), uma maneira de fazer claridade sobre isto q já é absolutamente justificado, e ao mesmo tempo uma intimação do dado a comparecer perante o tribunal da razão; 202 O conhecimento é (...) um tipo de direção da claridade.

²⁴⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 181.

²⁴⁶ LASK. *Die Logik...*, pp. 80-87.

²⁴⁷ LASK. *Die Logik...*, pp. 189-211.

sabe até o “supra-ser”. Observe-se que a forma e o ente só aparecem separados no conhecimento, em virtude de um procedimento artificial da subjetividade.²⁴⁸

Isto que no conhecimento se chama, por exemplo, de “ser” e “ente”, não é de modo algum o objeto sensível em seu sentido original. O objetividade do conhecimento não é um reflexo da objetualidade do objeto. A rigor, como observa Lask, não é sequer possível tratar da objetualidade com expressões lingüísticas,²⁴⁹ eis que qualquer comportamento teórico implica justamente o ocultamento da objetualidade. Este é o grande problema do conhecimento, responsável por grande parte das ambigüidades da tradição filosófica, que sempre levaram à hipóstase do domínio da validade.

Tal qual a objetualidade de qualquer objeto, o que possibilita a objetividade do conhecimento é também a vivência da validade. O conhecimento também está imerso na forma lógica e só vive na imanência desta,²⁵⁰ o problema é que o conhecimento rompe com a vivência imediata do sentido original do objeto. Apesar do conhecimento acompanhar a conformação (*Bewandtnis*) original do objeto, o que é conhecido não é o sentido do objeto. Um cientista, por exemplo, que se dedica teoricamente a um domínio ôntico conhece o ente, mas este conhecimento só é possível porque ele “vive” (*“erlebt”*) imediatamente o ser como forma lógica sem conhece-lo. Já um filósofo, que se preocupa com a validade do ser, conhece o “ser”, mas esse conhecimento só é possível porque ele “vive” imediatamente o valer, a forma lógica, sem conhece-la. Tanto o cientista quanto o filósofo se comportam em relação ao “ser”.²⁵¹ Para o cientista o ser se acha em sua posição original de forma, conferindo sentido ao ente, mas permanecendo logicamente nu. Já para o filósofo o ser se acha na posição de material, de algo logicamente afetado pela vivencia do valer.

Nos termos da metáfora da luz, pode-se descrever o conhecimento e os demais fenômenos subjetivos do seguinte modo: o que se vê quando algo é iluminado não é a luz em si, mas o que ela ilumina. Este “o que”, que a luz ilumina, não é algo que se produz pela junção da matéria luminosa com a matéria iluminada, mas é simplesmente o reflexo da superfície iluminada. O mesmo acontece nos fenômenos subjetivos. O que é conhecido, julgado ou que se tem consciência, por exemplo, não é a conformação

²⁴⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 183.

²⁴⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 102-103.

²⁵⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 87.

²⁵¹ LASK. *Die Logik...*, p. 117.

(*Bewandtnis*) entre a forma vivida (logicamente nua) e o material de que ela é valente, mas apenas o reflexo do “relevo” desta conformação.

O que se chama de “conhecer algo”, é um comportamento diante de algo logicamente nu. Esse comportamento “ilumina” a nudez, vestindo-a com as categorias que lhe caem melhor. Lask chama isso de “momento de claridade” (“*Klarheits*”-*Moment*).²⁵² Essas categorias não são criadas, nem dependem de algum modo do comportamento do sujeito, elas são simplesmente descobertas,²⁵³ tal qual se dá quando a superfície de alguma coisa é iluminada. Ou seja, o objeto (*Gegenstand*) não é conhecido, mas torna-se objetividade (*Objektivität*).

*O conhecimento é, tanto num caso como no outro [conhecimento ôntico e conhecimento filosófico], um tipo de direção da claridade.*²⁵⁴

Conhecer algo é simplesmente a iluminação do logicamente nu, mas não a sua constituição; a verdade não é criada, mas apenas reconhecida.²⁵⁵ O que muitas vezes acontece é que estas categorias do conhecimento não são descobertas. Como observa Gurvitch, cada época pode enxergar algumas categorias e fazer desaparecer outras da consciência.²⁵⁶

Observe-se que esse “comportamento”, a que se dá o nome de conhecimento, não é uma ação praticada pelo sujeito, mas é o próprio sujeito. A subjetividade não é uma entidade nem um receptáculo onde se produziriam as categorias daquilo que é conhecido, mas é a própria iluminação na forma das categorias. Apesar de Lask não tratar diretamente do estatuto da subjetividade, é isto o que se depreender de certas passagens, onde ele afirma que a consciência está indissolúvelmente ligada à direcionalidade da estrutura forma/material, além de relaciona-la com o conceito de intencionalidade.

*o “momento de claridade” coincide com a conformação objetiva (Bewandtnis). Do mesmo modo que a forma é sempre “forma de...”, só há momento de claridade “a respeito de...” qualquer coisa.*²⁵⁷

²⁵² LASK. *Die Logik...*, p. 181.

²⁵³ LASK. *Die Logik...*, p. 183.

²⁵⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 202.

²⁵⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 75.

²⁵⁶ GURVITCH. *Les tendances...*, p. 169.

²⁵⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 76. Cf. também p. 81, 82, 84, 86, 181, 183, 210.

Lask ainda pondera que este “momento de claridade”, que constitui as categorias do conhecimento, não precisa necessariamente corresponder a uma expressão lingüística. O conhecimento, ou qualquer outro comportamento teórico, não está necessariamente ligado a expressões lingüísticas. Mesmo na ausência de uma expressão lingüística específica, o valor da objetividade do conhecimento já é marcado por uma “compreensão” (“*Verstand*”).²⁵⁸

O homem, diferente dos animais, vivencia a forma lógica que envolve os materiais, por isso ele vive na realidade mesmo sem se comportar teoricamente com ela. Quando o homem procura saber a respeito dessa realidade, ele o faz acompanhando a direcionalidade da forma lógica (vivenciada) em relação ao material. Ao fazer isto, entretanto, ele rompe com a imediaticidade vivida da forma lógica, pois o conhecimento só vive na forma teórica. Ou seja, o homem agora “sabe” do “sentido” do ente, mas isso implica no ocultamento da dualidade original do objeto da experiência vivida. O “saber a respeito” é um comportamento que ofusca a relação originária, que é o próprio objeto.²⁵⁹

Como se pode observar, apesar de falar em “conhecimento”, para Lask todo fenômeno subjetivo é um comportamento teórico e pode ser enquadrado dentro do “momento de claridade”. O desprezo de Lask pela subjetividade faz com que ele, do ponto de vista da *aletheiologia*, não distinga muito claramente, por exemplo, entre conhecimento, juízo e consciência. Todo comportamento teórico é uma subespécie de sentido, e portanto destranscendentalização da objetualidade original.

Por trás destas indicações está o que parece ser o feito copernicano de Lask: não é a subjetividade, o conhecimento, o juízo, ou qualquer comportamento teórico, que é o “reino” da validade, ou aquilo que “produz” a validade, mas é a subjetividade que é imanente ao reino da validade, ao não-sensível. Ou seja, não é o conhecimento que contém a validade, mas a validade é que contém o conhecimento. O conhecimento é também vivência da validade, mas vivência de uma pequena parte desta. Logo, como o conhecimento está contido na vivência geral da vida, Lask demonstra que o intelectualismo, que desde a antiguidade domina a filosofia, injustamente procura “tomar a parte pelo todo”, ou seja, tomar o sentido teórico como se fosse o sentido lógico como um todo.

²⁵⁸ LASK. *Die Logik...*, pp. 100 e 181.

²⁵⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 85.

3.3. As deformações do conhecimento ôntico e do conhecimento filosófico

Como se viu, tanto o conhecimento ôntico, quanto o conhecimento filosófico se estruturam pela iluminação da forma vivida, o que, todavia, ofusca a conformação (*Bewandtnis*) original do objeto.²⁶⁰

No caso do conhecimento ôntico, o “ente” é conhecido como um conjunto de categorias, que nada mais são do que o reflexo da superfície da objetualidade. Esse conjunto de categorias posta-se mediadamente em relação à experiência vivida, o que significa que o conhecimento sempre se constrói fora da objetualidade original. Algo que posteriormente será desenvolvido por Heidegger, em sua crítica ao reducionismo científico, como *Vohandenheit*.²⁶¹

No caso do conhecimento filosófico o que é conhecido, “o valor”, é também produto da ofuscação da objetualidade original. A vivência plena do sentido ético, estético ou ontológico, por exemplo, é rompida, e o que aparece como consciência são as categorias do sentido teórico. Como observa Lask, um juízo estético já nada tem em comum com o gozo estético original, do mesmo modo que um juízo ético nada tem haver com a experiência vivida do posicionamento ético, antes, é o posicionamento pré-teórico do estético e do ético que possibilitam teorias éticas ou estéticas.²⁶²

Uma vez que a objetualidade de segundo nível é duplamente constituída pela forma lógica em sua vivência imediata, e a forma lógica é sempre um “valer para...”, o conhecimento que se desenvolve a partir desta objetualidade – o pensamento filosófico – está intimamente ligado ao tipo de “vida” do homem que o pensa, o que atestam historicamente todos os sistemas filosóficos, os quais estão intimamente enraizados na vivência do cotidiano e da cultura da época.²⁶³ Apesar de não ser um reflexo da vida, e de se constituir ao lado do sentido original do objeto, o conhecimento filosófico é ainda

²⁶⁰ LASK. *Die Logik...*, pp. 180-189.

²⁶¹ Segundo Heidegger o comportamento teórico opera com “seres simplesmente dados” (*Vohandenheit*) formados a partir de uma modificação empobrecedora da compreensão ontológica. A conformação (*Bewandtnis*) instrumental (*Zuhandenheit*) do mundo é rompida, dando origem ao universo dos “seres simplesmente dados”, os quais se mostram por características que podem ser descritas em representações. Dentre os “seres simplesmente dados” inclui-se qualquer ente teoricamente considerado, inclusive os entes mais abrangentes, como o espaço puramente abstrato das 3 dimensões, que se forja pela neutralização da conformação do mundo circundante, e o tempo ordinário, constituído pela homogeneização da temporalidade originária, a partir do modelo do espaço puramente abstrato, como um fluxo constante e irreversível de instantes (Cf. HEIDEGGER. *Sein und Zeit*. §§ 22, 69 e 81).

²⁶² LASK. *Die Logik...*, p. 204.

²⁶³ LASK. *Die Logik...*, p. 194.

determinado pela vida do indivíduo que o pensa. Embora seja apenas uma iluminação no segundo nível, não se pode esquecer que o que é iluminado é a cobertura do primeiro nível, e o que sustenta o edifício é o primeiro nível.

Aqui, contudo, está implicado um sério problema para a doutrina das categorias. Segundo Lask há uma ambigüidade no conhecimento filosófico que seria a grande responsável pela dificuldade de se compreender a coordenação dos dois níveis de sua teoria do objeto. Como se viu, no domínio do não-sensível tanto o material quanto a forma do objeto provém do próprio não-sensível, ou seja, é a forma do primeiro nível envolvida por outra forma, o que implica uma subordinação e remetimento do não-sensível ao material do primeiro nível. Como o comportamento cognitivo oculta a conformação original do objeto, corre-se o sério risco de se “esquecer” também o caráter subordinado do domínio não-sensível em relação ao primeiro nível, ou seja, esquecer que o material do segundo nível não é um material de verdade, mas uma forma tomada como material. Esse “esquecimento” gera uma ambigüidade no conhecimento filosófico que acaba levando à hipóstase da forma lógica. O segundo nível do edifício do sentido é nivelado ao primeiro nível, como se também fosse um domínio de objetos que tivesse como conteúdo um material último que não remete para além de si mesmo. O conhecimento filosófico, portanto, além de romper com a imediaticidade do vivido – o que é próprio de toda forma de conhecimento –, tende também a esconder a subordinação do segundo nível em relação ao primeiro, o que induz à nivelção de todos os materiais e assim a hipóstase da forma lógica. É o que se observa, por exemplo, nos conceitos de “substância”, “ser” e “causalidade”, os quais sempre foram equivocadamente tomados pelos sistemas filosóficos como substratos últimos.²⁶⁴

Na história da filosofia as hipóstases mais comuns da forma lógica se constroem principalmente a partir do material supra-sensível, como é o caso do mundo das Idéias de Platão e do platonismo lógico do século XIX, e a partir do material do sensível, como é o caso da substância aristotélica e de toda a tradição realista. Mas também há as hipóstases éticas e estéticas, das quais o século XX tem bons exemplos.

Por fim, pode-se ainda observar a repercussão deste discurso sobre o “esquecimento” do domínio da validade em Heidegger. Lask escreve:

²⁶⁴ LASK. *Die Logik...*, pp. 127 e 136.

Tal qual o ser do ente sensível do discurso filosófico, o mesmo acontece com o valer: seu caráter lógico categorial permanece até hoje oculto. (p. 109)

Tem-se aqui um primeiro indicativo da tese do esquecimento do ser de Heidegger sem as tintas trágicas de *Ser e Tempo*. Como anuncia Heidegger logo no início, o primeiro passo da obra é a liberação do sentido de ser. Para tanto é preciso escavar o entulhamento metafísico que desde a antiguidade se acumula, para desvelar a pergunta pelo sentido de ser em toda a sua vigência. Essa necessidade de recolocação do sentido de ser é exatamente o que Lask reclama em sua *Lógica da Filosofia*: a conformação (*Bewanditnis*) do objeto é ocultada pelo comportamento cognitivo, o que desde Platão se aprofunda. É preciso romper com o intelectualismo que só enxerga o sentido teórico, e liberar o domínio da validade em toda a sua significância.

Capítulo 4

AS CATEGORIAS REFLEXIVAS

4.1. O lugar das categorias reflexiva no quadro geral das categorias

Do que foi exposto até agora da doutrina das categorias de Lask pode-se tirar dois rasgos fundamentais:

- a) a objetualidade do sentido se constitui na instância não cognitiva e não teórica das categorias constitutivas;
- b) o conhecimento e os demais fenômenos subjetivos são comportamentos teóricos que se estruturam como ofuscação e ocultamento da objetualidade do objeto;

Diante dessas duas proposições parece legítimo concluir que a teoria do objeto de Lask está presa numa contradição performática, pois que procura, através de predicados teóricos, descrever uma “região” que por natureza lhe é inacessível. Ou seja, não é possível produzir conhecimento da objetualidade original porque os teores formais do conhecimento se constituem pelo ofuscamento da própria objetualidade, de modo que a descrição dos dois níveis da estrutura objetual seria tão corrupta quanto qualquer forma de conhecimento.

Esta objeção formal é superada com a problematização das categorias reflexivas, que junto com as categorias constitutivas completam o quadro categorial da teoria do objeto. As categorias reflexivas não formam um terceiro nível na estrutura do objeto. Como o próprio nome diz, elas não são constitutivas de nada. São na realidade, como coloca Lask, “parasitas” das categorias constitutivas.²⁶⁵ E é este “caráter parasitário” que possibilita a determinação das categorias constitutivas, de modo independente do conhecimento e de qualquer outro comportamentos teóricos. A significação que se introduz com as categorias reflexivas é denominada por Lask de “significatividade” (*Bedeutsamkeit*),²⁶⁶ em oposição ao “momento de significação” (*Bedeutungsmoment*)²⁶⁷ das categorias constitutivas.

²⁶⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 160.

²⁶⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 138.

Na verdade não se trata de introduzir uma nova espécie de categorias, pois as categorias reflexivas já estão presentes antes mesmo do início da exposição da teoria do objeto. Aliás, a própria língua só funciona porque é articulada reflexivamente. Como se mostrará, expressões como “e”, “outro”, “não”, são sedimentações lingüísticas de categorias reflexivas e, portanto, condição de possibilidade do próprio comportamento teórico.

Intimamente ligada a esta “função parasitária” das categorias reflexivas está o fundamento de verdade e rigor sob o qual se assentam a lógica formal e as chamadas ciências formais. Apesar de Lask não desenvolver diretamente este ponto, a mesma característica das categorias reflexivas que, independente do conhecimento ou qualquer outro comportamento teórico, possibilita a operação e a determinação das categorias constitutivas, é também o que está na base da lógica formal e das matemáticas em geral.

Vejamos em primeiro lugar como se estrutura a objetualidade das categorias reflexivas em relação à objetualidade constitutiva e à objetividade dos comportamentos teóricos. (4.2.). Em segundo lugar a função desempenhada pelas categorias reflexivas na determinação das categorias constitutivas, e a sua influência na filosofia de Heidegger (4.3.). E por último a relação das categorias reflexivas com o conceito de racionalidade e com as ciências formais (4.4.).

4.2. A objetualidade reflexiva

Diferente das categorias constitutivas, o solo para as categorias reflexivas se estabelece na subjetividade. Isso não significa que as categorias reflexivas são categorias do conhecimento. Como se mostrou, a objetividade (*Objektivität*) das categorias do conhecimento é a mera iluminação da superfície da objetualidade (*Gegenständlichkeit*), logo, um constructo ao lado da vivência imediata do sentido. Já as categorias reflexivas se constituem como objetualidade, mas uma objetualidade sobreposta à objetualidade constitutiva. Tal qual qualquer objeto, o objeto reflexivo também é imanente ao *logos*, o que significa que a sua objetualidade se constitui pela conformação (*Bevandtnis*) entre a forma vivida e o material de que é valente. Acontece que o material reflexivo é o próprio material constitutivo, mas esvaziado de todo o seu

²⁶⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 61.

conteúdo pela subjetividade, de modo a restar apenas um espectro transparente do mesmo. É um material artificial desprovido de todo caráter constitutivo, seja sensível, não-sensível ou supra-sensível. Metaforicamente falando, é como se o material constitutivo perdesse seu colorido, sua textura e seu sabor. Extenuado de todo conteúdo, o material reflexivo se resume à mera “função” que desempenha o material na objetualidade, é simplesmente o esquema de um “conteúdo em geral”.²⁶⁸ Nos termos de Lask, é um *minimum* funcional de irracionalidade e impenetrabilidade.²⁶⁹ Em vista disso a significatividade (*Bedeutsamkeit*) da forma reflexiva não remete para a instância original do material constitutivo, mas apenas para o esquema funcional deste.

Uma vez indiferenciado o material constitutivo, as categorias reflexivas tornam-se aplicáveis a quaisquer domínios materiais, inclusive ao seu próprio domínio. Lask chama o domínio reflexivo de domínio do mero “há” (*es gibt*), um “algo” (*Etwas*) mínimo suscetível de ser envolvido pela forma reflexiva.²⁷⁰ O objeto reflexivo é então um “objeto em geral”, que enquanto tal, pode se referir a qualquer objeto. Sua categoria-de-domínio é a “identidade”. A identidade representa o máximo da extenuação constitutiva. É o epíteto lógico que se deixa aplicar a qualquer coisa, constituindo-se no teor formal que vale de modo geral para todo o domínio reflexivo.

Sem levar em conta os domínios de onde provem os materiais, as categorias reflexivas se limitam ao elemento puramente unitário presente em todas as formas teóricas, tomando-os como puras relações (*Relationen*) em geral.²⁷¹ Desse modo apaga-se o remetimento à instância original do material, e todos os tipos de objetos são nivelados numa rede homogênea de relações. Diferente do que acontece no conhecimento, onde a objetualidade é ofuscada pelo comportamento cognitivo, na reflexibilidade o que se tem é um *analogon*²⁷² esquemático, um esqueleto²⁷³ da objetualidade original. Mas apesar de criado artificialmente pela subjetividade, do solo reflexivo se eleva um reino de “verdade absoluta” totalmente independente do arbítrio subjetivo. A verdade reflexiva se impõe à subjetividade de um tal modo que ela é

²⁶⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 140.

²⁶⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 149.

²⁷⁰ LASK. *Die Logik...*, pp. 141 e 142.

²⁷¹ LASK. *Die Logik...*, p. 144.

²⁷² LASK. *Die Logik...*, p. 149.

²⁷³ LASK. *Die Logik...*, p. 152.

simplesmente descoberta.²⁷⁴ Os objetos reflexivos não são, portanto, objetividades, mas objetualidades reflexivas.

4.3. O papel da reflexibilidade

Essa rede de relações em que se estruturam as categorias reflexivas, e esse poder de se aplicar a qualquer domínio, é o que permite determinar as categorias constitutivas. Como observa Lask, é impossível operar apenas com categorias constitutivas,²⁷⁵ sendo a mobilidade e onipresença relacional das reflexivas o que possibilita o isolamento e a manipulação conceitual das constitutivas.

Se há um abismo entre experiência e conhecimento, ou seja, se não é possível conhecer o sentido do objeto em sua vivência imediata, então a descrição dos níveis constitutivos da teoria do objeto de Lask não passaria de um disparate e estaria tão distante do sentido original do objeto quanto qualquer forma de conhecimento. Esta impossibilidade de acessar teoricamente a vivência do sentido só não é absoluta justamente em função das categorias reflexivas, as quais, para abusar da metáfora espacial, se constituem não como uma ponte, mas como uma rede de fios ligando as duas margens do abismo. Isso não significa que haja uma forma de conhecimento indireto que de algum modo é transmitida para a subjetividade. Apesar das categorias reflexivas só aparecerem em meio a significância produzida pelo comportamento teórico, Lask diferencia o “conhecer” do “pensável”. “Conhecer” é uma forma de objetividade teórica que se constitui pela ofuscação da objetualidade original. Já o “pensável” é o modo como as categorias reflexivas “aparecem” em meio à significância subjetiva. Assim, diferencia-se dois tipos de correlatos subjetivos: o “conhecer”, que é o comportamento face ao sentido constitutivo, e que se revela por ofuscação; e o “pensável”, que é o comportamento face ao sentido reflexivo, e que se revela desde já presente na subjetividade.²⁷⁶ Com essa distinção entre “conhecer” e “pensar”, Lask procura mostrar que as categorias reflexivas, apesar de só aparecerem na subjetividade, não são produzidas pela subjetividade – por abstração ou na dedução transcendental, por exemplo –, mas já operam pré-subjetivamente possibilitando o próprio comportamento

²⁷⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 147.

²⁷⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 164.

²⁷⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 154.

teórico. “Pensar” não é produzir as categorias reflexivas, mas simplesmente descobri-las dentro da significância subjetiva.

Esta antecipação pré-teórica das categorias reflexivas pode ser observada em expressões da linguagem cotidiana, tais como “e”, “ou”, “um”, “outro”, “não”, “conjunto”, “pluralidade”, “espécie”, “diferença”.²⁷⁷ São sedimentações lingüísticas do *analogon* esquemático da objetualidade original, com as quais operamos pré-teoricamente, e que permitem o próprio funcionamento auto-reflexivo da língua. Isso, segundo Lask, é o que permite a determinação das categorias constitutivas de modo independente dos comportamentos teóricos.

Mas Lask pouco desenvolve essa interessante conexão ontológica entre lógica, linguagem e pensamento. Sua análise visa apenas determinar o impacto das categorias reflexivas nas constitutivas, de modo a possibilitar o máximo de purificação da teoria do objeto.²⁷⁸ Apesar do papel fundamental desempenhado pelas categorias reflexivas, ele não acredita que o estudo isolado das mesmas possa oferecer qualquer contribuição para o seu projeto de determinação do domínio da validade. Essa antipatia se manifesta já na escolha do pejorativo adjetivo “parasitas” para qualifica-las. Para Lask a manipulação pura das categorias reflexivas significa conceder-lhes uma injustificada autonomia, o que inevitavelmente leva ao *panlogismo*.

4.3.1. *Explicitação das categorias reflexivas*

Considerando-se a grande importância das categorias reflexivas para a doutrina das categorias de Lask, parece interessante, para os propósitos do presente trabalho, uma melhor sistematização das mesmas dentro da teoria do objeto. Assim, contrariando as restrições de Lask, desenvolve-se os seguintes pontos:

Dentro do quadro geral das categorias, as únicas verdadeiras são as categorias constitutivas, sendo as teóricas e as reflexivas apenas uma vivência parcial do sentido original das constitutivas. A diferença entre as teóricas e as reflexivas está em que as teóricas se constituem nos comportamentos subjetivos como ofuscação e corrupção da

²⁷⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 164.

²⁷⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 169.

vivência original; já as reflexivas não são constituídas, mas extenuações da vivência original do sentido.

A característica essencial das categorias reflexivas é a sua capacidade de estar em dois “lugares” do mesmo tempo, isto é, na objetualidade vivida do sentido, e na objetividade dos comportamentos teóricos. Com isso elas possibilitam a manifestação, entremeio à parcialidade significante dos comportamentos teóricos, de um esqueleto formal da objetualidade do sentido em sua vivência imediata. E apesar desse esqueleto só “aparecer” dentro da significância subjetiva, é ele que estrutura todos os fenômenos subjetivos. Com isso Lask parece querer dizer que a significância teórica, apesar de inútil para a compreensão dos níveis da estrutura do objeto, desempenha a função de um pano de fundo sob o qual as categorias reflexivas – que são a própria estrutura desse pano de fundo – tornam-se visíveis; e é a visão dessa estrutura que nos permite acessar a vivência original do sentido, legitimando o modelo das categorias constitutivas.

Essa concepção negativa do comportamento teórico é a mesma da ontologia da verdade de Heidegger. Tanto para Lask quanto para Heidegger a significância teórica é sempre deturpação, ruína e ofuscação do sentido original. Todavia essa ruína é condição de possibilidade para a perscrutação do sentido original. Só podemos nos perguntar pelo sentido original depois de constituída uma dimensão corrupta de significação teórica, mas para se alcançar o sentido original é preciso escapar dessa corrupção, o que Lask faz pelas categorias reflexivas e Heidegger pela analítica dos existenciais (*Existenzialen*).

No parágrafo 44 de *Ser e Tempo* Heidegger descreve essa instância como a dimensão apofântica da “não-verdade”, que se constitui pelo rompimento da verdade original fundada no “como” hermenêutico de cunho pragmático do lidar com os entes do mundo. A colocação da questão da verdade só é possível pelo encobrimento da verdade original. É necessário a construção de uma realidade – reino de seres-simplesmente-dados (*Vorhandenheit*) – para que a verdade se revele pela diversidade, e assim seja possível o discurso proposicional. Esse é o sentido da tese de que o juízo não é o lugar da verdade, mas a verdade é que é o lugar do juízo.²⁷⁹ Mas como a verdade originária reside num *locus* antepredicativo, é impróprio proceder por cisões operativas, eis que estas só se colocam no nível lógico-semântico das proposições, por meio da operação dos atributos de verdade/falsidade. A analítica existencial é então a alternativa

²⁷⁹ HEIDEGGER. *Sein und Zeit*. § 44. p. 226.

de Heidegger ao discurso proposicional, o que demonstra que pelo menos funcionalmente, os *Existenzialen* operam do mesmo modo que as categorias reflexivas de Lask.

Mas apesar dessa proximidade, há um ponto discrepante entre os dois pensadores: enquanto Heidegger justifica existencialmente essa dimensão de ruína do sentido como constitutiva de *Dasein* – a fuga da morte, o impessoal (“*Es*” e “*Man*”), o falatório (*Das Geredete*), a poluição semântica gráfica e audiovisuais (*Gescreibe*), a curiosidade (*Neugier*), a decadência (*Verfallen*), etc – em Lask a corrupção do sentido nos comportamentos teóricos fica parecendo meramente acidental.

Em todo caso vale a pena percorrer a influência das categorias reflexivas de Lask no pensamento de Heidegger.

4.3.2. *A formale Anzeige do jovem Heidegger*

Apesar da censura de Lask quanto ao papel das categorias reflexivas, suas análises funcionarão como um gancho que será desenvolvido por Heidegger. Se num primeiro momento é Lask quem abre o caminho de Heidegger para a conquista da *facticidade* como instância original não subjetiva e não teórica do sentido, será também Lask quem lhe sugerirá o modo acesso à *facticidade*. Segundo Kisiel, Heidegger verá com bons olhos esse “caráter parasitário” das categorias reflexivas.²⁸⁰ Como o momento de significação das categorias reflexivas em última instância é determinado pela conformação (*Bewandtnis*) objetiva, Heidegger considera, a despeito da resistência de Lask, que pela flexibilidade seria possível ter acesso à vivência imediata do sentido, pois através das categorias reflexivas se manifestaria na subjetividade, independente do conhecimento ou qualquer outro comportamento teórico, um “esqueleto formal” da estrutura intencional da vida.

Esse “esqueleto formal” será desenvolvido por Heidegger já a partir de sua *Habilitationsschrift*,²⁸¹ sendo mais tarde, nos cursos do início da década de 20,

²⁸⁰ KISIEL, Theodore. *The Genesis...*, p. 37.

²⁸¹ Dentro do debate medieval sobre a singularidade do *unum*, Heidegger interpreta a noção scotiana de *haecceitas* através do hilemorfismo transcendental de Lask, segundo o qual a forma é determinada pré-teoricamente pela matéria. Mais ampla, impessoal e anterior a qualquer teorização, Heidegger afirma que a *haecceitas* é antes de tudo “significante”, bastando, portanto, encontrar um modo de lê-la, o que se fará pelo desenvolvimento da teoria medieval dos atos discursivos, na análise das

explicitamente formulado como “indicação formal” (*formale Anzeige*).²⁸² A expressão “indicação formal” é inspirada na teoria do signo que Husserl desenvolve na investigação primeira de suas *Investigações Lógicas*.²⁸³ Se todo signo é signo de algo, nem todo signo tem um significado, um sentido, que é expresso por este signo. Os signos que não expressam nada são justamente aqueles que cumprem a função de *Anzeigen*, ou seja, servem apenas para indicar, apontar, outra coisa que não eles mesmos. Apropriando-se desta distinção, Heidegger desenvolverá os *Anzeigen* como um novo tipo de “categoria”, capaz dar conta da significância original da vida no fluxo de sua auto-compreensão e auto-interpretação. Pois segundo Heidegger todas as taboas categorias da história da filosofia nada mais fizeram do que dessecar a vida em “objetos” e “coisa” – em seres simplesmente dados (*Vorhandenheit*).

A despeito da terminologia inspirada em Husserl, a “indicação formal” de Heidegger é um desenvolvimento das funções desempenhadas pelas categorias reflexivas de Lask: são formas lógicas extenuadas que atravessam a instância constitutiva do sentido (*facticidade*) e se revelam imanentes na subjetividade, mas independentes do arbítrio subjetivo. Diferentes das categorias do conhecimento que são sempre corrupção e deformação (*Vorhandenheit*) das categorias constitutivas, as categorias reflexivas, apesar de teóricas, já estão aí desde sempre possibilitando o próprio comportamento teórico, quando se manifestam, por exemplo, em termos da linguagem ordinária que funcionam como operadores lógicos.

Em *Ser e Tempo*, apesar da locução “indicação formal” não aparecer ostensivamente, os “existenciais” (*Existenzialen*) são indicadores formais desdobrados. A “mundanidade do mundo” (*Weltlichkeit der Welt*) é a “objetualidade”

seguintes estruturas gramaticais: nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, conjunção, preposição e interjeição (indicadores formais). Mesmo sendo inexprimível no nível da teoria, a *haecceitas* não é irracional. Como teria observado Scotus, as 10 categorias aristotélicas é que seriam limitadas, valendo apenas para a realidade em ato (*vorhanden*). HEIDEGGER. GA 1. Cf. especialmente os capítulos 1 e 2 da segunda parte: *Bedeutung und Bedeutungsfunktion*, pp. 246-283; e *Die Formenlehre der Bedeutungen*, p. 283-340.

²⁸² A *Habilitationschrift* mostra-se, portanto, como o ponto de partida para aquilo que se pode chamar de giro pragmático hermenêutico da fenomenologia, que tem como pontos principais as soluções de Heidegger às objeções de Natorp à fenomenologia de Husserl (1918); a fenomenologia tomada como *vorthoretisch Urwissenschaft* da vida fática no *Kriegsnotsemester* 1919 (GA 56/57); a elaboração expressa da *formale Anzeige* 1920/21 (GA 59/60); a recuperação fenomenológica da práxis na filosofia de Aristóteles 1921-22 (GA 61 e 62); o curso *Ontologie: Hermeneutik der Faktizität* 1923; culminando com a hermenêutica existencial de *Ser e Tempo* 1927.

²⁸³ HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas*. Trad. Manuel G. Morente e José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1982. Investigação Primeira: “Expressão e Significação”, capítulo 1, §§ 1º a 16. pp. 233-257.

(*Gegenständlichkeit*) de Lask desenvolvida e estruturada existencialmente; é a instância original do sentido, que por ser mais originária e condição de possibilidade da significância teórica, não pode ser abordada teoricamente, exigindo a estratégia especial da indicação formal. Mesmo considerando-se a grande distância entre a “objetualidade” estática de Lask e a revolução pragmático hermenêutica da “mundanidade do mundo”²⁸⁴ (que demonstra que o ser originário dos entes não é “algo” com caráter de presença (*Anwesenheit*) ou simplesmente dado (*Vorhandenheit*), mas sim uma instrumentalidade (*Zuhandenheit*) mundana essencialmente “referente a...” (*Verwiesenheit*),²⁸⁵) a estratégia de Heidegger para abordar essa instância original do sentido é exatamente a mesma das categorias reflexivas de Lask.

A primeira e fundamental categoria reflexiva de *Ser e Tempo* é a que se manifesta cotidianamente na “obscura compreensão de ser” de que sempre dispomos quando empregamos a palavra “é”.^{286 287} Seguindo a indicação do fato de que sempre já operamos e falamos do ser dos entes, sem compreender o “sentido de ser”, Heidegger chega à *facticidade* do mundo e aí descobre que o “sentido de ser” não é um misterioso “que” que se esconde por trás das coisas, mas o “como” dos entes, o seu “para que” (*Wozu*), a sua utilidade, o seu manuseio, a sua instrumentalidade (*Zuhandenheit*). O modo de ser deste “como” instrumental em sua estrutura mundana Heidegger chama de *Bewandtnis*.²⁸⁸ De modo similar, Lask parte das categorias reflexivas para chegar à objetualidade original do sentido: nos termos de sua teoria do objeto a palavra “é” é uma categoria reflexiva sedimentada numa expressão lingüística, que parasita a vivência imediata do objeto sensível em sua *Bewandtnis* entre o “teor formal ser” e o “material sensível”, sendo este caráter “parasitário” o que possibilita o acesso a objetualidade. Observe-se que Heidegger utiliza-se do termo *Bewandtnis* no mesmo sentido de Lask, com a diferença de que para Lask não havia muita clareza do que realmente era esse

²⁸⁴ Distância esta que talvez não seja tão grande, pois segundo Kisiel há indícios de que Lask, nos dois últimos anos de sua vida (1913-15) dedicava-se a um sério estudo do pragmatismo americano, especialmente de suas raízes na filosofia prática de Aristóteles e Kant, onde discutia a significância do envolvimento do mundo (*Umwelt*) (KISIEL. *Why Students...*, p. 101.).

²⁸⁵ HEIDEGGER. *Sein und Zeit*. § 18 pp. 83 e 84.

²⁸⁶ HEIDEGGER. *Sein und Zeit*. § 4º

²⁸⁷ Não é à toa que Heidegger toma como epígrafe para o seu tratado a famosa aporia do ser do *Sofista* de Platão: “... dÁl on g'r æj Ønæ'j nèv ταῦτα (t...pote boÚl es qe s hna .νειν ó πό των òv f qšggs qe) pÉl ai gignès cet e, 'næ'j dè πρὸ τοῦ ἀνεν J Ònæqa, nán d' °por»ca men ...” ...pois é evidente que de há muito sabeis o que propriamente quereis designar quando empregais a expressão “ente”. *Outrora, também nós julgávamos saber, agora, porém, caímos em aporia.* (Platão, *O Sofista*. 244a – Tradução da edição brasileira de *Ser e Tempo*, p. 24).

²⁸⁸ HEIDEGGER. *Sein und Zeit*. §§ 18 e 84.

Bewandtnis, o qual ele obscuramente, e de modo um tanto quanto místico, via simplesmente como o lugar de “vivência” do sentido. Contudo, a estratégia das categorias reflexivas deixava claro para Lask que o ser é o próprio sentido dos entes sensíveis, e que esse sentido não é algo externo aos entes, que se acopla aos entes, ou que decorre de algum processo de constituição.

Esse mesmo procedimento da indicação formal pode ser observado em praticamente todas as estruturas existenciais de *Ser e Tempo*: parte-se de um aspecto do esqueleto formal da *facticidade* que se manifestaria na significância teórica, para se tratar da *facticidade* em sua instância significante original. É o que se observa na preferência de Heidegger por advérbios, substantivos e partículas adverbiais, que enquanto indicadores formais da *facticidade*, guardariam na linguagem cotidiana aspectos da direcionalidade, do movimento e da instrumentalidade original da vivência do sentido de ser; por exemplo: *Um-zu* (ser-para), *Umsicht* (circunvisão), *Wozu* (para que), *Woraufhin* (perspectiva em que), *Wobei* (estar junto), *Womit* (estar com), *Worin* (no contexto em que), *Wohin* (destino). Por fim, como observa Kisiel, a objetualidade reflexiva do “há-aí” (*Es-Gebens*) de Lask,²⁸⁹ como pura direcionalidade já significante e emergindo do fluxo da vida, em sua rudimentar facticidade histórica, é um precursor do *Da-sein* de Heidegger.²⁹⁰

4.4. Racionalidade e ciências formais

Apesar de não desenvolver explicitamente, o tratamento que Lask dispensa à flexibilidade influencia diretamente o que se compreende por “razão” e aquilo que seria o fundamento das ciências formais, onde se inclui desde a lógica formal, passando pelas matemáticas, até as geometrias e topologias.²⁹¹ Ou seja, na análise das categorias reflexivas estaria presente um novo conceito de racionalidade e de objeto formal. Mas como isso não é ostensivamente desenvolvido por Lask, o presente tópico se limita a explorar alguns aspectos indicativos desta questão.

A característica fundamental dos objetos formais (forma reflexiva + material reflexivo), quando comparados por exemplo aos objetos sensíveis e não-sensíveis, é a

²⁸⁹ LASK. *Die Logik...*, p 142.

²⁹⁰ KISIEL, Theodore. *The Genesis...*, pp. 29, 34, 35.

²⁹¹ Cf. LASK. *Die Logik...*, p 155 e nota 119 p. 236.

transparência espectral. Diferente dos outros objetos, a impenetrabilidade e opacidade dos materiais formais é meramente funcional, não restando, em realidade, nada de obscuro nos mesmos. Contudo, segundo Lask, isto não torna as categorias reflexivas autônomas. Elas não podem dispensar o apoio do material constitutivo, pois só subsistem (*bestehen*) enquanto extenuação deste. E aqui estamos diante de um traço que diferencia Lask de todo o neokantismo: a sua obstinada resistência contra a autonomia da lógica.²⁹² Ao contrário, por exemplo, de Rickert, Windelband e o neokantismo de Marburgo – explícita e implicitamente citados²⁹³ – Lask não deduz identidade e diferença de uma forma lógica pura, mas procura sempre libera-las de um material.²⁹⁴ Para não cair num empirismo crasso, Lask postula um material “ideal”, que é liberado pela subjetividade, mas que independe do arbítrio desta.

A forma essencial que vale para este material “ideal” é a identidade. Graças a ela o “algo em geral” (*Etwas überhaupt*) é “um” objeto que meramente “há”, um elemento puramente unitário presente em toda forma teórica pensável.²⁹⁵

*A categoria do “há” (Es-Gebens) é a objetualidade reflexiva.*²⁹⁶

Com isso Lask aponta para o que seria o fundamento das matemáticas e das ciências formais em geral. Apesar de não se referir diretamente a nenhuma delas, ele indica que é no simples “algo” reflexivo onde se encontra o lugar de categorias como “diferença”, “e”, “pluralidade”, “número”.²⁹⁷

Como Lask está preocupado apenas em mostra o caráter derivado das categorias reflexivas ele não se ocupa, por exemplo, com problemas aritméticos, ou seja, não procura explicar como a partir da categoria do puro “há” se constitui a ordem numérica, ou espécies diferentes de números como inteiros, irracionais e complexos. No entanto ele distingue entre objetualidade e objetividade reflexivas,²⁹⁸ o que parece sugerir que enquanto a objetualidade reflexiva do puro “há” funcionaria como “dado” puramente formal, a objetividade reflexiva se constituiria pela manipulação, através dos comportamentos teóricos, desses “dados” puramente formais. As ciências formais,

²⁹² LASK. *Die Logik...*, p. 137.

²⁹³ LASK. *Die Logik...*, pp. 44, 78, 108, 119, 187.

²⁹⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 160.

²⁹⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 141.

²⁹⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 142.

²⁹⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 142.

²⁹⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 141.

portanto, se desenvolveriam a partir de comportamentos teóricos em face das categorias reflexivas, mas as objetividades formais nelas produzidas não se confundiriam com as objetividades em geral, pois o fato das categorias reflexivas “aparecerem” imanentes na subjetividade evitaria a corrupção implicada nas objetividades não reflexivas. E seria deste caráter imanente que as ciências formais retirariam sua exatidão, precisão e rigor.

Mas apesar de sua validade absoluta, as ciências formais e a lógica não passam de parasitas das categorias constitutivas, de modo que não faz sentido pretender coordenar os domínios do sensível, não-sensível e do “algo em geral”, e seus respectivos objetos, o ente, o valente e o idêntico.²⁹⁹ Lask sempre reafirma que as categorias reflexivas não constituem um terceiro nível na sua teoria do objeto.

É importante ressaltar este aspecto de subordinação das categorias reflexivas. Para Lask elas não são as formas lógicas por excelência, mas apenas sub-espécies da forma lógica original que vivenciamos imediatamente na objetualidade dos objetos. Ao contrário do que possa sugerir a idéia de extenuação, as categorias reflexivas não são uma espécie de “substrato formal” que resultaria da destilação das categorias constitutivas.³⁰⁰ Elas não são o que há de mais puro, mas sim o mais tênue e transparente. Em vista disso, Lask nega qualquer autonomia às categorias reflexivas, restringindo-as a um papel meramente auxiliar no tratamento das categorias constitutivas.

Segundo Lask, ao longo da história da filosofia, essa transparência espectral do material reflexivo tem fascinado os teóricos racionalistas de um tal modo que eles acabam se esquecendo do caráter de dependência e derivação das categorias reflexivas em relação às categorias constitutivas. A extenuação dos materiais constitutivos produz a ilusão de uma instância autônoma de transparência absoluta, a partir da qual os racionalistas procuram submeter os domínios constitutivos e eliminar a obscuridade e impenetrabilidade dos materiais. Isso, contudo, não passa de uma alucinação teórica em face da flexibilidade que caracteriza os objetos teóricos, o que tem como principal exemplo o idealismo absoluto de Hegel e de seus herdeiros *panlogistas*.³⁰¹ Não percebem que o sentido só se constitui em face da obscuridade e impenetrabilidade de algum material. A todo sentido e a toda significação está necessariamente ligado um momento de obscuridade que não pode ser extirpado, sob pena de se cair num

²⁹⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 149.

³⁰⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 162.

³⁰¹ LASK. *Die Logik...*, p. 187.

formalismo vazio. O fato das categorias reflexivas se aplicarem a quaisquer conteúdos, e a sua aparência de pureza material, não autorizam que a lógica as tome como ponto de partida absoluto e autônomo.³⁰²

Se Rickert estabelece um abismo intransponível entre a irracionalidade real do “*continuum* heterogêneo”, e a racionalidade irreal do “*continuum* homogêneo,”³⁰³ para Lask isto se deve à injusta autonomia concedida ao “*continuum* homogêneo”. Não existe uma instância da pura racionalidade, pois para Lask tudo é irracional. Rickert ignora que a irracionalidade não se limita ao domínio sensível, e que ela se estende por todo o seu “*continuum* homogêneo”. Mas isso não significa, por parte de Lask, cair num irracionalismo vitalista. A irracionalidade, como se viu no capítulo 1 (1.6) da Parte II, é essencialmente constitutiva da racionalidade da forma. Não se tratam de dois reinos independentes, mas de uma co-originariedade, uma conformação (*Bewandtnis*) entre forma e material. O que Lask compreende por racionalidade não é algo puro, mas sempre um momento de ser-afetado categorial (*Betroffenheitsmoment*).³⁰⁴ Portanto, mesmo as formas puras de que tratam a lógica e as ciências formais – o puramente quantitativo, como diria Rickert – são sempre a direcionalidade de uma forma em relação ao material de que é valente. O sentido e a significância de qualquer forma só se constitui em função da obscuridade e impenetrabilidade irracional de algum material, algo que segundo Lask sempre foi ignorado pelo racionalismo.³⁰⁵

Como se vê, em sua concepção da lógica, Lask combate tanto o racionalismo, quanto o empirismo e suas variantes nominalistas e positivistas.³⁰⁶ No primeiro caso trata-se de mostrar que a transparência das chamadas formas teóricas puras não lhes confere autonomia em relação aos domínios constitutivos, de modo que é sempre necessário ter em conta a obscuridade e impenetrabilidade do material constitutivo, que em última instância sempre remete ao primeiro nível do edifício do sentido. No segundo caso a luta é contra o relativismo empirista que procura rebaixar a lógica a uma significação puramente subjetiva; contra este Lask se vale da objetualidade reflexiva, que reafirma o caráter absoluto do lógico e a sua independência do arbítrio subjetivo.

³⁰² LASK. *Die Logik...*, p. 150.

³⁰³ RICKERT. *Ciencia...*, p. 184.

³⁰⁴ LASK. *Die Logik...*, pp. 101, 213.

³⁰⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 101.

³⁰⁶ LASK. *Die Logik...*, pp. 158, 212, 213.

*Irrracionalidade do material, mas não irracionalismo; racionalidade da forma, mas não racionalismo!*³⁰⁷

Neste ponto é possível uma aproximação com o materialismo histórico de Marx,³⁰⁸ que em sua análise da disputa entre *historicistas* e *positivistas* sobre o método da ciência econômica, mostrou que não se tratava puramente de um problema metodológico, mas de um problema no registro lógico. Tanto os positivistas, que se isolavam no abstracionismo de supostas leis universais que regulariam as demandas econômicas, quanto os historicistas, que negavam a possibilidade de leis universais e tudo relativizavam na singularidade do fato histórico, sofriam do mesmo mau. Para Marx não se tratava de estabelecer a legitimidade e os limites do conhecimento da ciência econômica com base numa teoria do conhecimento, mas a partir da realidade do próprio objeto. Partindo do materialismo de Ludwig Feuerbach, que é quem realmente coloca Hegel de cabeça para baixo,³⁰⁹ Marx mostra que a abstração não é um processo meramente subjetivo, mas real, e que a obscuridade da realidade é um momento constitutivo da teoria. Contudo, o fato de Marx conservar a dialética hegeliana, agora como processo real, impede que se prolongue o paralelo com Lask. A suposição de um movimento dialógico da realidade é para Lask uma camisa de força teórica que leva a constructos artificial apartados da vida. Uma crença ideologicamente reificada, ou em termos laskianos, uma hipóstase lógica de tipo realista. É o que se depreende dos reiterados ataques de Lask, ao longo de toda a sua obra, à dialética hegeliana. E aqui tem-se um eco claro da tradição que remonta as críticas de Trendelenburg à incapacidade de Hegel de diferenciar negação real e negação lógica, e portanto, da inviabilidade da dialética hegeliana.³¹⁰

³⁰⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 213.

³⁰⁸ Motzkin também aponta algumas proximidades entre Marx e Lask o que, todavia, não é desenvolvido. (MOTZKIN. *Emil Lask...*, p. 177.)

³⁰⁹ MANIERI, Dagmar. *A concepção de homem em Ludwig Feuerbach*. In Revista Ética & Filosofia Política, Vol. 6, Nº 2, Novembro/2003.

³¹⁰ Cf. Capítulo 1 (1.4) Parte I.

Capítulo 5

LINGUAGEM E LÓGICA DA FILOSOFIA

5.1. Linguagem e reflexibilidade

A despeito de não se constituir em nenhum momento como objeto principal de análise, o que reflete o horizonte do idealismo epistemológico neokantiano, a linguagem ocupa um importante lugar na obra de Lask. Mesmo sem receber um tratamento sistemático, as funções desempenhadas pela linguagem são peça chave no funcionamento de sua teoria do objeto.

Ao longo da obra pode-se diferenciar três contextos de abordagem da linguagem:

- a) em primeiro lugar as reclamações quanto à impropriedade da linguagem para o tratamento do domínio da validade;
- b) em segundo lugar a linguagem é analisada no âmbito objetivo dos comportamentos teóricos, ou seja, como uma espécie de fenômeno subjetivo;
- c) e por último Lask trata da linguagem no âmbito objetual das categorias reflexivas;

No primeiro caso trata-se de uma reclamação puramente formal, isto é, de um problema que não diz respeito ao conteúdo interno da teoria do objeto, mas a uma limitação externa da “ferramenta” de descrição dessa teoria. As linguagens e gramáticas humanas só funcionam corretamente para o domínio sensível, pois se constituem quase que exclusivamente de imagens espaço-temporais, o que leva à hipóstase do domínio da validade em reinos transcendentem à objetualidade dos objetos. Como se viu no capítulo 2 (2.3.) Parte I, as queixas de que a linguagem é uma das grandes responsáveis pela deformação e pelo encobrimento do “objeto” ou do “campo” de atuação da filosofia era comum não só às escolas neokantianas, mas à grande parte das correntes de pensamento da época.

No segundo caso, Lask trata da linguagem enquanto uma espécie de comportamento teórico, uma variante do “momento de claridade” (“*Klarheits*”-

Moment), dentro do qual se incluiu outros fenômenos subjetivos, como por exemplo, o conhecimento, a consciência e o juízo. Como se viu no capítulo 3 Parte II, do ponto de vista da *aletheiologia*, todo comportamento teórico é sempre uma forma de corrupção da objetualidade original, um modo de destrancendentalização dos objetos em sua imanência no *logos*. A linguagem, assim considerada, seria uma das possibilidades de objetividade dos comportamentos teóricos, uma iluminação parcial da objetualidade, que rompe com a vivência imediata do sentido original e se estabelece como vivência do sentido teórico. Lask entretanto pondera que toda objetividade teórica pode ser formatada lingüisticamente.³¹¹

Neste ponto poder-se-ia objetar que esta nivelção da linguagem como uma subespécie de comportamento teórico não leva em consideração a diferença entre signo, entendido como substrato sensível público, como por exemplo o som “martelo”; e a semântica da expressão desse signo, no caso o significado da palavra “martelo”. Todavia, se levamos a sério a teoria do objeto de Lask, a diferença entre signo e significado não se coloca. Do mesmo modo que não existe um reino platônico puramente formal, também não existe um reino puramente semântico. Todo sentido teórico, seja ele lingüístico ou não, é um remetimento a um material opaco e irracional. Apesar de toda a sua corrupção, e mesmo quando artificialmente duplicado no juízo, o sentido teórico não habita uma dimensão transcendente aos objetos, mas é imediatamente vivenciado como qualquer objeto; a única diferença está em sua pobreza quando comparado à vivência da objetualidade original. Não é porque um sentido teórico não está consubstanciado no substrato sensível de um signo lingüístico, que ele é puramente formal. A “representação mental” da palavra ou da imagem do “martelo” é tão pública, e uma objetividade, quanto o som “martelo”. O problema aqui, mais uma vez, é a “ilusão lingüística” da separação entre o objeto e o seu sentido, que com termos do tipo “representação”, “mental”, “imaginação”, oculta a vivência da objetividade teórica e nos sugere a existência de uma dimensão puramente formal.

E aqui fica claro que a diferença entre objetualidade e objetividade nada tem haver com uma suposta vivência pública ou privada do sentido. Quando se diz que a objetividade teórica, seja ela lingüística ou não, é destrancendentalizadora da objetualidade original do sentido, isso quer dizer apenas que o sentido teórico é uma subespécie do sentido em geral, e não que ele é abstraído, produzido ou que “existe”

³¹¹ LASK. *Die Logik...*, pp. 100 e 181.

numa dimensão transcendente aos objetos. Não se trata, portanto, da ilusão de um discurso privado, mas de se pretender tomar a parte pelo todo, ou seja, tomar o sentido teórico como se fosse o sentido em geral.

Em último lugar Lask se ocupa da linguagem quando trata das categorias reflexivas. Como se viu no capítulo 4 Parte II, as categorias reflexivas se constituem pela extenuação da opacidade e irracionalidade dos materiais constitutivos, conservando apenas a “função” desempenhada pelo material. São um tipo especial de objetualidade, que parasitam as categorias constitutivas, e que servem de estrutura para os comportamentos teóricos. Na linguagem, que é uma espécie de comportamento teórico, as categorias reflexivas “aparecem” sedimentadas na significatividade (*Bedeutsamkeit*) de expressões como “e”, “ou”, “um”, “outro”, “não”, “conjunto”, “pluralidade”, “espécie”, “diferença”.³¹² Estas expressões são extenuações reflexivas que não são produzidas pelo comportamento teórico, mas são condição de possibilidade do mesmo. Como originalmente estão sobrepostas às categorias constitutivas, as expressões reflexivas aparecem na linguagem como um esqueleto formal da objetualidade original em sua vivência imediata do sentido. Isso não é desenvolvido por Lask, mas parece que este esqueleto funciona como uma gramática pré-teórica, que possibilita a objetividade teórica das expressões lingüísticas, e estrutura a linguagem. É o que se pode depreender da seguinte passagem ainda na primeira parte da obra, antes da introdução das categorias reflexivas:

*Ser e valer são totalmente coordenados entre si, não somente na linguagem usual, mas nas próprias coisas. Haveria um sentido profundo que adaptaria o nosso modo de pensar e nossa linguagem a este estado de coisa.*³¹³

Nesse contexto o primeiro problema que se coloca é o seguinte: como exemplo de categorias reflexivas Lask cita apenas as sedimentações lingüísticas de expressões como “e”, “ou”, “um”, “outro”, “não”, o que dá a entender que as categorias reflexivas são puramente lingüísticas. Todavia, se a linguagem é apenas uma das possibilidades de objetividade dos comportamentos teóricos, deve-se perguntar se estas expressões lingüísticas não são apenas uma parcela das categorias reflexivas que “aparecem” especificamente em função da objetividade lingüística. Ou seja, haveriam categorias reflexivas que não são sedimentadas em expressões lingüísticas, mas que permeariam a

³¹² LASK. *Die Logik...*, p. 164.

³¹³ LASK. *Die Logik...*, p. 98.

objetividade das outras espécies de comportamentos teóricos, como o conhecimento, o juízo e a consciência? A resposta parece ser negativa, pois se toda objetividade teórica pode ser formatada lingüisticamente, como sugere Lask,³¹⁴ isso parece implicar que as categorias reflexivas também sempre podem “aparecer” consubstanciadas em sedimentações lingüísticas.

Superado este problema, imediatamente coloca-se outro: se as categorias reflexivas realmente constituem uma gramática pré-teórica que serve de estrutura para as objetividades lingüísticas que se produzem nos comportamentos teóricos, porque estas objetividades lingüísticas são predominantemente formadas por imagens sensíveis e nunca por formações mais próximas do valer da validade? Para se responder a esta questão é preciso considerar dois aspectos. Em primeiro lugar, essa tendência para as imagens sensíveis parece estar ligada ao fato de que tanto as objetividades lingüísticas, quanto a significatividade das expressões reflexivas, sempre se formatam em materiais sensível (sons, escritas, símbolos, gestos, etc), mesmo quando se trata de objetos de segundo nível (valores). Em segundo lugar é preciso observar que na extenuação das categorias reflexivas a dupla derivação do segundo nível do edifício do sentido é “esquecida”; apesar de não haver a ofuscação própria dos comportamentos teóricos, o caráter de derivação dos materiais de segundo nível (as formas tomadas como materiais) é apagado, o que faz com que tanto as categorias reflexivas relativas ao material constitutivo de primeiro nível, quanto as relativas ao material de segundo nível, “apareceram” do mesmo modo em meio à objetividade teórica. E aqui caímos nas mesmas dificuldades implicadas no conhecimento filosófico.

Talvez seja em função de problemas deste tipo que Lask não se anima muito com as categorias reflexivas, restringindo-as a um papel auxiliar na determinação das categorias constitutivas.

5.2. A lógica da filosofia

Uma vez determinada a influência das categorias reflexivas, Lask retoma o seu projeto original de determinação do domínio da validade. Para tanto volta ao problema do conhecimento filosófico. Como se viu, no conhecimento filosófico há dois

³¹⁴ LASK. *Die Logik...*, p. 100 e 181.

problemas entrelaçados. Além do rompimento com a vivência imediata do sentido que caracteriza qualquer forma de conhecimento, há também uma tendência de nivelamento dos dois níveis do edifício do sentido, o que se deve ao “esquecimento” do caráter derivado do material do segundo nível em relação ao primeiro. Ou seja, “esquece-se” que o material de segundo nível não é um material de verdade, mas uma forma tomada como material. Com isso, o segundo nível – que é o domínio da validade –, é hipostasiado num domínio material último, como por exemplo no sensível, no supra-sensível, ou no estético.

Mas apesar dessas insuficiências do conhecimento filosófico, para Lask não é possível simplesmente abandoná-lo. Não é possível, por exemplo, partir para uma análise pura das categorias reflexivas, pois nelas também está implicado um nivelamento dos dois níveis do edifício do sentido.

Para Lask a lógica pura – a lógica filosófica por excelência –, é a lógica do segundo nível, ou seja, a lógica dos valores (dos objetos de segundo nível), a qual essencialmente se diferencia da lógica de primeiro nível em função de seu duplo remetimento. Isto é, tanto o material quanto a forma do segundo nível se constituem como um “valer-para...” (*Hingelten*) um material. Mas como ao longo da história da filosofia o material de segundo nível sempre foi hipostasiado como um material último, jamais houve uma legítima lógica filosófica. Por isso Lask fala em “desterro” (*Heimatlos*):³¹⁵ desde a sua fundação a lógica vaga “desterrada” por domínios que lhes são estranhos.

Segundo Lask, até a sua doutrina de categorias, toda a lógica da filosofia não passou de uma lógica de primeiro nível, o que explicaria o fracasso e o descrédito de todas as tentativas anteriores de se construir uma doutrina universal das categorias.³¹⁶ O campo “genuíno” da lógica da filosofia, até então, só foi acidentalmente tocado em alguns raros momentos das Teorias dos Dois Mundos. Momentos estes que são reconstituídos, num apanhado histórico, no último capítulo do livro.³¹⁷

E aqui estamos diante do que Lask acredita ser a sua grande contribuição para a filosofia. Com sua doutrina de categorias ele acredita liberar o domínio da validade de todas as formas de hipóstase, abrindo caminho para a edificação de uma lógica pura da

³¹⁵ LASK. *Die Logik...*, p. 260.

³¹⁶ LASK. *Die Logik...*, p. 178.

³¹⁷ LASK. *Die Logik...*, p. 222-271.

filosofia.³¹⁸ Só isso pode livrar a filosofia de seu estado de indigência, garantindo-lhe um campo de atuação próprio. Numa atitude tipicamente neokantiana, Lask procura delimitar o campo de atuação da filosofia de modo que este se constitua como condição de possibilidade de todos os outros campos. A diferença de Lask para o resto do neokantismo está no que se entende por estes “outros campos”. Para Lask não se trata só do campo científico, e nem só do que se refere a valores históricos-culturalistas, mas da instância não teórica e não subjetiva do sentido, na qual o sentido teórico está contido e é apenas uma sub-espécie.

Lask caracteriza essa lógica da filosofia como um empirismo transcendental capaz de tratar do domínio não-sensível constitutivo de toda experiência possível,³¹⁹ o qual encontra-se ofuscado por um intelectualismo atávico desde a antiguidade. Apesar da obscuridade desta objetualidade não-sensível, as categorias de Lask abrem caminho, por exemplo, para o tratamento de modos de ser sem o caráter de presença (*Anwesenheit*), para além, portanto, das categorias aristotélicas e kantianas.

Como até a sua teoria do objeto nada foi feito para um desenvolvimento consistente da lógica da filosofia, Lask não se dedica a isolar as categorias filosóficas e a organiza-las numa taboa. Tal como são infinitas e mutáveis as categorias do domínio ôntico, também o são as categorias filosóficas. E procurar determinar o universo conceitual filosófico em sua totalidade é uma tarefa tão absurda quanto pretender elencar todas as relações singulares do domínio ôntico. Lask compara uma tal pretensão ao trabalho de Sísifo.³²⁰ Ao invés de taboas categoriais, Lask indica que para o desenvolvimento da lógica da filosofia deve-se tratar do “ser-em-relação” (*Bezogenheit*), que essencialmente caracteriza a objetualidade de segundo nível, ou seja, a relação entre a forma e a forma tomada como material. Segundo o filósofo estes “reportar-se originais” (*Urverhältnissen*) encerram todos os mistérios do universo da filosofia da validade.³²¹

³¹⁸ LASK. *Die Logik...*, p. 179.

³¹⁹ LASK. *Die Logik...*, p. 214.

³²⁰ LASK. *Die Logik...*, p. 171.

³²¹ LASK. *Die Logik...*, p. 174.

CONCLUSÃO

O percurso até aqui desenvolvido procurou mostrar que o objetivo primeiro da obra de Lask, ora analisada, está intimamente ligado ao desenvolvimento de uma teoria do objeto, sendo a exposição dessa teoria a meta final do presente trabalho. Na crença de se ter alcançado tal propósito, passa-se agora, a título de conclusão, à “contabilidade” dos elementos desta teoria, e a uma exposição arquitetônica das várias espécies de objetos descritos pela mesma.

Conforme se viu, o intento de Lask na obra é o desenvolvimento de uma doutrina de categorias que seja capaz de tratar adequadamente a “validade” (*Geltung*), sendo esta entendida como aquilo que está na base de todo significado (*Bedeutung*) e sentido (*Sinn*), seja este ético, estético, ôntico, ontológico, teórico, e quem sabe até metafísico. Isso implica, por exemplo, em se perguntar pelo “sentido” das formas *a priori* do entendimento de Kant, ou melhor, significa critica-lo por ter pressuposto acriticamente o sentido dessas formas *a priori*. (Se o conhecimento só começa com a experiência, de onde Kant tira o “sentido” que sustenta o conhecimento das formas *a priori* do entendimento?).

O primeiro passo nesse projeto de tratamento categorial da validade é superar todas as formas de naturalismo e de hipóstase da forma lógica, o que Lask chama de tradição da Teoria dos Dois Mundos. A validade não “é” alguma coisa, nem “está” em algum lugar, mas simplesmente “vale”. Logo, não existe um “reino” da validade que possa ser abordado. As categorias não podem se referir a alguma coisa, ou a algum lugar. Em função disso, tratar conseqüentemente da validade significa justamente parar de procurar um lugar ou reino que lhe seria próprio. Apesar de parecer óbvia tal tarefa, segundo Lask ela jamais foi concretizada, o que, em grande parte, se deve à profunda conformação hipostática da linguagem e do pensamento.

A validade não é algo que se “aplica”, que “decorre” ou que “constitui” os objetos. A rigor as próprias expressões “forma” e “material”, e todas as sua versões produzidas ao longo da história do pensamento, não passam de ilusões lingüísticas para tratar da “relação originária” (*Urverhältnisse*) do objeto, constitutiva do único reino possível. Com isso demonstra-se que todo sentido e todo significado não são algo diferente do objeto, mas são o próprio objeto em sua conformação (*Bewandtnis*)

original. Como não há diferença entre sentido e objeto, a doutrina das categorias de Lask trata de objetos, o que é o mesmo que dizer que trata de sentidos. Categorizar a validade, portanto, é tratar de objetos, que é o mesmo que tratar da significação. Assim, se há sentido em se falar de uma árvore, da cor verde, de números, de figuras geométricas, ou de valores éticos e estéticos, é com base em objetos.

Para uma melhor visualização da teoria, elenca-se abaixo todas as espécies de objetos descritos e a articulação entre os mesmos.

Objetualidades (*Gegenständlichkeit*)

- Objetos constitutivos:
 - Objetos de primeiro nível (em suas categorias-de-domínio):
 - sensíveis* (objetos existentes, para os quais vale a forma categoria “ser”); *éticos* (objetos morais, para os quais vale a forma categorial “ética”); *estéticos* (objetos belos, para os quais vale a forma categorial “estética”); *supra-sensíveis* (objetos metafísicos, para os quais, talvez, valha a forma categorias “supra-ser”);
 - Objetos de segundo nível (objetos não-sensíveis (*Unsinnlich*) em suas categorias-de-domínio):
 - ser* (forma “ser” envolvida pela forma “valer”); *valor ético* (forma “ética” envolvida pela forma “valer”); *valor estético* (forma “estética” envolvida pela forma “valer”), *supra-ser* (forma “supra-ser” envolvida pela forma “valer”);
- Objetos reflexivos:

São objetos que aparecem como extenuação de ambos os níveis dos objetos constitutivos. O conteúdo material é esvaziado, restando apenas o que se pode chamar de função quantitativa do material. A subjetividade é o solo em que aparecem esses objetos, entretanto, eles independem do arbítrio subjetivo e afirmam-se como verdade objetual. Têm como categoria-de-domínio a “identidade”, e se aplicam a todos os outros domínios, inclusive ao seu próprio domínio. São os objetos lógicos, como por exemplo números e formas geométricas.

Objetividades (*Objektivität*)

- São os “correlatos subjetivos” da objetualidade. Não são um novo tipo de objeto, mas apenas “aspectos” derivados da objetualidade original. São os sentidos que se produzem nos comportamentos que chamamos de “teóricos”, como por exemplo o conhecimento, o juízo, a consciência, a linguagem teórica, e quaisquer outras significações subjetivas. São mediações que se instalam dentro da significância original do objeto.
- Os objetos de segundo nível só aparecerem com os comportamentos teóricos, mas não coincidem com a parcialidade significativa destes. Já os objetos de primeiro nível estão sempre aí independentes da objetividade, mesmo porque

a objetividade é apenas a instalação de uma mediação dentro da objetualidade.

- Por último, as objetividades são formalmente estruturadas pelos objetos reflexivos, ao mesmo tempo em que servem de pano de fundo para o “aparecimento” destes.

Como se vê, há apenas um único e possível reino de objetos (*Gegenstand*): o da experiência vivida da validade em sua conformação (*Bewandtnis*) entre forma e material. As objetividades (*Objektivität*) não constituem um reino subjetivo transcendente, e não desempenham qualquer função na constituição dos objetos, nem mesmo de condição lógica de possibilidade; são apenas comportamentos (*Verhalten*) em face da significância original dos objetos. Comportamentos estes que instalam uma mediação no objeto e aparecem como parcialidade reflexa da significância original, que é o que está na base de todo sentido teórico. Quando, por exemplo, mobilizamos teoricamente um “livro”, ou a cor “azul” desse livro, o que se tem no primeiro caso é um comportamento em face do objeto sensível de primeiro nível, e no segundo caso um comportamento em face do objeto de segundo nível. Mas independente do “fazer ver” parcial da objetividade, a vivência do objeto azul é tão empírica quanto a vivência do objeto livro. O objeto azul não pertence nem se constitui num reino abstrato, mas está – com o perdão da metáfora espacial – “ao lado” do objeto sensível livro. A única diferença na natureza desses objetos é a forma que os envolve, no caso do livro a existência, e no caso do azul, o valer.

Azul, doce, seco, etc, pertencem ao âmbito da categoria-de-domínio ser. São formas que envolvem o material sensível, e são tomadas como materiais pela forma valer, resultando nos objetos de segundo nível: o ser, o azul, o doce, o seco. Apesar desses objetos só aparecerem com os comportamentos teóricos, eles são totalmente independentes das objetividades destes.

Pode-se ainda perguntar pela quantidade numérica “um” desse livro. Trata-se aqui do objeto reflexivo, que também só aparece em face dos comportamentos teóricos, com a diferença de que o solo desse objeto são as próprias objetividades. O número “um” é um esqueleto objetual do objeto livro, que aparece como desde sempre “dado” em meio às objetividades. Não se trata, todavia, de um reino independente puramente formal (um segundo ou terceiro reino). Apesar de só se dar em meio às objetividades, o objeto reflexivo “um” é tão empírico quanto o livro, e o azul, pois independe das

objetividades, e do arbítrio subjetivo. O número “um” é sempre o mesmo para qualquer indivíduo, não importando o tipo de seus comportamentos teóricos, nem a “coloração” de suas objetividades.

A objetualidade do livro, do azul e do número, é garantida pela universalidade vivida da forma lógica. Todos estes objetos são recobertos pela validade, a qual se diferencia nos respectivos teores lógicos, “existência”, “valor” e “reflexibilidade”, em função do material opaco e impenetrável de cada um desses objetos. Este é o sentido profundo do empirismo transcendental de Lask: a “existência” é apenas uma das formas em que se diferencia a validade na constituição dos objetos; e a forma teórica é apenas um modo de iluminação dos objetos.

Como reclama Lask, toda a estranheza e as dificuldades implicadas nessa teoria seriam superadas se dispuséssemos de uma linguagem que não fosse formatada espacialmente e não estivesse restrita aos objetos sensíveis, ou seja, se pudéssemos pensar nos termos da validade.

BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS

- BIEMEL, Walter. *Hurssel's Encyclopaedia Britannica Article and Heidegger's Remarks Thereon*. Trans. P. McCormick and F. Elliston, 1976
- BERNET, Rudolf. *Husserl and Heidegger on Intentionality and Being*. In *Journal of the British Society for Phenomenology*, Vol. 21, n° 2, May, 1990, pp. 136-152.
- BOWLER, Michael. *Heidegger, Theoretical Reason, and the Environing World*. Department of Philosophy. Kenyon College.
- CAPUTO, John D. *Phenomenology, mysticism and the "gramatica speculativa": a study of Heidegger's "Habilitationsschrift"*. In *Journal of the British Society for Phenomenology*, vol. 5. n° 2, May, 1974, pp. 101-117.
- COURTINE, Jean-François. *Les "Recherches Logiques" de Martin Heidegger: De la théorie du jugement à de l'être*. In *Heidegger 1919-1929: De l'herméneutique de la la facticité à la métaphysique du Dasein*. Paris: Lebrairie Philosophique, 1996.
- COHEN, Hermann. *Commentaire de la Critique de la Raison pure de Kant (1907)*. Trad. Marc B. de Launay. In *Revue de Métaphysique et de Morale*, n° 2/1989. pp. 165-170.
- CROWELL, Steven Galt. *Lask, Heidegger, and the Homelessness of Logic*. In *Journal of the British Society for Phenomenology*, Vol. 23, N° 3, October, 1992., pp. 222-239.
- _____. *Husserl, Heidegger, and transcendental Philosophy: another look at the enciclopaedia britannica article*. *Philosophy and Phenomenological Research* 1990, vol. I, n° 3.
- _____. *Neo-Kantianism*. In *A Companion to Continental Philosophy*, Ed. S. Scritchley & R. Schroeder, 1998, pp. 185-197
- DAHLSTROM, Daniel O. *Heidegger's method: philosophical concepts as formal indications*. *Review of Metaphysics*, Vol. 47, 1994, pp. 775-795.
- _____. *Heidegger Kantian Turn: notes to his commentary on the Kritik der reinen Vernunft*. *Review of Metaphysics*, Vol. 45, 1991, pp. 329-360.
- DARIO, Teixeira. *Intencionalidade no horizonte da fenomenologia. De Brentano às Logische Untersuchungen de E. Husserl*. *Ethica*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1 e 2, p. 39-82, 2003.
- DASTUR, Françoise. *L'étude des théories du jugement chez le jeune Heidegger*. *Revue de Métaphysique et de Morale*, n°3, 1996
- _____. *La problématique catégoriale dans la tradition néokantienne (Lotze, Rickert, Lask)* *Revue de Métaphysique et de Morale*, n° 3/1998.
- _____. *Le projet d'une "cronologie phénoménologique" et la première interprétation de Kant*. In *Heidegger 1919-1929: De l'herméneutique de la la facticité à la métaphysique du Dasein*. Paris: Lebrairie Philosophique, 1996. pp. 113-129.

- DÜRMAIER, Ana Thereza de M. C. *Ontologia Fundamental, Metontologia e Metafísica em Heidegger*. Ethica, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1 e 2, p. 27-38, 2003.
- FARIN, Ingo. *Heidegger's critique of value philosophy*. In Journal of the British Society for Phenomenology, vol. 29. n° 3, October, 1998, pp. 268-280.
- FREDE, Dorothea. *The question of being: Heidegger's project*. In The Cambridge Companion to Heidegger, ed Guignon, Charles. New York, Cambridge University Press, 1993: pp. 42-69.
- FREULER, Léo. *L'explication psychologique de la logique est-elle circulaire?* In Revue Philosophique, avril/juin, 1997.
- FRIEDMAN, Michael. *Ernest Cassirer*. In Stanford Encyclopedia of Philosophy. 2004.
- GUIGNON, Charles. *History and Commitment in the Early Heidegger*. In Heidegger: a critical reader. pp. 130-142.
- GORNER, Paul. *Heidegger's Phenomenology as Transcendental Philosophy*. In International Journal of Philosophical Studies, Vol 10(1), 17-33, 2002.
- JACQUETTE, Dale. *Psychologism revisited in logic, metaphysics and epistemology*. Metaphilosophy. vol. 32, No. 3, April, 2001.
- KÄUFER, Stephan. *On Heidegger on logic*. Franklin and Marshall College, Internet, 2001.
- KIM, Alan, *Paul Natorp*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2003 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2003/entries/natorp/>>.
- KISIEL, Theodore. *Heidegger (1907-27): The Transformation of the Categorical*. In Heidegger's Way of Thought. Editado por Alfred Denker and Marion Heinz: Continuum, New York, 2002. pp. 84-100.
- _____. *Why Students of Heidegger Will Have to Read Emil Lask*. In Heidegger's Way of Thought. Editado por Alfred Denker and Marion Heinz: Continuum, New York, 2002. pp. 101-136
- _____. *L'indication formelle de la facticité: sa genèse et sa transformation*. Trad. Françoise Dastur. In Heidegger 1919-1929: De l'herméneutique de la la facticité à la métaphysique du *Dasein*. Paris: Lebrairie Philosophique, 1996. pp. 205-219.
- KRIJNEN, Christian. *Le sens de l'être: Heidegger et le néokantisme*. Methodos, 3 (2003), Figures de l'irrationnel. <http://methodos.revues.org/document116.html>.
- LOHMANN, Johannes. *Santo Tomás e os Árabes: estruturas lingüística e formas de pensamento*. In Revue Philosophique de Louvain. Trad. Ana Lúcia Carvalho Fujikura e Helena Meidani, t. 74, fév. 1976, p. 30-44.
- LUFT, Sebastian. *Germany's Metaphysical War. Reflections on War by Two Representatives of German Philosophy: Max Scheler and Paul Natorp*. Marquette University.

- McGRATH, Sean J. *The Forgetting of haecceitas: Heidegger's 1915-16 Habilitationsschrift*. In *Between the Human and the divine: philosophical and theologican hermeneutics*, ed. Andrzej Wiercinski. Toronto: The Hermeneutic Press, 2002, 355-377.
- MEINONG, Alexius. *Sobre a teoria do objeto*. Trad. Celso R. Braidá. In <http://www.cfh.ufsc.br/~nim/Meinong.pdf>
- MANIERI, Dagmar. *A concepção de homem em Ludwig Feuerbach*. In *Revista Ética & Filosofia Política*, Vol. 6, Nº 2, Novembro/2003.
- MARKREEL, R. A. *Kant, Dilthey et l'Idée d'une Critique du Jugement Historique*. In *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº 4, 2001, p. 29-45.
- MARX, Karl. *Teses sobre Feuerbach*. In <http://www.inventati.org/ateuseanticapitalistas/Livros/Teses>.
- MORAN, Dermot. *Heidegger's Critique of Husserl's and Brentano's Accounts of Intentionality*. In *Inquiry*, nº 43. Taylor & Francis, 2000. pp. 39-66.
- MOTZKIN, Gabriel. *Emil Lask and the Crisis of Neokantianism. The Rediscovery of the Primordial Word*. In *Revue de Métaphysique et de Morale*, nº 2/1989. pp. 171-190.
- OVERGAARD, Søren. *Heidegger's Early Critique of Husserl*. In *Intenational Journal of Philosophical Studies*, Vol 11 (2), pp. 157-175.
- POLITIS, Vasilis. *Anti-Realist Interpretations of Plato: Paul Natorp*. In *International Journal of Philosophical Studies*. Vol. 9(1), pp. 47-61.
- PORTA, Mario Ariel Gonzáles. *A Polêmica em torno do Psicologismo de Bolzano a Heidegger*. São Paulo: PUC/SP, 2004.
- _____. *Frege y Natorp: platonismos, antipsicologismos y teorías de la subjetividad*. São Paulo: PUC/SP, 2005.
- _____. "Los orígenes de la virada antipsicologista en Husserl" (*La reseña a Schröder de 1891 revisada*). *Thémata. Revista de Filosofía*. Sevilla: v. 21, p. 85-116, 1999.
- _____. "La cuestión noética en Frege, su concepto de intencionalidad y su influencia sobre Husserl". *Thémata. Revista de Filosofía*, Sevilla: v. 24, p. 83-114, 2000.
- _____. "Franz Brentano. Equivocidad del Ser y objeto intencional". *Kriterion. Minas Gerais*, v. XLIII, n. 105, p. 97-118, 2002.
- _____. "Zurück zu Kant": *Adolf Trendelenburg, la superación del idealismo y los orígenes de la filosofía contemporánea*. São Paulo: PUC/SP, 2004
- _____. "Platonismo e intencionalidade: a propósito de Bernhard Bolzano. Primeira Parte". *Síntese. Nova Fase. Minas Gerais*, v. 29, n. 94, p.251-275, 2002.
- _____. "Platonismo e intencionalidade: a propósito de Bernhard Bolzano. Segunda Parte". *Síntese. Nova Fase. Minas Gerais*, v. 29, n. 94, p.85-106, 2003.

- _____. *Qué es “filosofía contemporánea”? : la unidad de la filosofía contemporánea desde el punto de vista de la historia de la filosofía*. In *Transformação*, São Paulo, 25: 29-52, 2002.
- _____. *La separación de los caminos: Un análisis crítico del libro homónimo de Michael Friedman*. São Paulo, PUC/SP.
- REIS, Robson Ramos. *A dissolução da idéia de lógica*. In *Natureza Humana*, 5(2): jul-dez. 2003, pp. 423-440.
- _____. *A ontologia hermenêutica em Ser e Tempo e os múltiplos significados do verbo ‘ser’*. In *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, n. 9, p. 7-19, jul/dez, 1998.
- _____. *Modalidade existencial e indicação formal: elementos para um conceito existencial de moral*. In *Natureza Humana*, 2(2): 273-300, 2000.
- RODI, Frithjof. *Wilhelm Dilthey: o contexto da estrutura da vida*. In *Filósofos do Século XIX*. Trad. Dankwart Bernsmüller. Coleção História da Filosofia. São Leopoldo: Ed. Unisinos. 2004. pp. 247-271.
- PROMPSY, Carole. *La philosophie des valeurs de Heinrich Rickert*. Mémoire de DEA - Université Paris IV - Sorbonne, septembre 92, sous la direction de monsieur le Professeur Marquet. <http://perso.wanadoo.fr/filosophe/traductions/philorickert>
- _____. *Entre Kant et Dieu: la philosophie de la religion de Hermann Cohen* extrait de mon mémoire de maîtrise -- Université Paris IV-Sorbonne, juin 1988, sous la direction de monsieur le Professeur Marquet. <http://perso.wanadoo.fr/filosophe/traductions/philocohen.htm>
- RAMPLEY, Matthew. *Meaning and language in early Heidegger: from Duns Scotus to Being an Time*. In *Journal of the British Society for Phenomenology*, Vol. 25, N° 3, October, 1994, pp. 209-228.
- SANTOS, Leonel Ribeiro dos. *Regresso a Kant. Sobre a evolução e a situação actual dos estudos kantianos*. In *Philosophica*, 24, Lisboa. 2004. pp. 119-182.
- SCHUHMANN, Karl and SMITH, Barry. *Two Idealisms: Lask and Husserl*. *Kant Studien*, 83, 1993, pp 448-466.
- _____. *Neo-Kantianism and Phenomenology: the case of Emil Lask and Johannes Daubert*. In *Philosophische Zeitschrift der Kant-Gesellschaft* 82. Jahrgang Heft 3 1991.
- SHEEHAN, Thomas. *“Heidegger’s Lehrjahre”*. In John Sallis – *The Collegium Phaenomenologicum*, Dordrecht/Boston/London: Kluwer, 1988, pp. 77-137.
- SLUGA, Hans. *Metadiscourse: german philosophy and national socialism*. *Social Research*, vol. 56, n. 4, 1989.
- STREETER, Ryan. *Heidegger’s Formal Indication: A question of method in Being and Time*. In *Man and World* 30: 413-430, 1997.
- STONE, Abraham D. *Heidegger and Carnap on the Overcoming of Metaphysics*. 2004.

TEO, Thomas. *Friedrich Albert Lange on neo-kantianism, socialist darwinism, and a psychology without a soul*. In *Journal of History of the Behavioral Sciences*, Vol. 38(3), Summer 2002, pp. 285-301.

VIGO, Alejandro G. *Hylémorphisme transcendantal et aléthéiologie: la présence d'Aristote dans la théorie des catégories et du jugement d'Emil Lask*. Trad. Eliane Marin-Wögerbauer. Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile.

VOLPI, Franco. *La question du λόγος dans l'articulation de la facticité chez le jeune Heidegger lecteur d'Aristote*. In *Heidegger 1919-1929: De l'herméneutique de la la facticité à la métaphysique du Dasein*. Paris: Lebrairie Philosophique, 1996. pp. 33-65.

LIVROS

AGOSTINI, Franca d'. *Lógica do niilismo: dialética, diferença, recursividade*. Trad. Marcelo Perine. Editora Unisinos, São Leopoldo, 2002.

ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos, Liv. I*, Trad. Lucas Angioni.

_____. *Física I – II*. Trad. Lucas Angioni. Campinas: UNICAMP-IFCH, 2002.

_____. *The works of Aristóteles*. v. I, II. Trad. W. D. Ross (editorship). London: Encyclopaedia Britannica. 1952.

BAMBACH, Charles R. *Heidegger, Dilthey, and the Crisis of Historicism*. Cornell University Press, Ithaca and London, 1995.

BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. Trad. Franklin Leopoldo e Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. Trad. Dion Davi Macedo. Edições Loyola, São Paulo, 1998.

_____. *Aristóteles no séc. XX*. Trad. Dion Davi Macedo. Edições Loyola, São Paulo, 1998.

BOAS, Frans. *Antropologia Cultural*. Trad. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BONACCINI, Juan Adolfo. *Kant e o problema da coisa em si no Idealismo Alemão: sua atualidade e relevância para a compreensão do problema da filosofia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

CASSIRER, Ernest. *Filosofia das formas simbólicas*. vol. I, II, III. Trad. Armando Morones. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

_____. *Antropologia filosófica. Ensaio sobre o Homem: Introdução a uma filosofia da cultura humana*. Trad. Vicente Felix de Queiroz. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

_____. *Erkenntnis, Begriff, Kultur*. Hamburg: F. Meiner, 1993.

- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- CRITELLI, Dulce Mara. *Análítica do Sentido: uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica*. São Paulo: EDUC : Editora Brasiliense, 1996.
- CROWELL, Steven Galt. *Husserl, Heidegger and the Space of Meaning: paths toward transcendental phenomenology*. Northwestern University Press, Evanston, Illinois, 2001.
- DICIONÁRIO KANT. Howard Caygill. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- DILTHEY, Wilhelm. *Teoria das Concepções de Mundo*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições70, 1992.
- DURÃO, Aylton Barbieri. *A crítica de Habermas à dedução transcendental de Kant*. Londrina: Editora UEL. 1996.
- EINSTEIN, Albert. *A teoria da relatividade especial e geral*. Trad. Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Conceito de Sistema de Direito: uma investigação histórica a partir da obra jusfilosófica de Emil Lask*. São Paulo: Revista dos Tribunais, USP, 1976.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método*. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *A razão da época da ciência*. Trad. Ângela Dias. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.
- _____. *Les chemins de Heidegger*. Trad. Jean Grodin. Paris: Vrin,
- GURVITCH, Georges. *Les tendances actuelles de la Philosophie allemande: E. Husserl, M. Scheler, E. Lask, N. Hartmann, M. Heidegger*. Paris: Vrin, 1930.
- HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação*. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HAVELOCK, Eric. *Prefácio a Platão*. Campinas: Papirus, 1996.
- HEIDEGGER, Martin, *Sein und Zeit*. 16. unveränderte Auflage, Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1986.
- _____. *Ser e tempo parte I*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Ser e tempo parte II*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. *Frühe Schriften*. Frankfurt: Vittorio Klostermann: 1972.
- _____. *The Metaphysical Foundations of Logic*. Translated by Michael Heim, Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis, 1992.

- _____. *Traité des catégories et de la signification chez Duns Scot*. Traduit par Florent Gaboriau. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. *Os Conceitos Fundamentais da Metafísica: mundo, finitude, solidão*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003
- _____. *Les problèmes Fondamentaux da la phéneménologie*. Trad. Jean-François Courtine. Paris. Gallimard, 1985.
- _____. *Aristotle's Metaphysics Θ 1-3. On the Essence and Actuality of Force*. Translated by W. Brogan and P. Warnek, Indiana University Press: Blomington & Indianapolis, 1995.
- _____. *kant y el problema de la metafísica*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- _____. *Introdução à metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
- _____. *La doctrine de Platon sur la vérité*. Paris: Gallimard, 1962
- _____. *O conceito de tempo*. Cadernos de Traduções. São Paulo: USP, 1997.
- HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas*. Trad. Manuel G. Morente e José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
- _____. *Ideas relativas a una fenomenología pura y una filosofía fenomenológica*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- _____. *Meditações Cartesianas*. Trad. José Gaos e Miguel Garcia-Baró. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.
- _____. *The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology*. Northwestern University Press, Evanston, 1970.
- _____. *A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia*. Trad. Urbano Zilles. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. Vatório Rohden e Baldur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1987.
- _____. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995.
- _____. *Prolegômenos*. Trad. Tânia Maria Bernkopf. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. *Lógica*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- KISIEL, Theodore. *The Genesis of Being & Time*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- _____. *Heidegger's Way of Thought*. Editado por Alfred Denker and Marion Heinz: Continuum, New York, 2002.

- LASK, Emil. *Die Logik der Philosophie und die Kategorienlehre*. Jena: Scheglmann, 2003.
- _____. *Die Lehre vom Urteil*. Jena: Scheglmann, 2003.
- _____. *La logique de la philosophie et la doctrine des catégories*. Trad. Jean- François Courtine, Marc de Launay, Dominique Pradelle e Philippe Quesne. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002.
- _____. *Rechtsphilosophie*. In "Die Philosophie im Beginn des 20. Jahrhunderts". Festschrift für Kuno Fischer. Hrsg. Wilhelm Windelband, Heidelberg, 1907.
- _____. *Filosofia jurídica*. Trad. Roberto Goldschmidt. Buenos Aires: Depalma, 1946.
- LOPARIC, Zeljko. *Ética e finitude*. São Paulo: UNICAMP ____
- LOTZE, Hermann. *Logic* vol. I e II. Trad. Bernard Bosanquet. New York: Garland Publishing, 1980.
- Martin Heidegger / Heinrich Rickert. *Briefe 1912 bis 1933*, ed. Alfred Denker. Frankfurt a.M.: Vittorio Klostermann, 2002.
- MACDOWELL, João Augusto A. Amazonas. *A gênese da ontologia fundamental de M. Heidegger: ensaio de caracterização do modo de pensar de Sein und Zeit*. São Paulo: Loyola, 1993.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. *Racionalidade e crise: estudos de história da filosofia moderna e contemporânea*. São Paulo: Discurso Editorial e Editora da EFPR, 2001.
- _____. *Crítica da razão na fenomenologia*. São Paulo: EDUSP, 1989.
- NASCIMENTO, Carlos Arthur Ribeiro do. *De Tomás de Aquino a Galileu*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1998.
- _____. *Para ler Galileu Galilei: Diálogo sobre os dois máximos sistemas do mundo*. São Paulo: EDUC, 2003.
- PETERS, F. E. *Termos Filosóficos Gregos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1974.
- PLATÃO. *A República*. Porto Alegre: Editora Globo S. A., 1964.
- _____. *Sofista*. Porto Alegre: Editora Globo S.A., 1972.
- PLOTINO. *Tratados das Enéadas*. Trad. Américo Sommerman. São Paulo: Polar Editorial, 2000.
- PLOTINUS. *The Enneads*. Trad. Stephen Mackenna. London: Penguin Group. 1991.
- POINCARÉ, Henri. *O valor da ciência*. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- PORTA, Mario Ariel González. *A filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

- _____. “*Transzendentaler Objektivismus (Bruno Bauchs Verarbeitung des Themas der Subjektivität und ihre Stellung innerhalb der Neukantischen Bewegung)*”. Frankfurt: Peter Lang, 1990.
- RICKERT, Heinrich. *Ciencia cultural e ciencia natural*. Trad. Manuel G. Morente. Buenos Aires: Espasa, 1945.
- ROSS, Sir W. David. *Aristóteles*. Trad. Luís Filipe Bragança S. S. Teixeira. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1987.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Heidegger: um mestre da Alemanha ente o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2000.
- SCHNÄDELBACH, Herbert. *Filosofia en Alemania*. Madrid: Ediciones Cátedra S.A., 1991.
- SCHNEIDER, Hermann. *Filosofia de la história*. Barcelona: Editoria Labor S. A., 1931.
- SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- SMITH, Barry. *The Legacy of Franz Brentano*. Open Court Publishing Company. Chicago and LaSalle, Illinois 1994.
- STEIN, Ernildo. *Seminário sobre a verdade: lições preliminares sobre o parágrafo 44 de *sein und zeit**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofia contemporânea: introdução crítica*. v. 1-2. São Paulo, 1977.
- TRENDELENBURG, Adolf. “*La dottrina delle categorie in Aristotele*”. con in *appendice la prolusione accademica del 1833 “De Aristotelis categoriis*”. Prefácio Giovanni Reale. Trad. Vincenzo Cicero. Milão: Vita e Pensiero, 1994.
- WINDELBAND, Wilhem. *La hitoria de la filosofia antigua*. Trad. José Rovira Armengol. Buenos Aires: Editorial Nova, 1955.
- _____. *Historia general de la filosofía. Con un estudio sobre la Filosofía del siglo XX por Heinz Heimsoeth*. Trad. Francisco Larroyo. México: Editorial “El Ateneo”, S.A., 1960.